



# Gênero e Políticas Públicas

A construção de uma  
experiência de formação



Missão Salesiana de Mato Grosso  
**Universidade Católica Dom Bosco**  
Instituição Salesiana de Educação Superior

Chanceler: Pe. Dr. Afonso de Castro  
Reitor: Pe. José Marinoni  
Pró-reitor Acadêmico: Pe. Dr. Gildásio Mendes  
Pró-reitor Administrativo: Ir. Raffaele Lochi

Catálogo na fonte: Biblioteca “Pe. Félix Zavattaro” - UCDB

---

Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência  
de formação / Jacy Curado e Daniela Auad (organizadoras).  
– Campo Grande : UCDB, 2008.

240p.

ISBN 978-85-7598-126-9

1. Mulheres – Condições sociais 2. Brasil – Política social  
3. Educação e Estado – Brasil I. Curado, Jacy II. Auad, Daniela

---

Clélia Takie Nakahata Bezerra

Bibliotecária - CRB n. 1/757



# Gênero e Políticas Públicas

A construção de uma  
experiência de formação

Jacy Curado e Daniela Auad  
organizadoras

© 2008 Editora da Universidade Católica Dom Bosco

Impresso no Brasil

Coordenação de Editoração

*Ereni dos Santos Benvenuti*

Editoração Eletrônica

*Glauciene da Silva Lima Souza*

Capa

*Nanci Silva (Íris - comunicação e arte)*

Impressão

*Gráfica Mundial*

É permitida a reprodução parcial desta publicação,  
desde que citada a fonte.

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade dos autores  
e não representa o posicionamento da Editora UCDB.

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional  
(Decreto n. 10.994, de 14/12/2004).

Os direitos desta edição são reservados à **Editora UCDB**,  
cadastrada no Sistema ISBN sob o n. 7598  
e Membro da Associação Brasileira de Editoras Universitárias - ABEU.

Endereço:

Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário  
CEP 79117-900 - Campo Grande-MS, Brazil

Tel./fax: (67) 3312-3373

e-mail: [editora@ucdb.br](mailto:editora@ucdb.br)

<http://www.ucdb.br/editora>

# Agradecimentos

A Nilcéa Freire, Nanci Silva, Carla Charbel Sthephanini Rocha, Sandra Regina Alt, Maria Rosana R. Pinto, Gilda Gomes dos Santos, José Carlos Gomes, Marilu Regina dos Santos, Sonia Oshiro, Cida Gonçalves, Laisy Morièere, Ereni Benvenuti, Glauciene Souza, Wania Sant'Anna, Vera Mincoff Menegon, Dolores Ribeiro, Angela E. L. Coêlho, Angela Fontes, Ana Maria Gomes, Antônio Brand, Eloisa Castro Berro, Valdete Martins Barros, Maria Luiza Serra, Miriam Nobre, Moema Libera Viezzer, Nilda Silva, Estela Márcia Scandola, Regina Mara Jurgielewecz Gomes, Baldinir da Silva Bezerra, Maria de Lourdes, Nilton Paulo Ponciano, Galvão Preto, Mara Aline Ribeiro, Tito Carlos Machado, Ricardo e Leila.



# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>11</b>
<b>1 Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação .....</b>	<b>15</b>
<i>Jacy Curado e Daniela Auad</i>	
<b>2 A produção de estudos e pesquisas monográficas em gênero e políticas públicas .....</b>	<b>39</b>
<b>2.1 Políticas públicas de enfrentamento à violência: estudos de gênero e bases para a ação .....</b>	<b>41</b>
<i>Zaira de Andrade Lopes</i>	
<b>Programa de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher de Mato Grosso do Sul: uma política pública com perspectiva de gênero .....</b>	<b>53</b>
<i>Sandra Regina Alt e Suzan Linhares</i>	
<b>Educação com igualdade de gênero: capacitação de professoras e professores .....</b>	<b>62</b>
<i>Rosana Monti Henkin e Daniela Auad</i>	
<b>Violência de gênero e políticas públicas: sensibilização de homens autores de violência contra a mulher ....</b>	<b>72</b>
<i>Sana Mara Araujo Estigarribia e Zaira de Andrade Lopes</i>	
<b>Gênero e políticas públicas de ação afirmativa: estudo de caso do sistema de cotas no ingresso de mulheres na Polícia Militar de Mato Grosso do Sul .....</b>	<b>79</b>
<i>Neidy Nunes Barbosa Centurião e Jacy Correa Curado</i>	
<b>O papel da Delegacia de Atendimento à Mulher e a política pública de enfrentamento à violência de gênero ..</b>	<b>88</b>
<i>Nadia de Sousa Rodrigues e Nilton Paulo Ponciano</i>	

<b>Análise de gênero da vida criminal .....</b>	<b>95</b>
<i>Regina Célia Dan e Zaira de Andrade Lopes</i>	
<b>Relações de poder entre casais de homoafetivos na perspectiva de gênero .....</b>	<b>102</b>
<i>Maria Conceição Jorgino Elias e Estela Márcia Scandola</i>	
<b>Análise de gênero e raça do perfil das vítimas de violência sexual, atendidas no Instituto de Medicina e Odontologia Legal (IMOL) .....</b>	<b>108</b>
<i>Rosely de Miranda Bispo e Zaira de Andrade Lopes</i>	
<b>Gênero e políticas públicas: um olhar da Psicologia sobre o Sistema Prisional de Campo Grande/MS .....</b>	<b>114</b>
<i>Joyse Cabreira de Sousa e Josemar de Campos Maciel</i>	
<b>O turismo frente às políticas públicas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em uma perspectiva de gênero .....</b>	<b>121</b>
<i>Tânia Regina Comerlato e Estela Márcia Scandola</i>	
<b>Gênero no abuso sexual contra crianças: uma descrição dos processos judiciais e de políticas públicas de enfrentamento da questão .....</b>	<b>127</b>
<i>Alexandre de M. Portela Spengler e Regina Mara J. Gomes</i>	
<b>2.2 A feminização da pobreza: reflexões e superação ..</b>	<b>133</b>
<i>Eloisa Castro Berro</i>	
<b>Políticas públicas de geração de emprego e renda para as mulheres: um estudo de caso do Projeto “Mulheres em Ação” .....</b>	<b>140</b>
<i>Carla Charbel Stephanini Rocha e Eloisa Castro Berro</i>	
<b>Educação profissional e oficinas de gênero .....</b>	<b>148</b>
<i>Renata Menegale Silva e Nilda da Silva Pereira</i>	
<b>Titularidade de programa social: uma possibilidade de empoderamento para a mulher .....</b>	<b>153</b>
<i>Keila de Oliveira Antonio e Jacy Corrêa Curado</i>	
<b>Representações da masculinidade entre homens participantes de programas sociais .....</b>	<b>159</b>
<i>Milton Pereira da Luz e Baldinir Bezerra da Silva</i>	

<b>A posse da terra: fragmentos e desafios de uma realidade .....</b>	<b>165</b>
<i>Marlene Ricardi de Souza e Valdete de Barros Martins</i>	
<b>As relações de gênero entre as servidoras públicas portadoras de LER/DORT .....</b>	<b>171</b>
<i>Cleonice da Silva Ferreira e Valdete de Barros Martins</i>	
<b>O envelhecimento e a mulher idosa na Universidade da Melhor Idade .....</b>	<b>176</b>
<i>Célia Maria da Silva e Valdete de Barros Martins</i>	
<b>2.3 Movimentos sociais de mulheres: um caminho para a mudança .....</b>	<b>182</b>
<i>Ana Maria Gomes</i>	
<b>O Movimento Popular de Mulheres na construção de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher .....</b>	<b>192</b>
<i>Barbara Jandaia de Brito Nicodemos e Jacy Corrêa Curado</i>	
<b>Conselhos Gestores de Políticas Públicas: espaços potenciais de interlocução para a promoção da igualdade de gênero em Campo Grande .....</b>	<b>203</b>
<i>Elza Maria Verlangieri Loschi e Ana Maria Gomes</i>	
<b>Saga feminista: trajetória dos feminismos em Mato Grosso do Sul .....</b>	<b>209</b>
<i>Leyde Pedroso e Jacy Corrêa Curado</i>	
<b>Uma análise de gênero e raça na Lei n. 9.504 - sobre reserva de vagas para mulheres nos pleitos eleitorais de Mato Grosso do Sul .....</b>	<b>217</b>
<i>Ana Lúcia da Silva Sena e Maria de Lourdes Silva</i>	
<b>Referências .....</b>	<b>223</b>



# Apresentação

Para a formulação e a implementação de políticas públicas de igualdade de gênero é preciso conhecer e reconhecer que as desigualdades entre homens e mulheres ainda estão longe de serem superadas, apesar dos inegáveis avanços que asseguram cada vez mais direitos às mulheres.

Segundo dados da última Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD/IBGE), as brasileiras constituem hoje cerca de 43,7% da população economicamente ativa e sua incorporação ao mercado de trabalho tem sido mais acelerada que a da população masculina. A diferença de médias salariais entre homens e mulheres tem diminuído em consequência da ocupação pelas mulheres de um número maior de postos de direção e executivos tanto na área pública quanto privada. O nível de escolaridade aumentou e, hoje, no meio universitário elas são maioria.

As estatísticas revelam o papel central das mulheres na vida brasileira, mas também evidenciam as discriminações, desigualdades e violências a que estão submetidas, principalmente quando se trata dos indicadores sobre violência doméstica e familiar, expressão máxima das relações desiguais de gênero.

Portanto, é responsabilidade do poder público identificar situações reais de discriminação e desigualdade que atingem as mulheres e criar condições de exercício de cidadania em todos os espaços públicos. Trata-se de uma prática que exige uma reflexão e um debate entre gestores e gestoras públicos, pesquisadores e pesquisadoras e movimento social sobre a necessidade da formulação de políticas públicas que levem em conta a transversalidade de gênero, com uma nova matriz de competências, parcerias e atuações intersetoriais.

O I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (IPNPM) e agora o II PNPM, são exemplos contundentes da transversalidade de gênero nas políticas públicas, pois a partir deles conseguimos desencadear um conjunto de ações integradas entre os diversos ministérios, empresas públicas, governos estaduais e prefeituras, além da sociedade civil, que visam a melhoria da qualidade de vida das mulheres brasileiras.

Esta publicação é resultado de um projeto inédito que busca seguir, justamente, nesta direção: incorporar o olhar de gênero nas políticas públicas, a partir do estímulo à reflexão e à formação de homens e mulheres, gestores e gestoras públicas do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. É resultado do primeiro curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gênero e Políticas Públicas destinado a agentes públicos - uma iniciativa da Universidade Católica Dom Bosco e da Coordenadoria

Especial de Políticas Públicas para a Mulher de Mato Grosso do Sul, com a qual a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República participou apoiando financeiramente as/os participantes com bolsas de estudo.

O conteúdo aqui apresentado, fruto de monografias elaboradas por estudantes desta Pós-Graduação, aborda as diferentes dimensões das desigualdades de gênero, dentre elas, a violência doméstica e familiar e a feminização da pobreza, além de apontar caminhos para a construção de políticas públicas mais igualitárias.

Esperamos que a leitura da presente publicação, assim como a referida Pós-Graduação, contribua para a instituição de uma nova cultura no serviço público, não só do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, como também de todo o país.

*Nilcéa Freire*  
Ministra da Secretaria Especial  
de Políticas para Mulheres



# 1

## **GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONSTRUÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO**

*Jacy C. Curado\* e Daniela Auad\*\**

Quando da realização de um projeto, é comum que se atribua seu sucesso a uma pessoa, a um grupo, a um determinado governo ou política pública, ou ainda às características de uma região do país. No caso do Curso de Especialização Lato Sensu Gênero e Políticas Públicas, a idéia que nos vem à cabeça é o que a filosofia alemã denomina como *zeitgeist* ou o *espírito do tempo* (FARR, 1999, p. 177). Tal expressão, no âmbito do citado projeto, remete ao momento no qual vários acontecimentos históricos foram se alinhando para configurar um momento único,

---

\* Professora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e assessora em gênero e políticas públicas, autora do livro *Gênero e os sentidos do trabalho social* (UCDB, no prelo).

\*\* Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e autora, dentre outras publicações, do livro *Educar Meninas e Meninos: relações de gênero na escola* (Contexto, 2006).

em que elementos necessários convergiram para a construção de uma conjuntura favorável a partir da qual, se desenvolveu o programa de formação registrado na presente publicação.

Os artigos a seguir são, em um só tempo, caminho e ponto de chegada desse processo. Eles expressam tanto trajetória quanto resultado do Curso no qual e para o qual foram gestados. São textos que refutam a lógica dos legítimos e citados nomes, conhecidos academicamente ou renomados pela opinião pública. Autoras e autores se revelam agentes ao investigar, questionar, refletir e explorar histórias, eventos, ações e intervenções públicas pela ótica de seus protagonistas. A militante vasculha os seus documentos para sistematizar a história de seu movimento. As coordenadoras dos organismos governamentais de políticas para a mulher descrevem suas práticas de gestão. As delegadas analisam o cotidiano das Delegacias da Mulher. A mulher negra debruça-se sobre a política de cotas. São textos que retratam pesquisas nas quais é refutada a figura do cientista acadêmico abraçado à neutralidade de seu objeto. Os vinte e três artigos transpiram envolvimento, paixão, comprometimento e, ao assumir esse “fazer”, constroem conhecimento que questiona as oposições binárias típicas da modernidade.

Venceu-se, assim, a proposta inicial correspondente ao desafio de, por um lado, seguir o rigor acadêmico e, por outro

lado, respeitar a voz de mulheres e homens para os quais e pelos quais são formuladas políticas, ações e serviços públicos, nas diversas áreas, estruturas e hierarquias governamentais. Nesse sentido, vale ressaltar autoras e autores dos artigos dessa publicação também como agentes na recente construção das Políticas Públicas de Gênero e para a Mulher em nosso país e, mais especificamente, no Mato Grosso do Sul.

Ao transcender uma possível *cor local* das pesquisas, um dos objetivos do registro dessa experiência de formação é a possibilidade de aplicação em outras regiões. Não se trata de desconsiderar as diferenças regionais, uma vez que há de se atentar para a conjuntura de cada momento e localidade. Há de se reconhecer o *zeitgeist* local, de modo a analisar a existência de elementos básicos para a implantação de propostas de formação. Tais elementos são múltiplos e, entre eles, pode ser mencionada a necessidade de um corpo docente qualificado para ministrar as disciplinas com a disposição de adotar uma perspectiva transdisciplinar em gênero; a existência de um clima cultural e institucional que estimule os gestores públicos a buscar formação em gênero; o acúmulo de Políticas Públicas de Gênero e para a Mulher que possam se tornar objetos de estudo na Região; a manutenção de fontes de financiamento público para a realização do projeto. Além desses elementos, um ingrediente importante é a existência de um grupo numérica e qualitativa-

mente relevante de alunas e alunos no Curso de Especialização. Tais sujeitos são gestores e gestoras com o firme objetivo de contar e multiplicar o que foi conhecido ao longo do curso, como ato de genuína generosidade, como capacidade de multiplicação do saber construído coletivamente e como respeito pelos recursos públicos despendidos ao longo do processo.

No caso do Curso de Especialização Lato Sensu Gênero e Políticas Públicas, todos esses componentes foram se configurando em uma trajetória que, ao longo dos últimos 20 anos, criou as condições necessárias para a criação de uma iniciativa como a que ora é relatada e registrada na presente publicação. Ao lado da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, agregou-se uma constelação de organizações que, direta ou indiretamente, contribuíram, deram consistência e viabilizaram esse projeto. Entre essas organizações estão o Movimento Popular de Mulheres (MPM/MS), o Serviço de Informação à Mulher (SIM), a Inter Ativa Projetos Intervenção, o Instituto de Inovações em Saúde Social (IBISS), o Grupo TEZ, o Núcleo de Estudos de Gênero (NEG) da UFMS, a Rede de Economia Feminista, da Rede Mulher de Educação, do PNUD regional, do Master of Arts in Women and Development do Institute of Social Studies (ISS/Netherlands), a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulher (CEPPM/MS), os Conselhos de Direitos da

Mulher, o Centro de Atendimento à Mulher Cunha Mbarete (CAM), as Delegacias Especializadas de Direitos da Mulher (DEAM). Figuram ainda como sujeitos na construção e implementação do Curso professoras da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

A seguir são apresentados os princípios teóricos do projeto, sua metodologia e estrutura curricular, bem como parte das monografias produzidas, reescritas sob a forma de breves artigos.

## **1 A construção de uma proposta de formação: a transversalidade das relações de gênero**

Entre os principais problemas motivadores da elaboração desse projeto estão os seguintes obstáculos: as desigualdades nas relações de gênero ainda presentes na gestão das políticas públicas de variados Estados brasileiros, como é o caso do estado de Mato Grosso do Sul; a insuficiência de gestores sensíveis e capacitados no que tange às teorias e metodologias para a adoção da perspectiva de gênero nos programas, projetos e ações governamentais; a ausência de uma compreensão da transversalidade em gênero que garanta a ampliação da governabilidade.

O Curso de Especialização Lato Sensu Gênero e Políticas Públicas não foi concebido como uma proposta de capacitação circunscrita às salas de uma universidade ou ao campo de atuação de um(a) especialista ou gestor(a). Trata-se de Curso inserido em um *Programa de Formação Continuada* da Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para a Mulher (CEPPM) do Governo do Mato Grosso do Sul. A CEPPM/MS desde sua criação, em 1999, desenvolveu inúmeras ações de capacitação em gênero. Em consonância com a esfera federal, seguiu-se o Plano de Ação da Secretaria Nacional de Políticas para a Mulher, de 2004, especialmente no que se refere à recomendação de capacitar e qualificar os agentes públicos em gênero, raça e direitos humanos.

20 | Ao considerar a ampla experiência da Coordenadoria da Mulher do Mato Grosso do Sul em capacitações, oficinas e seminários para programas governamentais e não governamentais, acreditou-se que seria necessário ampliar e aprofundar o escopo de ação com a realização de um Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*, garantindo a qualificação dos/das agentes públicos, assim como a governabilidade das políticas de gênero construídas no Brasil e, mais especificamente, no Mato Grosso do Sul.

Nessa perspectiva, o objetivo principal do projeto foi capacitar agentes públicos, oferecendo formação que propicias-se a inserção, a análise e a pesquisa com a consideração da

categoria gênero nas diferentes linhas de políticas públicas para mulher, raça e etnia. Como objetivo secundário do projeto delineou-se a produção de estudos, pesquisas e registros sistematizados que expressassem a transversalidade potencial e real da categoria gênero.

A principal experiência em transversalidade em gênero tem sido nas políticas públicas. Tal perspectiva é demonstrada no *Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2004-2007)*, ao se propor o desencadeamento de um processo amplo e complexo de participação social, parcerias e atuações intersetoriais que otimize os recursos disponíveis e garanta sua aplicação em políticas que respondam mais efetivamente às necessidades das mulheres (BANDEIRA, 2005). Da maneira como a transversalidade em gênero nas políticas públicas foi adotada ao longo do Curso e como é citada no âmbito desta publicação refere-se à:

[...] idéia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. [...] assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação as mulheres (BANDEIRA, 2005, p. 5).

A transversalidade em gênero como *gender mainstreaming* é reconhecida na IV Conferência Mundial de Mulheres em Beijing, em 1995, propondo aos governos:

[...] não unicamente a incorporação dessa perspectiva em um ministério ou secretaria específica de atuação na área da mulher, senão que seu impacto vinculante deve ser assimilada por todas as políticas públicas propostas pelo Estado e desenvolvidas em cada área governamental, considerando as especificidades das mulheres e de homens (BANDEIRA, 2005, p. 10).

Essa perspectiva não significa criar novos programas, *mega-projetos* e reinventar um *mundo exclusivo* para as mulheres, mas atuar nas políticas que estão em andamento ou sendo implantados pelo governo. “Tal iniciativa seria como ‘colocar uma lente’ que possibilite aos gestores públicos um olhar de gênero ativo sobre toda e qualquer ação, relação, análise e orçamento que constituem a sua prática cotidiana” (CURADO, 2002, p. 13).

Se, por um lado, a transversalidade em gênero é um conceito cada vez mais recomendado e incorporado na gestão pública, o mesmo não se pode dizer na esfera de produção acadêmica, Em que ainda são enfrentadas dificuldades para encontrar referências bibliográficas dessa abordagem, principalmente nos bancos de dados científicos nacionais. Há de se questionar se essa ausência está relacionada à forte tradição disciplinar ainda existente na cultura acadêmica brasileira, ainda apegada a categorias distantes daquelas que são caras também aos movimentos sociais, como é o caso, por exemplo, de gênero, raça-etnia e geração.

No Brasil, o conceito de gênero assumiu status acadêmico a partir de 1990. Desde então, esteve cada vez mais presente em estudos e pesquisas. Todavia, de acordo com a concepção teórico-metodológica e política adotada, encontram-se diferentes usos desse conceito. Sua adoção e consideração, além de perpassar diversas disciplinas, também está presente em múltiplos domínios do saber, como a religião, o conhecimento leigo e popular, as artes. Essa característica é o que lhe confere caráter transdisciplinar, apesar da sua diversa e não consensual utilização. Gênero ainda tem sido usado freqüentemente como sinônimo de mulheres e, adotado nesse sentido, o conceito se despolitiza no que se refere ao compromisso histórico com a transformação das desigualdades. Ao se estabelecer sinonímia entre os termos gênero e mulheres, são silenciadas as diferenças hierarquizadas entre os homens e as mulheres e entre o masculino e o feminino. Tal sinonímia, portanto, apaga a rica feição relacional do conceito de gênero, pela qual se pode depreender que uma informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens (SCOTT, 1991); que estudar o masculino implica em conhecer também o feminino, uma vez que as relações de gênero, do modo como são construídas em nossa sociedade, baseiam-se em pares opostos e binários.

Enfim, na abordagem predominantemente adotada no Curso, as relações de gênero são percebidas como um dado

fundamental e construído socialmente. Trata-se de percepção na qual não é o gênero que é construído sobre a base da diferença do sexo biológico. Em vez disso, o sexo biológico é socialmente construído – e percebido – ao se tornar um dado pertinente em razão da existência do gênero. Assim, o gênero cria o sexo anatômico do modo como o conhecemos (AUAD, 2004, p. 28). O entendimento de tal premissa pode ser aprofundado e melhor esclarecido nos escritos de Christine Dephy:

No sentido que a divisão hierárquica da humanidade em dois transforma uma diferença anatômica (ela mesma desprovida de implicações sociais) em uma distinção pertinente para a prática social. (DELPHY, 1984, p.144)

Assim, no âmbito do que foi explorado teoricamente no Curso, a diferença entre homens e mulheres é um fato anatômico que não teria nenhuma significação em si mesmo não fossem os arranjos de gênero vigentes. O fato de reconhecer a diferença – e hierarquizá-la, transformando-a em desigualdade – é um ato social (AUAD, 2006). Essas assertivas foram assumidas na maioria das disciplinas e na definição das áreas de pesquisas. Dessa forma, foi possível, por um lado, abarcar a polissemia dos objetos escolhidos pelo desejo de saber das/dos participantes e, por outro lado, construir conhecimento pautado por vigoroso e aprofundado debate teórico.

## **2 A estrutura do curso: rompendo com a tradição disciplinar**

É importante destacar a escassez de experiências nacionais anteriores que pudessem servir de modelo para a construção de um curso com a temática Políticas Públicas e Gênero, no qual tal categoria deveria ser o eixo principal e não uma disciplina isolada em meio a outras do programa. Essa estrutura curricular (que encerra as questões de gênero em um gueto) é comum e coloca “a disciplina de gênero” geralmente vinculada a áreas de conhecimento como Psicologia, Sociologia, História. Sem dúvida que a existência de uma disciplina nesses moldes é melhor do que a total ausência da abordagem, como ainda é comum encontrar em muitas estruturas acadêmicas. Vale, contudo, notar que o conceito de gênero não estava em uma disciplina central, como que preso a uma célula específica. Ao contrário, a categoria gênero – bem como sua perspectiva relacional e transversal – estava presente em todas as disciplinas, temas de estudo e problemas de pesquisa.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se à interface com as políticas públicas. Não se almejava que as disciplinas seguissem a estrutura das áreas tradicionais acadêmicas, mas que se organizassem segundo as áreas de atuação das políticas públicas. A motivação e também o desafio era abordar

as políticas voltadas para a igualdade de gênero e para a situação das mulheres diante das questões de saúde, violência, trabalho, sexualidade e demais eixos que são usualmente priorizados em conferências, planos de ação, experiência de gestão e ações públicas.

A partir desses critérios, optou-se por organizar o curso em três linhas de pesquisa, com cinco módulos e quinze disciplinas. Tomou-se por base o Plano Nacional de Políticas para Mulher, de 2004, os Planejamentos Estaduais da Coordenadoria Especial de Políticas para Mulher do Mato Grosso do Sul (PMA/CEPPM), de 2003 até 2006, e as ações principais de atuação e investimento das políticas públicas das Secretarias do Governo do mesmo Estado.

O curso foi realizado com a carga-horária de trezentos e sessenta horas-aula em um período de vinte e quatro meses, sendo dezessete meses para disciplinas teórico-metodológicas, três meses para conclusão de monografia e quatro meses para encerramento e prestação de contas do projeto, de modo a obedecer a Resolução 01/01 do Conselho Nacional de Educação que estabelece as normas de funcionamento dos cursos de pós graduação.

Tabela 1. Estrutura Curricular do Curso Gênero e Políticas Públicas

<b>Módulo I. Princípios Teóricos Metodológicos em Gênero e Políticas Públicas</b>	<b>120 hora/aula</b>
Metodologia de Pesquisa em Gênero	36 hora/aula
Métodos de Ensino Superior	24 hora/aula
Políticas Públicas no Contexto Atual	24 hora/aula
Gênero e Políticas Públicas	36 hora/aula
<b>Módulo II. Políticas Públicas de Enfrentamento à Feminização da Pobreza</b>	<b>60 hora/aula</b>
Mulher e Trabalho	24 hora/aula
Políticas de Enfrentamento à Feminização da Pobreza	12 hora/aula
Gênero e Políticas de Desenvolvimento	12 hora/aula
Gênero e Trabalho da Mulher	12 hora/aula
<b>Módulo III. Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência de Gênero</b>	<b>60 hora/aula</b>
Poder Patriarcal	12 hora/aula
Violência de Gênero	12 hora/aula
Violência e Representações Sociais	24 hora/aula
Aspectos Jurídicos	12 hora/aula
<b>Módulo IV. Gênero e Políticas de Ação Afirmativas</b>	<b>36 horas/aula</b>
A Dimensão Étnica das P. Públicas	12 hora/aula
Ações Afirmativas e a Questão Racial	24 hora/aula
<b>Módulo V. Gestão em Gênero e Políticas Públicas</b>	<b>84 horas/aula</b>
Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas para a Mulher	36 hora/aula
Desigualdade de Gênero e Poder Local	12 hora/aula
Seminário de Gênero e Políticas Públicas.	36 horas/aula
<b>Carga Horária Total</b>	<b>360 hora/aula</b>

A experiência em programas de capacitação, seminários e workshops governamentais foi fundamental para identificar a demanda dos gestores(as) públicos(as)<sup>1</sup>. Contudo, a construção da grade curricular de um curso de pós-graduação *lato sensu* apresenta especificidades que o diferenciam das experiências que até então eram conhecidas. Foi necessário, para elaborar o Curso, reconhecer a interface acadêmica dos temas e disciplinas para potencializar a produção de pesquisas monográficas com um conteúdo caracterizado pelo alto grau de especialização. Colaborou para o desenvolvimento dessa faceta a participação da Coordenadora do Curso em um Master of Arts in Gender, Women and Development no Institute of Social Studies, (ISS) em Haia, na Holanda. Tal experiência foi fundamental para a construção da grade curricular, uma vez que, à época, a escassez de modelos com esse traçado em nosso país era ainda maior do que a que ocorre hoje.

É importante observar na tabela acima o caráter transdisciplinar das disciplinas, agrupadas nos cinco módulos, organizados em função das linhas de pesquisas, a saber: *Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência de Gênero*; *Políticas Públicas de Enfrentamento à Feminização da Pobreza*; *Gestão em Gênero e Políticas Públicas*. Em todas as linhas se considerou enfaticamente a dimensão das questões étni-

co-raciais e houve a consideração da atual conjuntura brasileira no tocante às políticas de ação afirmativas.

Disciplinas como “O poder patriarcal”, “Gênero e Políticas de Desenvolvimento”, “Violência de Gênero” e “Políticas Públicas de Enfrentamento à Feminização da Pobreza” exigiram um alto grau de especialização por parte das docentes que as ministraram. Vale notar que não seria suficiente selecionar professoras de áreas disciplinares como Sociologia, Economia ou Direito com uma abordagem de gênero apenas em suas áreas de origem. Foi necessário compor um quadro docente com domínio do conhecimento transversal já produzido, como por exemplo a análise de gênero dos modelos de desenvolvimento ou as nuances do debate entre poder patriarcal e relações de gênero no âmbito da educação formal e informal. Foram contatadas professoras de núcleos de estudos de gênero, bem como estudiosas de gênero e feministas. Recorreu-se ainda a consultores de Organizações Não Governamentais (ONG’s), Fundações e Institutos que dominam conteúdos de maneira atualizada e dinâmica. Um bom exemplo disso foi a relação que se estabeleceu com a Rede de Economia Feminista (REF) e com a Rede Mulher de Educação, assim como com consultoras da Petrobrás e com assessores de alguns Ministérios Federais. Em todos os casos, as pesquisadoras, professoras ou consultoras que integraram o cor-

po docente do curso necessitaram apresentar a titulação exigida nos demais Cursos de Pós-graduação Lato Sensu em funcionamento no país. Assim o corpo docente foi composto por profissionais pós-graduados na diversas áreas e que apresentavam como ponto comum a inserção no campo de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero e de raça-etnia e/ou a militância histórica em movimentos sociais de reconhecimento nacional. Essa dupla faceta do corpo docente, tanto acadêmica quanto militante, representou importante diferencial em relação a elencos organizados segundo as tradicionais áreas do saber, as quais, de maneira isolada, nem sempre abarcam a multiplicidade dos caminhos e descaminhos da igualdade de gênero.

Conforme demonstrado em tabela acima, foram envolvidos vinte e três professores e orientadores, dos quais dez eram doutores, treze eram mestres. Dos professores e orientadores, quatro ( 17%) eram do sexo masculino e dezenove (83%) do sexo feminino. Da composição dos docentes por sexo, a maioria eram mulheres. Provavelmente isso ocorra porque, no Brasil, ainda são poucos os homens com formação que contemple as relações de gênero, um saber exigido pelo curso.

### 3 Da participação dos gestores públicos

O público-alvo do projeto de pós-graduação era composto por gestores públicos do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Para a realização do processo seletivo foi formada uma Comissão integrada por representantes das instituições organizadoras e parceiras do projeto, como a Universidade Católica Dom Bosco, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulher (CEPPM) e a Fundação Escola de Governo. O processo de escolha dos(as) participantes correspondeu a uma seleção pública em que foram analisados o currículo, a motivação para a participação e a escolha, expressa por escrito, de uma das linhas de pesquisa estabelecidas na estrutura do curso.

De noventa gestores/as públicos, foram selecionados 40 candidatos/as, sendo trinta e cinco mulheres e cinco homens. Ressalta-se que não houve nenhum critério que diferenciasse a participação por sexo, e o resultado expressa uma maior participação numérica das mulheres desde o processo de seleção.

Os/as participantes receberam bolsa de estudo integral proveniente de recursos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Tal financiamento se deu a partir da concorrência em Edital de Seleção de Projetos, em 2005.

Além dessas bolsas concedidas pela SEPM do Governo Federal, a Universidade Católica Dom Bosco concedeu nove bolsas parciais atendendo à solicitação e demanda das entidades parceiras do projeto. Vale notar que a bolsa concedida correspondia ao pagamento do curso e não a um determinado valor a ser recebido pelo/a aluno/a. Cada participante foi contemplado/a com a dotação de uma dessas duas fontes de financiamento, sem a possibilidade de acumulação de bolsas.

Quanto à vinculação organizacional das/os participantes, grande parte era oriunda dos serviços públicos de atendimento à Mulher, Coordenadorias de Políticas para Mulher e/ou de Combate ao Racismo, Centros de Atendimento à Mulher, Casas Abrigo e Delegacias Especializadas. O grupo também foi composto por profissionais envolvidos/as em programas de inclusão social, saúde, educação, habitação e turismo, assim como jornalistas e assessoras parlamentares.

#### **4 Dos resultados produzidos pelo projeto do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gênero e Políticas Públicas**

32

O projeto inicial do Curso de Pós Graduação Lato Sensu Gênero e Políticas Públicas tinha como objetivo geral:

Capacitar agentes públicos por meio da realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gênero e Políticas Públicas, visando produzir estudos e pesquisas na perspectiva da transversalidade das políticas públicas consolidando a governabilidade em gênero.

Como resultado do projeto, pode-se avaliar o seu processo de desenvolvimento, as atividades realizadas e o impacto na formação de gestores públicos. Nesse sentido, apresentam-se os resultados do projeto de acordo com os objetivos iniciais, com as metas estabelecidas e com o cronograma previamente estipulado.

O Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Gênero e Políticas Públicas ofereceu 360 horas/aula distribuídas em dezessete disciplinas organizadas em cinco módulos. Foram realizadas avaliações modulares, com elaboração de monografias temáticas que congregaram várias disciplinas de uma linha de pesquisa, a elaboração de pré-projeto de pesquisa, uma banca de apresentação dos projetos monográficos para professores externos e convidados e a monografia concluída.

Como produto final, trinta monografias foram realizadas dentro do prazo estabelecido pela instituição (UCDB) e com temas relacionados às linhas de pesquisas estabelecidas na proposta inicial.

A seguir, apresenta-se, por ordem alfabética, os/as autores/as e temas das monografias produzidas pelo curso:

Tabela 2. Monografias apresentadas para obtenção do título de especialista em Gênero e Políticas Públicas

AUTOR (A)	TEMAS
Alexandre M.P. Spengler	▪ Gênero no Abuso Sexual contra crianças: Uma descrição dos processos judiciais e das Políticas Públicas de enfrentamento da questão em Campo Grande/MS.
Ana Lúcia S. Sena	▪ Uma análise de gênero e raça na Lei 9.504 - sobre a reserva de vagas para mulheres nos pleitos eleitorais de Mato Grosso do Sul.
Bárbara J. Brito Nicodemus	▪ O Movimento Popular de Mulheres na Construção de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra Mulher no Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.
Carla C. Stephanini Rocha	▪ Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda para as Mulheres: um estudo de caso do Projeto "Mulheres em Ação".
Célia Maria da Silva	▪ O envelhecimento e a mulher idosa na Universidade da Melhor Idade (UMI).
Célia Regina Cavalcanti Mortari	▪ Violência contra mulher: impactos físicos e psicológicos na saúde de mulheres atingidas em situação de risco.
Cleonice da S. Ferreira	▪ As relações de gênero entre as servidoras públicas portadoras de LER/DORT.
Elza Maria Verlangieri Loschi	▪ Conselhos Gestores de Políticas Públicas: espaços potenciais de interlocução para a promoção da igualdade de gênero.
Jaiza dos Santos Teixeira	▪ Relações de Gênero e o trabalho: a mulher e a imposição da responsabilidade pelo trabalho doméstico.
Joyse Cabreira de Sousa	▪ Gênero e políticas públicas: um olhar da Psicologia sobre o Sistema Prisional de Campo Grande/MS.
Keila de Oliveira Antonio	▪ Titularidade de Programa Social: uma possibilidade de empoderamento para a mulher.
Leyde Alves Pedroso	▪ Saga Feminista: trajetórias dos feminismos no Mato Grosso do Sul.
Maria Conceição J. Elias	▪ Relações de poder de casais homoafetivos na perspectiva de gênero.
Maria Fernanda Brown da Silva	▪ A violência contra mulher no contexto da prostituição.
Maria Rosana Rodrigues P. Gama	▪ Feira "Mulheres em Movimento": uma política pública feminista.
Marlene R. de Souza	▪ A posse da terra: fragmentos e desafios de uma realidade.
Milton Pereira da Luz	▪ Representação da masculinidade entre homens participantes de Programas Sociais.
Nadia de Sousa Rodrigues	▪ O papel da Delegacia de Atendimento à Mulher e a Política Pública de Enfrentamento à Violência de Gênero.

AUTOR(A)	TEMAS
Neidy Nunes Barbosa Centurião	▪ Gênero e políticas públicas de ação afirmativa: estudo de caso do sistema de cotas no ingresso de mulheres na Polícia Militar de Mato Grosso do Sul.
Neusa Maria da Silva	▪ Vida profissional e trabalho doméstico da mulher: sobrecarga, obrigação ou opção.
Neusa Ramos Prospero	▪ Violência doméstica contra a mulher: caminhos e des-caminhos, histórias vividas, histórias contadas.
Noêmia da Silva Cardoso	▪ A política habitacional do governo do estado de Mato Grosso do Sul e a prioridade para as mulheres chefe de família na liberação das casas populares.
Patrícia Alencar Lima da Rosa	▪ Mulher, mãe trabalhadora e a licença maternidade.
Regina Célia Dan	▪ Análise de Gênero na vida criminal
Renata Menegale Silva	▪ Educação profissional e oficinas de gênero
Rosana Monti Henkin	▪ Educação com Igualdade de Gênero: capacitação de professoras e professores
Rosely de Miranda Bispo	▪ Análise do perfil das vítimas de violência de gênero atendidas no Instituto de Medicina e Odontologia Legal (IMOL)
Sara Mara Araújo Edigambya	▪ Violência de gênero e políticas públicas: sensibilização de homens autores de violência contra a mulher
Sandra Regina Alt	▪ Programa de Prevenção e Combate à violência contra a Mulher de Mato Grosso do Sul: uma política pública com perspectiva de Gênero
Tania Regina Comerlato	▪ O turismo frente às políticas públicas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em uma perspectiva de gênero

Todos os volumes impressos das monografias estão disponibilizados para consulta na Biblioteca Central da Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande e no acervo da Biblioteca Rose Marie Muraro, do Centro de Atendimento à Mulher Cunã Mbarete em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

A presente publicação – *Gênero e Políticas Públicas: a construção de uma experiência de formação* – é uma iniciativa inserida no escopo desse projeto, que contou com a participação de cinco professores do curso e com a adesão de

vinte e três alunos(as) especialistas em gênero e políticas públicas. A publicação é uma forma de dar visibilidade ao resultado desse projeto, multiplicar a experiência e contar com um registro histórico da trajetória das políticas públicas para a mulher e de gênero em Mato Grosso do Sul. A presente publicação expressa ainda o desejo de utilizar com responsabilidade e com o máximo de aproveitamento os recursos públicos que financiaram o projeto.

**Nota:**

<sup>1</sup> Dentre os principais projetos executados pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulher (CEPPM/MS) destacam-se a Formação de Gestores(as) em Gênero, a Capacitação em Violência de Gênero, a inserção da disciplina de Gênero nos cursos da Academia da Polícia Militar, as Oficinas da Feira Mulheres em Movimento entre outros.

**Referências**

AUAD, Daniela. *Relações de gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação*. Tese (Doutorado em Educação, área de Sociologia da Educação) – São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.

BANDEIRA, Lourdes. *Avançar na transversalidade em gênero nas políticas públicas*. Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHER, 1. 2004, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sepm/.arquivos/integra\\_anais](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/.arquivos/integra_anais)>. Acesso em: 20 maio 2006.

CURADO, Jacy C. *A perspectiva de gênero nas políticas públicas de Mato Grosso do Sul*. In: COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER DE MATO GROSSO DO SUL. [Revista institucional]. Campo Grande, 2002, p. 12-13.

DELPHY, Christine. *Close to Home: a materialist analysis of women's oppression*. London: Hutchinson, 1984.

\_\_\_\_\_. *Penser le genre*. In: HURTIG, Marie-Claude; KAIL, Michèle; ROUCH, Hélène. *Sexe et genre, de la hiérarchie entre les sexes*. Paris: CNRS, 1991.

FARR, Robert. *As raízes da psicologia social moderna (1872-1954)*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCOTT, Joan Wallace. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.



## **A PRODUÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS MONOGRÁFICAS EM GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Os resumos de estudos e pesquisas monográficos apresentados nesse capítulo estão organizados em três blocos temáticos. O bloco denominado *As políticas públicas de enfrentamento à violência de Gênero*, que apresenta onze resumos, os quais representam 50% da produção dos artigos apresentados. O bloco intitulado *As políticas públicas de enfrentamento à feminização da pobreza* é composto por sete trabalhos monográficos equivalentes a 32% dos resumos. E enfim, o bloco nomeado como *A sociedade civil na construção de políticas públicas* conta com quatro dos resumos de estudos e pesquisas monográficos, o que corresponde a 18% do total de resumos.

No início de cada bloco de artigos dos resumos monográficos, uma professora convidada escreve um artigo para introduzir a temática e comentar os artigos apresentados pelos(as) autores(as) e co-autoras que aceitaram o desafio

de publicizar o resultado de sua monografia contribuindo com a construção coletiva de conhecimento das políticas públicas para a mulher no Estado de Mato Grosso do Sul.

Espera-se que a leitura desses artigos monográficos seja motivadora de transformações e de aprofundamento de boas experiências de estudo, pesquisa e ação pública.

## 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA: ESTUDOS DE GÊNERO E BASES PARA A AÇÃO

*Zaira de Andrade Lopes\**

A mulher como foco de estudos acadêmicos emerge de modo gradativo nas décadas de 1970 e 1980 como resultado do movimento de mulheres. Hoje, perto do final da primeira década do século XXI, é com grande satisfação que nos deparamos com iniciativas que articulam conhecimento científico, formulações de políticas públicas e propostas de intervenções psicossociais para o enfrentamento da violência contra a mulher.

A violência de gênero não é um problema recente, entretanto, foi ocultado durante décadas e se constituiu como um grave problema social que envergonha muitos países. Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, alguns estudos começaram a dar visibilidade à problemática da vio-

---

\* Psicóloga e professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutoranda em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP) onde desenvolve pesquisa na área de violência de gênero. Autora do livro 'Meninas para um lado, meninos para outro: as representações de Gênero na Educação Infantil' (Ed. UFMS).

lência de gênero. De acordo com Straus, Gelles e Steinmetz (1980, apud HOLTZWORTH-MUNROE et al., 1998), em 1980 foi publicado o primeiro estudo representativo sobre violência conjugal nos Estados Unidos.

Refletir sobre a mulher e a questão da violência é urgente devido à magnitude desse fenômeno psicossocial que impacta não só a saúde da mulher como os diversos setores da sociedade. Pesquisas apontam que, no Brasil, ocorre uma perda de cerca 10% do Produto Interno Bruto (PIB) devido à violência doméstica. No âmbito do trabalho, as consequências vão desde a baixa frequência ao emprego, passando pelas dificuldades que as mulheres têm em negociar aumentos salariais e conquistas de promoções na carreira profissional. De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de cada cinco dias trabalhados, as mulheres perdem um por causa da violência (COLLETIVO FEMINISTA DE SEXUALIDADE E SAÚDE, 2007)

42 | Apesar dos recentes estudos e pesquisas, não existem instrumentos que permitam identificar tais consequências com a devida precisão. Ainda há a necessidade de se construir um banco de dados com informações qualitativas e quantitativas que revelem a situação da mulher no país.

No contexto familiar, inúmeros são os problemas e consequências da violência de gênero, entre os quais podemos

destacar os prejuízos causados às crianças que, de modo geral, assistem às cenas violentas entre os pais, podem ser diretamente afetadas e sofrem implicações emocionais, tais como: ansiedade, depressão, baixo rendimento escolar, baixa auto-estima, pesadelos, entre outros.

Estudos são realizados em vários países, entre eles pode-se destacar o artigo *Domestic Violence at the Intersections of Race, Class, and Gender*, no qual Sokoloff e Dupont (2005) relatam a pesquisa sobre a questão da violência doméstica e suas interfaces com a questão raça, classe e gênero. Para elas, as questões etnocêntricas, as desigualdades de classe e o heterossexismo se entrelaçam com a opressão de gênero. Tal identificação contribuiu para a compreensão do fenômeno da violência no âmbito doméstico.

Com foco na realidade da sociedade atual e na perspectiva de sua alteração é que surge a iniciativa da realização do curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Gênero e Políticas Públicas, cujo objetivo é qualificar gestores e profissionais preocupados com a questão da mulher e da violência que a envolve. Um curso que, além de proporcionar o debate e estudo de subsídios teóricos para a temática, traz a proposta de fomentar a construção de conhecimentos acerca da realidade do Estado de Mato Grosso do Sul sobre mulher e a violência de gênero e, principalmente, de gerar informações que pos-

sam nortear formulações de políticas públicas em estreita relação como os problemas sociais locais.

Os estudos realizados permitem um olhar direto sobre os principais problemas e obstáculos para o enfrentamento da violência contra a mulher e principalmente a origem de tal violência, que de acordo com as pesquisas realizadas passam indubitavelmente pela ideologia do patriarcado (SAFFIOTI, 2004) e pelo processo educativo de meninas e meninos (LOPES, 2000), tanto no âmbito familiar, com a educação informal, como no contexto escolar, com a educação formal.

Conhecer em profundidade a realidade é decisivo para a formulação de políticas que possam ser implementadas e que culminem em resultados, no mínimo, satisfatórios. Os textos aqui reunidos trazem o aporte teórico das categorias gênero e violência e apresentam o panorama real das condições que geram a violência contra a mulher.

O estudo de Alt e Linhares permite conhecer e analisar o Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher realizado pelo Governo de Mato Grosso do Sul e implantado em 1999. Trata-se de uma ação que se apresenta como uma alternativa institucional de intervenção consistente do Estado contra as desigualdades de gênero.

Henkin e Auad, apresentam um trabalho relevante desenvolvido na área da educação, considerando que as identidades

femininas e masculinas se constroem nas relações estabelecidas nos diversos contextos sociais e que principalmente se estruturam na primeira infância, daí a importância de se pensar em políticas de educação que focalizem a questão das relações de gênero. O objetivo do estudo é conhecer a relação existente entre as práticas docentes e a possibilidade de transformação destas a partir de capacitação de professoras(es) sobre a temática da educação com igualdade de gênero. O enfrentamento da violência passa de modo incisivo pelo processo educativo. Tal pensamento pode também ser percebido nos trabalhos apresentados por Silva e Silva, que abordam a capacitação de profissionais na perspectiva das relações de gênero, e no artigo de Estigarribia e Lopes.

Estigarribia e Lopes salientam a violência contra as mulheres na perspectiva masculina em um estudo no campo de Gênero e Políticas Públicas. O artigo revela as representações hegemônicas de masculinidade associada à violência de gênero, expressas por um grupo de homens agressores participantes de oficina de reflexão. A relevância do artigo é que ele centra-se em um ponto, ainda pouco estudado, que trata da dimensão masculina nos estudos de gênero. Gênero é um conceito utilizado para evidenciar as relações entre homens e mulheres, para tanto é necessário o desenvolvimento de estudos também com foco no discurso masculino. E, prin-

principalmente, pensar políticas que tenham como orientação a formação e estruturação do conhecimento direcionado também para o homem, não apenas à mulher.

Cecchetto (2004) reafirma a escassez de trabalhos dedicados ao estudo do masculino apontados por antropólogos como sendo uma característica da constituição do próprio campo do gênero. E salienta que

No entanto, uma mudança recente na abordagem da masculinidade é destacada por Heilborn e Sorj, em seu inventário sobre os estudos de Gênero no Brasil. As autoras observam que os homens passaram a ser incluídos como categoria empírica a ser investigada nesses estudos. Foi favorecida uma abordagem que se concentra mais na estrutura social do que nos indivíduos e seus papéis sociais. (CECCHETTO, 2004, p. 53).

Cecchetto (op. cit.) assinala que as pesquisadoras Heilborn e Carrara lembram a importância que os estudos sobre a temática da masculinidade adquiriu nos estudos de gênero e sexualidade e registra que as mudanças nos estudos permitiram “criticar a noção de masculinidade-padrão como categoria universal óbvia” (op.cit., p. 54).

A questão das diferenças entre homens e mulheres no âmbito das ações criminais também é uma dimensão muito interessante a ser investigada. Identificar as motivações que orientam homens e mulheres às infrações e a cometerem crimes, assim como o envolvimento de pessoas do sexo femi-

no no mundo da contravenção, nos incitam a investigar as causas de tais diferenças foi a proposta de Dan e Lopes que, no estudo com mulheres e homens detentos(as) do Presídio de Bataguassu e Cadeia Pública de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, nos levaram, mais uma vez, a questionar o processo educativo de crianças e identificar, tal como Saffioti (2004), a relação hierarquizada entre homens e mulheres, com a primazia do masculino, conforme observado no modelo patriarcal que ainda permeia nossas relações sociais.

Ainda na esfera do Sistema prisional, a pesquisa realizada por Souza e Leite se destaca em buscar os sentidos produzidos por psicólogas que atuam no sistema, uma vez que os dados apontam maior número de mulheres formadas em Psicologia do que homens e o debate do que vem a ser mulher nesse campo de atuação profissional. O estudo tem como aporte a vertente teórica do Construcionismo Social, considerada como autêntica representante do pós-modernismo na Psicologia Social.

Conforme Castañon (2004) Construcionismo Social é o nome dado ao movimento de crítica à Psicologia Social “modernista” que tem sua principal referência teórica em Kenneth Gergen (apud CASTAÑON, 2004). O Construcionismo Social é algumas vezes classificado como um movimento, outras como uma posição, uma teoria, uma orientação teórica.

É a crença de que ao invés de descobrir uma realidade objetiva e independente, o ser humano constrói o conhecimento através de suas interações sociais. Como afirma Zuriff (1998), a essência da posição ontológica do Construcionismo Social é a proposição de que não há realidade objetiva a ser descoberta; seres humanos constroem o conhecimento. Held (1998) acrescenta a isso o termo “socialmente”. Para o Construcionismo Social nós construímos teorias a respeito do funcionamento do mundo ativamente, mas sempre através da interação social. (CASTAÑON, 2004, p. 72).

Para Spink (1999) a abordagem construcionista permite a compreensão dos processos sociais de maneira ampla e a valorização da análise de práticas discursivas situadas em determinado tempo e lugar.

O artigo de Bispo e Lopes traz um levantamento estatístico da violência sexual de gênero (crimes contra os costumes: estupro e atentado violento ao pudor) atendidas no Instituto de Medicina e Odontologia Legal, de Campo Grande/MS, no período de 2003 a 2006. Os dados podem permitir uma reorientação das ações realizadas pela Instituição com vistas à melhoria da qualidade de atendimento às vítimas de crimes sexuais.

O estudo de Splengler e Jurgielewesk tem grande mérito por tratar de um tema bastante delicado e cercado por vieses, preconceitos e tabus que é o abuso sexual intra-familiar contra crianças. É recente preocupação na formulação de políticas públicas como forma de coibir tais ações. Conhecer as

motivações que levam familiares a exercer tal violência contra crianças pode favorecer a criação de instrumentos e mecanismos psicossociais para evitar a ocorrência de novos casos e coibir tais práticas no interior das famílias.

No estudo foram analisados cinco processos judiciais que tratam do abuso de crianças na perspectiva das relações de gênero, aspecto que dá um caráter bastante interessante à temática.

Nesta coletânea outro artigo que enfoca tema cercado de tabus e preconceitos é o artigo que trata das relações de poder entre casais de homossexuais de Elias e Scandola. Os estudos de gênero têm o mérito de permitir analisar as relações sociais seja a partir da mulher, do homem ou de homossexuais, aspecto que não era focado nos estudos específicos sobre homens ou mulheres. O termo gênero surge como forma de superar o determinismo biológico que se impunha na compreensão das relações entre homens e mulheres, nas teorias essencialistas que buscavam explicar as diferenças entre o masculino e o feminino. O estudo se insere no campo dos direitos humanos e sexuais.

A utilização da noção de gênero para se compreender as relações entre homens e mulheres, no âmbito das relações sociais ou sexuais, evidencia que as identidades sexuais não se restringem apenas dois pólos em eterna oposição bi-

nária: masculino e feminino, mas a uma pluralidade de masculinidades e feminilidades.

A relação do turismo com a exploração sexual é o tema abordado por Comerlato e Scandola, em uma pesquisa que objetivou conhecer a contribuição das organizações públicas e privadas representativas do turismo para o desenvolvimento sustentável e proteção aos direitos das crianças e adolescentes, numa perspectiva de gênero.

O estudo de Centurião e Curado faz uma interessante análise de uma política de ação afirmativa que revela a preocupação em dar espaço e visibilidade à mulher, tendo como mote a equidade de gênero. O estabelecimento de políticas de cotas para a inclusão da mulher na Polícia Militar se faz ainda por meio da análise do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul que delimita um percentual destinado às mulheres do montante das vagas disponibilizadas ao concurso de seleção. Diante de tal processo, o objetivo do trabalho de Centurião e Curado foi compreender os sentidos da inserção da mulher na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, identificando a forma de ingresso e o processo de definição do número de vagas visando contribuir na construção da equidade de gênero.

E por fim, com o propósito de implementação de políticas públicas para enfrentamento à violência de gênero, o tra-

balho de Rodrigues e Ponciano que analisou o papel da Delegacia de Atendimento à mulher (DEM). As DEMs foram criadas no final da década de 80 do século XX, fruto da luta de mulheres que buscavam a minimização do sofrimento de tantas outras vítimas da violência. As DEM significavam, não só um avanço nas políticas públicas para as mulheres, como também a criação de um espaço para a mulher e a visibilidade da violência que a atingia. Para tanto, foi necessário a qualificação do atendimento dispensado às vítimas e o estudo e observação constantes das ações para que realmente tal instituição cumpra o seu papel e que acompanhe as transformações sociais.

A relevância dos trabalhos apresentados podem não ser identificados pela originalidade, entretanto versam sobre temas polêmicos e buscam nortear a adoção e implementação de políticas para o enfrentamento da violência de gênero no Estado de Mato Grosso do Sul, de maneira racional e com conhecimento da realidade. Diante de tal propósito, por si só já se evidencia o ganho dos trabalhos que ora são divulgados para a sociedade. A finalização dos trabalhos objetiva o empenho e comprometimento de seus autores e autoras para o enfrentamento da violência no Estado.

## Referências

CASTAÑÓN, Gustavo Arja. Construcionismo social: uma crítica epistemológica. *Temas em Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia*, v. 12, n. 1, 2004.

CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.

*Coletivo feminista de sexualidade e saúde*. Por que incluir o quesito violência de gênero no sistema de informação de saúde? Disponível em <<http://www.mulheres.org.br/violencia/artigos12.html>>. Acesso em: 15 maio 2007.

HOLTZWORTH-MUNROE, Amy et al. A brief review of the research on husband violence: Part I: Maritally Violent Versus Nonviolent Men. In: *Aggression and Violent Behavior*, v. 2, Issue 1, Spring 1997, p. 65-99. Available on-line: 10 June 1998.

LOPES, Zaira de Andrade. *Meninas para um lado, meninos para outro: um estudo sobre representação social de gênero de educadores de creche*. Campo Grande: UFMS, 2000.

SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOKOLOFF, Natalie; DUPONT, Ida. Domestic Violence at the Intersections of Race, Class, and Gender. *Violence Against Women*, v. 11, n. 1, p. 38-64, January 2005.

SPINK, Mary J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 1999.

# Programa de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher de Mato Grosso do Sul: uma política pública com perspectiva de gênero

*Sandra Regina Alt\* e Suzan Linhares\*\**

## Introdução

A violência contra a mulher é um dos problemas mais complexos das relações desiguais de gênero construídas ao longo da história patriarcal do mundo. Possui suas raízes na organização social, nas estruturas econômicas e de poder da sociedade. De um lado impera o domínio dos homens sobre as mulheres, e de outro lado, uma ideologia machista, que lhe dá sustentação.

Essa violência tão comum nos lares brasileiros tem como complicador a naturalização do fato pelas próprias vítimas, pelo agente agressor, pela sociedade em geral e pelo Estado. Uma prática que vem sendo assustadoramente passada de geração para geração como algo intrínseco das relações de gênero.

---

<sup>1</sup> Capitã da Polícia Militar. Coordenadora da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher (2004-2006).

<sup>2</sup> Orientadora. Professora Mestre da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

Segundo uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2001) dados indicam que a cada 15 segundos uma mulher sofre algum tipo de violência doméstica em nosso país. O Censo do IBGE (2000) indica que em 87% dos casos, o autor da violência contra a mulher é o marido, ex-marido, namorado ou ex-namorado. E uma pesquisa do Movimento Nacional de Direitos Humanos (1996) mostra que em geral os homicídios de mulheres são provocados por homens que privavam de sua intimidade.

Para Teles (1993) os índices de violência contra a mulher além de demonstrarem concretamente que a violência existe, também indicam o quanto ela é naturalizada, evidenciando que ainda há convivência da sociedade e das autoridades constituídas, policiais e judiciárias, em relação a esse tipo de crime, o que leva de imediato ao questionamento quanto a atuação do Estado, no enfrentamento a essa problemática que interfere direta e consistentemente na saúde e na economia do país.

54

Hoje o Brasil tem diferentes mecanismos legais que coíbem veementemente a prática da violência contra a mulher, a própria Constituição Federal/1988, a Lei Maria da Penha (Lei Federal n. 11.340) de 7 de agosto de 2006, a Convenção de Belém do Pará e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), den-

tre outros mecanismos. Portanto, a grande luta da atualidade para as mulheres não gira necessariamente em torno da conquista literal de direitos e sim em torno de mecanismos que garantam a sua aplicabilidade no cotidiano.

Dessa forma as políticas públicas se apresentam como a ponte necessária a ser construída entre o universo das leis, que em nosso país é consideravelmente moderno e avançado, e a realidade social das mulheres, ainda cruel, desumana e desigual.

O Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher do Governo Popular de Mato Grosso do Sul implantado em 1999 (gestão 1999 a 2006) se apresenta como uma alternativa institucional de intervenção consistente do Estado às desigualdades de gênero.

## **Violência Contra a Mulher e Políticas Públicas**

O estudo do Programa de Prevenção e Combate à Violência contra Mulher (PROVIM) se deu a partir do entendimento de que a violência contra mulher é uma das resultantes das desigualdades de gênero, sobre as quais o sistema patriarcal se estrutura e se fortalece.

Almeida (1998) avalia que pelo fato da violência contra a mulher, especialmente a praticada no universo doméstico, ser

cometida no contexto das relações íntimas, esta deveria ser uma condição agravante da pena, por ser um crime cometido na forma privilegiada, ou seja, o alvo da violência está acessível ao autor diuturnamente; a prática do crime se dá em ambiente altamente favorável à manipulação emocional da pessoa violentada e a preservação da instituição familiar é um valor social que sobrepõe a integridade física dos seus membros. No entanto, esta condição funciona, na maioria das vezes, como uma atenuante, interpretada como sendo menos grave do que um outro delito da mesma natureza, envolvendo outras partes.

Para Teles e Melo (2002) existe um fator específico na violência contra a mulher, uma relação de poder de dominação do homem e de submissão feminina, estruturada em papéis sexuais consolidados ao longo da história da humanidade e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, criando estereótipos que reforçam a hierarquia dos valores masculinos sobre os femininos, ou, o poder do sexo masculino sobre o sexo feminino, muitas vezes controlando desejos, opiniões e a própria liberdade de ir e vir das mulheres, bem como a de se expressar com autonomia.

Frente aos prejuízos relativos ao desenvolvimento pessoal e social que atinge as mulheres em situação de violência e em iminente risco de vida, BRASIL (2003) afirma que se tor-

na cada vez maior a necessidade de criar estratégias reais de transformação das relações sociais de gênero, fazendo o enfrentamento de toda e qualquer forma de violência contra a mulher.

Assim, a inclusão da equidade de gênero, como política pública é resultado de um longo processo social e político em diversos cenários, com a participação de diferentes atores e atrizes (GUZMÁN, 2000).

O PROVIM foi criado em 1999 pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher – CEPPM a partir das reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas do Mato Grosso do Sul com objetivo de enfrentar a violência contra a mulher. Destaca-se que neste período não existiam referências no Brasil de ações no âmbito estadual articuladas especificamente para o enfrentamento a violência contra a mulher na perspectiva de gênero.

Como explica Camargo (1998), a violência contra a mulher, por ser um problema complexo, que possui profundas raízes na organização social, nas estruturas econômicas e de poder na sociedade, o seu enfrentamento exige o desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas e a mobilização e conscientização da sociedade, sendo fundamental o engajamento dos governos e dos mais amplos setores sociais para a construção de um profundo compromisso de

respeito e igualdade nas relações de gênero. A partir desse entendimento, o PROVIM buscou atuar tanto diretamente no problema, criando mecanismos adequados para o atendimento às vítimas da violência contra a mulher, como também buscou, com diferentes ações, combater a cultura patriarcal que historicamente vem subjugando às mulheres aos homens.

Ao incorporar gênero, enquanto categoria de análise social, no conceito da violência contra a mulher, o PROVIM teve seu foco de atuação ampliado, o que segundo Camargo (1998) se dá por uma razão muito simples: a violência contra a mulher neste contexto é um problema de cunho histórico-cultural, que deixa evidente o domínio, pelos homens, do corpo e da autonomia das mulheres.

Várias propostas foram elaboradas em oito diferentes eixos de atuação, a seguir nominados: a) comunicação; b) educação; c) cultura; d) segurança e justiça; e) saúde; f) trabalho, emprego e renda; g) desenvolvimento econômico e h) infra-estrutura e obras. Para cada um desses eixos foram traçadas diretrizes para o direcionamento das ações que seriam desenvolvidas. (PROVIM, 1999)

Desta maneira, o PROVIM foi construído com a intenção de atender as causas e os efeitos da violência contra a mulher em seus principais pontos estruturadores, dividindo-se em dois grande campos de atuação, a prevenção e o combate.

O PROVIM foi elaborado e gerido pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher (CEPPM). É um órgão criado pelo Governo Popular (1999 a 2006) com a missão de propor, articular e coordenar políticas públicas para a mulher numa perspectiva de gênero. Como organismo governamental que não tinha dotação orçamentária própria, as ações propostas foram executadas em diferentes órgãos da administração pública estadual, vindo a se pulverizar em vários setores do governo a necessidade de políticas mais justas e igualitárias para homens e mulheres, o que sem dúvida fortaleceu e ampliou o debate de gênero no Mato Grosso do Sul.

O PROVIM, implantou uma rede de enfrentamento a violência com a criação e integração de diferentes serviços para o atendimento à mulher, como delegacias especializadas de Atendimento à Mulher, centros de atendimento à mulher, casas abrigo, defensorias públicas para a mulher, instituto médico legal, polícia militar, bombeiro militar, rede pública de educação e de saúde. Além dessa ação de apoio imediato, também pode-se perceber que o PROVIM buscou criar estratégias para a desconstrução de valores machistas que legitimam a prática dessa violência.

Nesse sentido foram propostas e implementadas ações no campo da educação não sexista; na ampliação do debate sobre a saúde da mulher, ultrapassando o binômio mulher-

mãe; na infra-estrutura, reivindicando que as casas populares saíssem em nome das mulheres; na geração de emprego e renda, com processo de qualificação profissional mais equânimes; no empoderamento das mulheres, com o fortalecimento de lideranças femininas na representatividade de organizações locais, como associações de moradores, clubes de mães e grupos de mulheres.

O PROVIM investiu amplamente na formação em gênero de profissionais, como a formação de policiais civis e militares, a partir da inclusão de disciplina específica para a abordagem de gênero e da violência contra a mulher na grade curricular dos respectivos cursos de formação; e, ainda na perspectiva de consolidação do debate sobre gênero, foi trabalhada a formação de gestores públicos, com cursos específicos e com a elaboração e implementação do primeiro curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gênero e Políticas Públicas do país, voltado para servidores(as) públicos(as) estaduais.

## **Considerações finais**

O PROVIM, buscou como explica Portela (2004), atuar em pelo menos, duas frentes de intervenção política no nível governamental. Em primeiro lugar, o conjunto das políticas públicas foi repensado, buscando reestruturá-lo de modo a também se orientar pelo propósito de enfrentar as causas da

violência contra as mulheres. Neste grupo, incluem-se as formas de combater as causas da violência através de políticas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, emprego, enfim, em todos os campos da ação governamental. Em segundo lugar, priorizou-se políticas públicas especificamente voltadas para a prevenção e combate à violência contra as mulheres, integradas ao conjunto das políticas de governo. É aqui que a política de criação e fortalecimento de redes de proteção e apoio às vítimas, claramente priorizadas no PROVIM, tornou-se absolutamente imprescindível.

Considerando que a ação do Estado nunca é neutra, o simples fato do Governo Popular (1999 a 2006) ter criado o PROVIM já sinalizou para um possível enfraquecimento das estruturas que legitimam a desigualdade de gênero, que tem como causa direta a tutela, pelos homens, do corpo e da autonomia das mulheres, resultando na prática da violência.

Por outro lado a institucionalização governamental desse problema, possibilitou a implementação de estratégias concretas para reconhecer, interceptar e alterar os fatores originários e as conseqüências da violência contra a mulher, promovendo a sua desnaturalização e seu enfraquecimento, demarcando o papel fundamental que os governos tem na construção de sociedades igualitárias entre homens e mulheres.

# Educação com igualdade de gênero: capacitação de professoras e professores

*Rosana Monti Henkin\* e Daniela Auad\*\**

## Introdução

O presente texto debate a formação de profissionais da educação infantil na perspectiva de gênero no âmbito específico do Curso “Gênero e Educação”. Trata-se de um conjunto de conclusões de pesquisa realizada no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com três professoras de educação infantil, que passaram por processo de capacitação na qual a temática eram as relações de gênero. A escolha das entrevistadas foi feita a partir da resposta e do aproveitamento que cada uma apresentou diante do processo de capacitação.

Desenvolvi a presente pesquisa com o objetivo de conhecer a relação existente entre as práticas docentes e a possibilidade de transformação destas a partir de capacitação de professoras(es) sobre a temática da educação com igualdade de gênero. Esta formação possibilitou o registro de uma

---

\* Assessora Técnica e Política da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher. E-mail: rosana.henkin@hotmail.com.

\*\* Orientadora. Professora Doutora da UNIFESP.

experiência bem sucedida de capacitação de professoras(es) da educação infantil, na medida em que tornou possível a reflexão sobre as relações de gênero na escola e na comunidade, bem como a revisão de muitas práticas pedagógicas que reproduziam tais relações de uma maneira desigual. Assim, ao manter como hipótese que a educação com igualdade de gênero é uma maneira de enfrentar as desigualdades de gênero na sociedade, o objetivo do estudo foi conhecer o impacto da formação de educadoras e educadores para a prática de uma educação com igualdade de gênero.

Vale notar que a desigualdade nas relações de gênero é uma característica das sociedades em que o feminino e o masculino são hierarquizados, das quais a nossa faz parte, com conseqüências nocivas para todas as pessoas. Preconceitos, baseados em estereótipos constituídos por toda a sociedade, distribuição desigual de poder e de oportunidades fazem com que cada vez mais homens e mulheres se distanciem e construam relações não democráticas (FARIA e NOBRE, 1997).

Na perspectiva da pesquisa realizada, gênero pode ser entendido enquanto elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primordial de significar as relações de poder (SCOTT, 1989). Gênero é também “um produto social que constrói o

sexo”, pois se as relações de gênero não existissem, o que conhecemos como sexo seria destituído de significado e não seria percebido como importante. O sexo poderia ser apenas uma diferença física entre outras (DELPHY apud AUAD, 2006).

As relações de gênero referem-se ao modo como as pessoas percebem os gêneros masculino e feminino na sociedade a partir da socialização de valores masculinos para meninos e femininos para meninas. Por isso, esperam-se atitudes e comportamentos compatíveis com essa expectativa. As diferenças biológicas são vistas segundo essas construções de gênero, conforme elas se delineiam historicamente em cada sociedade (AUAD, 2003).

A educação, no contexto da socialização, tem reproduzido as relações de gênero desiguais, inclusive na formação de professoras(es). Quando as crianças chegam à escola já aprenderam muitos valores femininos e masculinos, já sabem qual deve ser o comportamento de meninos e de meninas. Assim, acabam ocupando de maneira diferente os espaços da escola, não tendo as mesmas oportunidades de desenvolvimento. Esses valores impedem que as pessoas vivam sem preconceitos e com mais autenticidade (AUAD, 2003).

Por isso, educadores e educadoras precisam de subsídios para confrontar suas noções de feminino e de masculino para empreender práticas pedagógicas igualitárias para meni-

nos e meninas (AUAD, 1998, p. 64), proporcionando igualmente oportunidades de exploração dos potenciais de homens e mulheres, respeitando a liberdade de pensamento e de consciência. Tal educação carrega idéias diversas das tradicionais e valores transformadores, os quais não reforçam a concepção de masculino superior ao feminino, de modo a não limitar a capacidade e a autonomia das mulheres.

Nessa perspectiva, é possível pensar na implementação do que Auad denomina como co-educação, ou seja, um modo de gerenciar relações de gênero na escola que permitiria questionar e reconstruir as idéias sobre o feminino e sobre o masculino. A co-educação é, assim, percebida como uma política educacional que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implantadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nas atividades, intencionalmente voltadas para a igual valorização do que é socialmente considerado masculino ou feminino. O resultado desse processo poderia ser a eliminação da discriminação contra as mulheres e o feminino, assim como o fim das desigualdades entre as mulheres e homens (AUAD, 2006)

### **Capacitação de professoras e professores**

Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, foi realizado um processo de capacitação em diversas unidades escolares des-

tinado a todas as pessoas que nelas trabalhavam. O objetivo era capacitar os diversos profissionais das escolas para a prática da educação com igualdade de gênero. Esse processo foi elaborado na ótica feminista, isto é, apoiado na construção coletiva dos novos conhecimentos e no reconhecimento das desigualdades vividas por meninas e mulheres em relação aos meninos e homens no interior das instituições escolares, com base no diálogo. Os conteúdos desenvolvidos foram: Conceito de Gênero, Gênero e Violência, Gênero e Saúde, Gênero e Trabalho, Gênero e Educação e Oficina de Atividades Inclusivas.

As entrevistas revelam que os(as) professores(as) tinham uma percepção anterior das relações de gênero desiguais, verbalizadas pela divisão do espaço para meninos e para meninas, pela separação nas brincadeiras, pela autorização desigual para participar de determinadas atividades. Porém, nota-se a necessidade de um conhecimento mínimo sobre gênero, para que se possa interferir na transformação das relações. Embora as professoras percebam que existem certas diferenças na educação de meninas e meninos, elas não conseguem detectar onde e como mudar esse estado de coisas. Em razão desta lacuna, elas acabam por referendar as práticas tradicionais.

A partir da capacitação os(as) professores(as) iniciaram um processo de auto-avaliação de sua prática pedagógica.

Concluíram que a prática cotidiana, sem as informações sobre gênero, reforça a desigualdade de gênero. Nessa perspectiva, como aponta a autora, a escola mista sem o questionamento das relações de gênero tradicionais acaba por reforçar as desigualdades. Há a necessidade de manter a convivência de meninas e meninos, em bases co-educativas (AUAD, 2003). Neste contexto, seria possível desenvolver igualmente as potencialidades de homens e mulheres, meninos e meninas, proporcionando igualmente o acesso a informações e oportunidades sem segregação por sexo.

Durante a capacitação, apresentamos aos(as) professores(as) um conjunto de sugestões que orientaram para o início de uma mudança significativa na metodologia por elas utilizada. Fazendo uma avaliação crítica de sua prática pedagógica, na perspectiva de gênero, foi possível rever atitudes tradicionais, elaborar projetos, compartilhar a responsabilidade sobre a transformação que estava sendo proposta. A reorganização dos espaços, das atividades, das cores, das brincadeiras, incluindo igualmente meninos e meninas, evidenciaram esse processo.

Entretanto, como em todo processo novo e que subverte uma ordem estabelecida, muitas dificuldades foram encontradas, as quais residem exatamente na construção das relações de gênero. Geralmente, sujeitos que foram educados na

ótica da desigualdade resistem à construção de relações de gênero igualitárias. Crescer acreditando na naturalização dessas desigualdades pode fazer com que elas sejam mantidas em muitas searas da vida. Assim, para se construir uma sociedade democrática, é importante realizar uma educação para a igualdade de gênero desde a infância.

Considerando que o ideal co-educativo cria condições, com formação e com instrução, para a transformação da sociedade, as professoras entrevistadas apontam para algumas iniciativas de proporcionar oportunidades iguais de desenvolvimento para meninas e meninos, percebidas nas escolas onde atuam. Essas oportunidades podem ser exemplificadas com a transformação do discurso sobre os papéis sociais, a participação igualitária de meninos e meninas nas atividades pedagógicas, esportivas, lúdicas, de higiene e de organização.

68 | Dessa forma, os(as) professores(as) consideram que atualmente são proporcionadas relações mais democráticas entre meninos e meninas, pois para ambos são oferecidas iguais oportunidades, direitos e responsabilidades. Todos(as) têm acesso à casinha de bonecas e ao futebol, como também devem respeitar as regras existentes, sem preferência a meninos ou meninas.

A partir da alteração das práticas escolares e do diálogo com todos os atores envolvidos, percebe-se, em graus dife-

renciados, que as representações de gênero na escola e na comunidade começam a ser transformadas. As crianças vêm com naturalidade a igualdade entre os gêneros, o que demonstram com respeito e solidariedade, com a consciência de que homens e mulheres podem vivenciar situações conjuntamente e lado a lado.

Assim, os(as) professores(as) entrevistadas reconhecem o processo de capacitação como uma alternativa e como algo fundamental para melhorar sua prática pedagógica cotidiana, proporcionando o início da transformação das relações de gênero. Elas apontam que, para a escola ter condições de cumprir seu papel transformador da sociedade, principalmente das relações de gênero, algumas mudanças precisam acontecer.

Fica evidente a importância da co-educação enquanto caminho para o direito à igualdade de gênero, uma vez que propõe contemplar esse ideal nas Faculdades de Pedagogia e cursos de Formação em Serviço, seja com disciplinas específicas sobre relações de gênero, seja com textos e debates que considerem o tema no interior das demais disciplinas e conteúdos a serem estudados pelos(as) educadores(as) (AUAD, 2006).

Por outro lado, com um quadro de profissionais formados em uma perspectiva de gênero, as unidades escolares e futuramente as instituições gestoras do sistema de ensino te-

rão condições de incorporar o debate da igualdade no seu cotidiano, incentivando professores e professoras a aprofundar os estudos e desenvolver pesquisas sobre o tema, bem como desenvolver atividades que incluam e motivem igualmente meninas e meninos.

### **Considerações finais**

A reflexão proporcionada pela capacitação permitiu que os(as) professores(as) avaliassem criticamente a sua prática pedagógica, utilizando o gênero como categoria de análise. Foi possível rever a metodologia utilizada e assim iniciar um processo de transformação. Ficou clara a dificuldade que havia para lidar com as relações de gênero no ambiente escolar antes da capacitação, bem como as possibilidades que vislumbraram para trabalhar tais questões depois de terem acesso a essas informações.

Dessa forma, os(as) professores(as) reorganizaram suas representações de gênero e passaram a compreender a educação com igualdade de gênero como uma estratégia importante para a transformação das relações entre mulheres e homens, bem como para a construção de relações mais democráticas entre meninos e meninas, mulheres e homens.

É, portanto, importante enfatizar, como conclusão de pesquisa, que a prática de uma educação com igualdade de

gênero só poderá acontecer se houver um olhar especial para a formação dos profissionais da educação.

Se educarmos as novas gerações dentro dos princípios da igualdade de gênero, futuramente as diferentes instituições sociais poderão ser mais democráticas, como a família, a escola e as empresas no mercado de trabalho. Talvez assim, tenhamos uma sociedade com espaços e oportunidades iguais para mulheres e homens, eliminando a discriminação, o preconceito e a violência contra as mulheres.

# Violência de gênero e políticas públicas: sensibilização de homens autores de violência contra a mulher

*Sana Mara Araujo Estigarribia\* e Zaira de Andrade Lopes\*\**

## Introdução

Este artigo apresenta um estudo exploratório que se insere no campo de Gênero e Políticas Públicas e teve como objetivo analisar, a partir da perspectiva de gênero, as representações hegemônicas de masculinidade associadas à violência de gênero expressas por um grupo de homens agressores participantes de oficina de reflexão. Buscou-se identificar as representações de masculinidades expressas pelos participantes da pesquisa articuladas à violência e promover reflexões dos participantes sobre a violência praticada contra a mulher, visando quebrar o ciclo da violência.

---

\* Coordenadora do Projeto Penas Alternativas e Violência de Gênero: sensibilização de homens autores de violência contra a mulher. E-mail: estigarribi@hotmail.com.

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS.

## **Uma breve descrição contextual e conceitual: gênero, patriarcado e masculinidades**

Segundo Scott (1991), gênero é definido como um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças sexuais percebidas entre os sexos e é também uma forma de significar as relações de poder. No sentido global, gênero é uma construção sociocultural daquilo que se considera ser homem ou mulher na sociedade, a partir das relações sociais formadas (LOPES, 2000).

Outro conceito importante é o de patriarcado - categoria que identifica o caso específico das relações de gênero - no qual ocorre o processo dominação-exploração das mulheres pelos homens. O pressuposto desse conceito compreende as mulheres como reprodutoras e objetos sexuais dos homens. A crença responsável pela manutenção do patriarcado se baseia em relações de poder forjadas na divisão sexual do trabalho, de forma social e histórica, sendo acompanhadas por relações sociais desiguais, nas quais muitos homens utilizam dos diversos tipos de violência para mantê-las (SAFFIOTI, 2004).

Para compreender a violência de homens contra as mulheres, a partir da perspectiva de gênero, foi necessário analisar os processos de socialização masculina e os significados de ser homem na sociedade. Concluiu-se que os ho-

mens são socializados, de um lado, para reprimir suas emoções afetivas e sensibilidades e, por outro lado, fomentados para a agressividade, principalmente a força e a violência física, formas socialmente aceitas como marcas ou provas de masculinidade.

A masculinidade abordada no artigo se remete à masculinidade hegemônica (homem branco, heterossexual e dominante), na qual focam as representações dos papéis sociais rígidos atribuídos aos homens, construídos historicamente e socialmente na sociedade (MONTEIRO, 1997). Em suma, possui influência do modelo patriarcal.

### **Caminhos da investigação sobre violência na perspectiva de homens agressores**

A metodologia de trabalho utilizada seguiu os procedimentos empregados na pesquisa-ação (que se caracteriza por uma atitude participativa da pesquisadora) e na técnica de intervenção psicossocial usando a oficina de reflexão para a investigação das representações masculinas hegemônicas ligadas à violência contra a mulher. As atividades foram registradas em um gravador, foram feitas observações em um caderno de campo e depois transcritas, processo que permitiu uma análise mais fidedigna, associada ao método de intervenção. Foram desenvolvidas 10 oficinas, com duração de 2

horas, entre os meses de maio a agosto de 2007, sobre os temas: relações de gênero, violência de gênero, paternagem, sexualidade e saúde. Participaram nove homens, encaminhados pela “Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Cumprimentos das Cartas Precatórias Criminais em Geral”, responsável pela aplicação da Lei Maria da Penha. No processo de análise foram inicialmente questionadas quais eram as representações de masculinidades ligadas à violência de gênero que podem estar influenciando no comportamento agressivo contra a mulher; e se houve uma transformação simbólica na ótica de gênero, por meio das oficinas de reflexão, que ao mesmo tempo acolhe e os responsabiliza pela violência contra a companheira. Os temas debatidos possibilitaram identificar o perfil dos participantes, que apresentaram histórico de uso de bebidas alcoólicas, dependência de drogas ilícitas e vivência de contexto familiar agressivo, em que muitas vezes presenciaram suas mães ou responsáveis sendo agredidas.

A metodologia empregada possibilitou identificar a relação de poder que perpassa nas relações de gênero, ligadas a violência contra a mulher. Conforme observamos nas falas dos participantes, o rapaz é incentivado a iniciar a vida sexual mais cedo do que a mulher, como prova de sua masculinidade, no qual muitas vezes não estão preparados de forma responsá-

vel, como pelo uso da camisinha, para prevenção de doenças e gravidez.

Esses padrões de masculinidades hegemônicas arraigadas com a cultura sexista podem resultar na predisposição do homem a certas doenças, por falta do hábito cultural de realizar exames preventivos. Assim, primeiramente comete violência contra si mesmo, por ignorar o cuidado de si; conseqüentemente, irá ignorar o cuidado com o outro, como a gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Além é claro, da violência sexual a mulher, em que o homem somente se preocupa em satisfazer seus impulsos sexuais pressionando a companheira a ter “relações íntimas”, mesmo sem vontade e sem o consentimento dela. Nesse sentido, percebemos uma relação estreita da crença de autoridade e poder do homem sobre o corpo da mulher, na qual o homem naturaliza a violência contra a mulher. Houve momentos nas oficinas de reflexão, que alguns participantes demonstraram a crença de que o homem tem o direito como marido de ter relação íntima, por ser homem e provedor da família, mesmo sem o aval da companheira.

76

Verificamos nas reflexões de oficinas, por meio dos relatos de experiências, que todos iniciaram o uso da bebida alcoólica na adolescência, quando muitas vezes bebiam junto com os pais. Nesse sentido, podemos ponderar que o vício do álcool também tem componente cultural que dificulta a preven-

ção e a intervenção com os usuários de álcool. Quando os meninos e rapazes são iniciados de forma precoce com as drogas lícitas (bebida alcoólica), pode ocorrer de esses mesmos rapazes utilizarem as drogas ilícitas (maconha, cocaína e dentre outras), pois acreditamos que um vício pode levar a outro. Com isso, aumenta a probabilidade desses mesmos jovens vivenciarem os diversos tipos de situações de violência, como, por exemplo, briga, acidente de carro, falta de preocupação com a saúde e violência contra a mulher.

De maneira geral, esses homens utilizam a agressividade como forma de controle, conservando assim seu poder, sua virilidade e sua autonomia sobre a mulher.

### **Considerações finais**

Em síntese, por meio dessa pesquisa, é possível concluir que existem vários fatores associados ao uso de violência de homens contra mulheres, pois a violência contra a mulher comporta aspectos sociais, culturais, individuais. Além de aspectos específicos da própria relação do casal, mas que de certo modo recebem influência da ideologia patriarcal. É preciso ressaltar, que muitos desses participantes são ao mesmo tempo vítimas, testemunhas e autores de violência. Isto não significa que as vítimas serão futuros agressores, mas que o contexto violento pode influenciar. O trabalho de “ofici-

nas de reflexão” foi fundamental para coleta de informação visando à intervenção psicossocial, que colaborou para o desejo de mudança dos participantes, pois puderam perceber que muito dos seus ganhos decorrentes dessa cultura, na realidade eram falsos. Isso nos ajudou a verificar a relevância desse trabalho e da criação de um espaço para a população masculina questionar o significado da violência para eles e o que poderiam fazer para evitá-la, ou seja, construir alternativas para a solução de conflitos que não envolvam a prática de violência. Portanto, desenvolver relações entre homens e mulheres com base no respeito e na equidade. Como consequência dessa pesquisa foi solicitada pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher a elaboração de um projeto mais amplo para esse público-alvo, que foi apreciado e aprovado pelo Ministério da Justiça Federal.

Acreditamos que, por causa da criação da Lei Maria da Penha, foi fundamental aprofundar estudos com esses participantes, visando à socialização na perspectiva de gênero para ajudar na formulação e implementação de Políticas Públicas que garantam mudanças eficazes. Dessa forma, minimizar a violência contra a mulher e quebrar a base central da ideologia do patriarcado absorvido *intergeracionalmente*. Em suma, é necessário que se trabalhe os dois pólos, tanto com a vítima quanto com o autor de violência.

# **Gênero e políticas públicas de ação afirmativa: estudo de caso do sistema de cotas no ingresso de mulheres na Polícia Militar de Mato Grosso do Sul**

*Neidy Nunes Barbosa Centurião\* e Jacy Correa Curado\*\**

No Brasil, a entrada das mulheres na Polícia Militar (PM) deu-se de forma substancial a partir da década de 1980, porém ainda hoje existe a necessidade de acompanhamento histórico e social sobre o tratamento que as policiais recebem e como são vistas dentro da instituição militar por seus pares.

A inclusão da primeira turma de soldados femininos na Polícia Militar de Mato Grosso do Sul ocorreu em 1982. Isto se deu, segundo Santos (2003), em face das novas exigências da atualidade e da crescente inserção da mulher em todas as áreas, inclusive nas antes consideradas como exclusivas dos homens.

A forma de inclusão da mulher nos quadros da Polícia Militar foi realizada por meio de concursos e, em 30 de setembro de 1981, a Lei n. 270 criou o Quadro Especial de Policiamen-

---

\* Capitão da Polícia Militar MS. E-mail: neidy\_nunes@yahoo.com.br

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

to Feminino da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, disponibilizando 10% das vagas do concurso para mulheres segundo critérios específicos estabelecidos em edital.

Hoje, a forma de inclusão da mulher na Polícia Militar é feita de acordo com a análise do Comando Geral da Polícia Militar deste Estado que delimita um percentual de mulheres do montante das vagas disponibilizadas no concurso.

Nesse contexto, o objetivo desse trabalho é compreender os sentidos da inserção da mulher na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, identificando a forma ingresso e o processo de definição do número de vagas visando contribuir para a construção da equidade de gênero.

## **Caminhos da pesquisa**

Essa investigação foi realizada por meio da coleta e análise de documentos públicos disponíveis na Polícia Militar e entrevistas por meio de questionário com perguntas fechadas realizadas com sete componentes do Estado Maior da Polícia Militar. A discussão dessa investigação organizou-se em três eixos temáticos principais, identificados por meio das declarações dos entrevistados.

## Resultados e discussão

Polícia Militar é coisa para homem

Para Litsgarten (2002) a idéia de que polícia é coisa para homem pode ser considerada uma reação diante da presença feminina na Organização e traduz-se na consideração da mulher como incapaz diante ao trabalho executado. Para complementar esse pensamento colhemos parte das declarações a seguir: [...] em vista desse preconceito, a própria sociedade quando requisita um policial necessariamente quer que esse policial seja do sexo masculino [...] (ENTREVISTADO 02). No que concerne à filosofia tradicional de policiamento, Calazans (2004) afirma que o tratamento para a inserção de mulheres nos quadros policiais dá-se de uma forma muito limitada e com pouca visibilidade.

Para Schactae (2004) a PM é um espaço cujo domínio é masculino e cujo poder simbólico representado pela farda, pela arma e pelas viaturas, são identificadores da masculinidade dentro e fora da instituição militar. Ninguém fala “lá vem as muié [sic]”, mas todos já ouviram a expressão: “lá vem os home [sic]”.

Scott (1990) afirma que devemos compreender historicamente como as relações sociais tomaram corpo nas instituições e legislações que têm por função cristalizar tudo, legi-

timando o estado das relações de força entre os grupos em um dado momento.

Num grupo feminino que terá que desempenhar um papel masculino, ela precisa reafirmar continuamente que é mulher. E quando os homens precisam conviver com mulheres que exercem funções ditas masculinas, precisam reafirmar que são homens:

[...] como a Polícia militar passa por um momento de pouco efetivo e a nossa missão constitucional é a preservação da ordem pública é o policiamento ostensivo nas ruas [sic]. Os comandos da PM tem tido essa orientação de privilegiar o sexo masculino [...] (ENTREVISTADO 01).

Nesta afirmação o entrevistado assume que existe uma orientação para privilegiar o sexo masculino, por considerar que a maioria das atividades desempenhadas pela Polícia Militar não é adequada para ser executada por uma mulher:

[...] porque a maioria das ações implica num esforço físico que só é compatível com o sexo masculino e em determinadas missões a mulher fica debilitada então e até pelas condições dela também em alguns casos [...] (ENTREVISTADO, 04).

Portanto a função social da Polícia Militar na visão oficial é visivelmente considerada *masculina*, onde a idéia do uso da força física e conseqüentemente da repressão do policiamento ostensivo é priorizada em detrimento a ações preventivas.

## A importância da mulher na Polícia Militar

Observou-se que as atividades realizadas pela mulher são percebidas como complementares a dos homens policiais, e tem a função de fazer o que o policial do sexo masculino esta impedido por determinações legais, conforme um relato da pesquisa:

[...] exercer aquelas funções que só a mulher pode fazer, como a busca pessoal feminina, fazer um acompanhamento, onde não precisa colocar um homem e uma mulher para se fazer, fazer uma entrada num domicílio suspeito que só tem mulheres. (ENTREVISTADO 05).

O sentido dos Oficiais entrevistados está baseado na cultura oriunda do patriarcado em que, segundo Muraro (2002) fez da mulher a encarnação do *outro*, no qual se permite descobrir, confirmar, projetar o seu próprio eu.

Pode-se notar também que os entrevistados mencionaram que as mulheres hoje atuam em todas as áreas da Polícia Militar:

As mulheres no serviço de inteligência da PM têm assim uma participação fundamental, [...] eu posso te dizer que a mulher que trabalha aqui, ela tem uma vivencia melhor, ela tem um senso critico melhor, ela observa melhor, ela consegue te trazer um relatório mais especificado. (ENTREVISTADO 06).

Ainda apresenta-se outra versão da necessidade da mulher de outro entrevistado que declara que a “mulher é tão importante quanto o homem”. Tal argumento encontra emba-

samento em Musumeci e Soares (2004) quando afirmam que talvez devido às barreiras que distanciam o mundo civil do militar dificulta o reconhecimento da participação das mulheres policiais no policiamento ostensivo de enfrentamento a violência contra as mulheres.

As cotas para ingresso na Polícia Militar garantem os direitos de quem?

[...] mas o que a gente observa é que o homem cumpre melhor essa função, então contrata-se mais homens e atende-se os 10% como cota mínima para o concurso para a entrada das mulheres. (ENTREVISTADO 01).

Há uma concepção essencialista das relações de gênero, em que se concebe a mulher como sexo frágil, portanto justifica-se o emprego do maior número de homens onde exigem a rusticidade e a força como atributo quase que fundamental para os policiais militares, logo o trabalho da Polícia Militar seria prejudicado se o concurso fosse aberto, ou seja, sem cotas, onde se correria o risco de que as mulheres fossem aprovadas em maior número que homens. Porém, essa não é uma vertente unânime entre os entrevistados, existem, também, mais duas concepções: uma em que justificam a necessidade como garantia de direito e a segunda que afirma que as cotas na PM é uma situação ultrapassada onde nesta política está implícito certo tipo de machismo e preconceito.

## Considerações finais

O número de policiais femininos na Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (PMMS) em 2007 ainda é 7% do efetivo masculino, o que restringe a ação da Polícia Militar, sendo que um grande número dessas mulheres está trabalhando na capital. Pôde-se perceber que houve um aumento do número de vagas para o concurso da Polícia Militar nestes 25 anos, aumentando de 10 para 30 % de vagas para soldado, porém permanecendo 10% para as vagas de Oficiais.

O pequeno número de policiais femininos na Polícia Militar traz conseqüências para a Segurança Pública e não pode ser considerada só uma questão de inclusão de mulheres no mercado de trabalho. Deve, sim, ser considerada como estratégia de segurança para evitar a violência e coibi-la, realizar o policiamento ostensivo preventivo, ou tão somente o policiamento comunitário.

Acredita-se que estas vagas são restritivas ao invés de inclusivas, pois a política pública de cotas tem como característica garantir o mínimo e não o máximo de vagas, pois se assim for, delimitará o acesso das mulheres nos quadros da Polícia Militar, tornando-se discriminatória mesmo tendo aumentado o número de vagas.

Há, pois, uma tentativa de anulação das diferenças de gênero quando da construção identitária do policial militar. Isto

se manifesta numa tentativa de igualar formalmente mulheres e homens em âmbito institucional. Diante desta tentativa de igualar o inigualável, deve-se refletir acerca da explícita diferenciação numérica colocada pela PMMS na oferta de vagas para homens e mulheres. Diante de uma representação social da mulher, tem-se que as suas especificidades passam a ser consideradas indícios a não qualificação da mulher para o trabalho operacional.

Hoje, o policiamento realizado pela Polícia Militar é 70% considerado preventivo e apenas 30% repressivo, ou seja, ainda são poucos os casos em que se exige força para condução. Portanto, não existe explicação para restringir a entrada de mulheres na Organização. Por conseguinte, sugere-se que o Estado passe a utilizar cotas inclusivas da mulher na PM. Para isso, deve-se adotar uma política que defina o mínimo e não o máximo de mulheres a ingressar na Polícia Militar e poderá se alcançar a equidade de gênero almejada.

A sociedade é considerada dinâmica, portanto, está em constante transformação. Até Heráclito, o filósofo grego, que dissera que a única coisa imutável no Universo é a mudança, se surpreenderia com as transformações avassaladoras que se apresentam atualmente. Este fato também ocorre na segurança pública em que se deve ter a flexibilidade e conhecimento para saber o que mudar, bem como quando essas

mudanças devem acontecer, detectando quais as necessidades de reestruturação.

Hoje, considerando que não existe limitação legal para a inclusão das mulheres na Polícia Militar nem estudos e pesquisas científicos que indiquem qualquer restrição da inserção da mulher nos quadros da PM, esta seria a oportunidade de adotarmos políticas inclusivas seguindo o modelo, por exemplo, da Polícia Militar do Estado do Paraná e garantindo os direitos constitucionais do cidadão.

# O papel da Delegacia de Atendimento à Mulher e a política pública de enfrentamento à violência de gênero

*Nadia de Sousa Rodrigues\* e Nilton Paulo Ponciano\*\**

Este trabalho é um estudo introdutório acerca do tema gênero e políticas públicas e tem como objetivo contribuir para a discussão sobre violência de gênero e suas formas, analisando especificamente o papel da Delegacia de Atendimento à Mulher neste contexto.

Segundo a literatura sobre o assunto (AUAD, 2003; SAFFIOTI, 2004; BESSE, 1999; MASSUNO, 2002), a violência de gênero constitui-se na sociedade atual em uma das mais cruéis e doentias formas de demonstração de preconceito e de violência. Esta situação reproduz nas vítimas comportamento psicológico devastador, ocasionando dificuldades em expressar sentimento, vergonha e dor. Dessa forma, acredita-se ser neste contexto que se situa o papel da Delegacia de Atendimento à Mulher.

\* Delegada da Delegacia de Atendimento à Mulher de Nova Andradina. E-mail: [nadiasrodrigues@yahoo.com.br](mailto:nadiasrodrigues@yahoo.com.br).

\*\* Orientador. Professor Doutor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS.

A idéia de implantação de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero criando pioneiramente delegacias especializadas para o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero vem em decorrência de algumas carências do Estado, tais como o tratamento frio e inexperiente oferecido pelas unidades policiais às vítimas da violência de gênero e o preconceito sociocultural e. Também pretende coibir ou pelo menos diminuir os índices crescentes de violência de gênero que passou a ser uma das bandeiras de luta dos movimentos sociais nas últimas décadas do século XX. Assim, construiu-se a idéia de que a violência de gênero precisaria de atendimento especializado, já que se tratava de forma diferenciada de violência, que causava diversas consequências à vítima. É neste contexto que se situa este estudo.

## **Metodologia**

São objetivos deste estudo:

- Compreender o processo de formulação e institucionalização das Delegacias de Atendimento à mulher.
- Estudar se a especialização do atendimento à vítima de violência de gênero contribui para reduzir os índices de violência e justificar a necessidade de existência de Delegacias de Atendimento à Mulher.

Para desenvolver os estudos sobre gênero e políticas públicas, versando sobre o papel das delegacias de atendimento à mulher, recorreu-se a autores e leis que possibilitassem uma leitura da conjuntura favorável à compreensão do processo de constituição das Delegacias de Atendimento à Mulher, não somente numa perspectiva jurídica, mas, acima de tudo, numa visão sociocultural.

Dessa forma, este estudo baseou-se na pesquisa documental e de campo usando como referencial teórico autores como Scott (1989), Saffioti (2004), Berenice Dias (2007), Besser (1999), entre outros, além de analisar como fonte primária as Leis n. 9.009/95, n. 11.340/06 e n. 12.256/06 para, em seguida, analisar as observações coletadas com as vítimas da delegacia de atendimento à mulher do município de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

O instrumento de pesquisa utilizado foi a observação participante por entender que esta técnica possibilita captar uma variedade de informações que não são obtidas por meio de outras técnicas como perguntas, entrevistas fechadas, questionários induzidos. Além do mais, a observação participante mergulha na realidade pesquisada, o que permite desvendar o cotidiano nas suas ações mais evasivas e imponderáveis. A coleta de dados ocorreu durante os meses de janeiro a setembro de 2007 na Delegacia da Mulher do município de Fátima

ma do Sul, centrando o foco nos depoimentos e observando o comportamento das vítimas após sofrerem agressão física. A seguir, a pesquisa realizou uma leitura interpretativa da Lei n. 11.340/06, n. 9.009/95 e n. 12.256/06 para apresentar os resultados, discussões e considerações finais.

## **Resultado e discussão**

Os resultados alcançados pela pesquisa demonstraram que mulheres agredidas procuram a Delegacia de Atendimento à Mulher de Fátima do Sul em uma média de 15 casos por mês, para denunciar ameaças, lesões corporais, injúria, perturbação, vias de fato, violação de domicílio, desaparecimento e atos obscenos. As maiores queixas registradas por mulheres são de lesões corporais e ameaças.

Conforme as observações realizadas, descobriu-se que, quando uma mulher procura a delegacia, poucas têm a intenção de que o resultado acabe na condenação de seu agressor. O que ela procura é uma solução à violência sofrida. Esta situação fez refletir sobre os benefícios da Lei n. 11.430/06. Com a Lei n. 9.099/95, muitas vezes o acesso da vítima à justiça era mais rápido; entretanto, a Lei “Maria da Penha” trouxe novos aspectos como a elaboração de “medidas protetivas de urgência” para garantir entre outras medidas, o afastamento do agressor do lar.

Outro aspecto observado é que a violência contra a mulher atinge todas as classes sociais e assume as formas mais diversificadas possíveis. Entretanto, a violência doméstica torna-se mais visível nas camadas inferiores, por razões de natureza financeira, já que as vítimas mais abastadas normalmente se utilizam de advogados particulares para resolverem seus problemas na esfera civil, restando aos mais carentes recorrer ao mecanismo oferecido pelo Estado. Em mais de sessenta por cento dos casos analisados o agressor está dentro da própria família e são pessoas que têm ou tiveram algum vínculo afetivo com a vítima.

### **Considerações finais**

Algumas medidas, restrições e sanções previstas na lei relacionada à violência de gênero parecem à primeira vista na contramão do processo histórico cultural que envolve e conduz o Direito como instrumento de controle social e solução de conflitos individuais e interpessoais. São normas repressivas, restritivas ou mesmo protetivas que, grosso modo, não são politicamente adequadas, nem se justificam juridicamente, o que poderá comprometer a efetividade da Lei n. 11.403/06.

Começa-se pela discutível legitimidade de se proibir a aplicação de pena alternativa nos casos de violência de gênero de menor ou média gravidade, o que, empiricamente, não

justifica severa proibição e, certamente, causa reclamos de que a lei é preconceituosa.

A Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, tem por escopo coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. No entanto, muitos dispositivos foram redigidos de maneira pouco esclarecedora, contrariando vários princípios e algumas normas específicas, o que suscitará muitas discussões, que são saudáveis para o aprimoramento do que já existe e já é utilizado. A discussão dos fatos gera crescimento e promove a melhoria em todos os aspectos, uma vez que a legislação posta obriga os atores sociais a prestarem maior atenção em uma camada que fora anteriormente desprestigiada e esquecida pelo poder público.

Vale lembrar que para estas políticas públicas serem eficazes precisam ser articuladas aos diversos setores da sociedade, responder às demandas locais e enfrentar o desafio de envolver a sociedade no processo de desconstrução de discursos que mantêm e reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres.

Quanto ao papel da delegacia de atendimento a mulher como política pública de enfrentamento à violência de gênero, pode-se verificar que o processo de criação e a atuação destas delegacias é pedra angular no processo de ampliar os direitos sociais à vítimas de violências de gênero, pois além de

amparar legalmente, atua no esclarecimento à mulher de seus direitos e deveres, contribuindo na postura quanto à situação e agressão sofrida. O papel da delegada da mulher vai além, pois ela pode ser compreendida como uma intermediadora social na política de defesa e educadora no âmbito de conscientizar a sociedade. Assim, o que podemos analisar nos resultados obtidos com este trabalho é que a cada dia a delegacia de atendimento à mulher vem sendo mais procurada, o que faz com que exista a necessidade de se integrar as leis e suas aplicações a outros órgãos governamentais que integrem uma rede de atendimento.

# Análise de gênero da vida criminal

*Regina Célia Dan\** e *Zaira de Andrade Lopes\*\**

## Introdução

Esta pesquisa demonstra que o número de homens envolvidos na criminalidade é superior ao número de mulheres. Os motivos que levam homens e mulheres a cometerem crimes, assim como o envolvimento de pessoas do sexo feminino no mundo da contravenção, nos incita a investigar as causas dessa diferença. Para tanto, considera-se a tipificação dos crimes cometidos pelos detentos/as, assim como os motivos que impulsionaram essas pessoas para o mundo do crime.

## Gênero, violência e criminalidade

Este estudo fundamenta-se na noção de gênero, conceito utilizado para expressar as diferenças entre homens e mulheres, cuja construção se dá no contexto de diversas formulações culturais e sociais, que define papéis para homens e mulheres. Para Scott (1989, p. 14): “o gênero é um elemento

---

\* Vereadora do Município de Nova Andradina-MS. E-mail: celiadan@bol.com.br.

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS. E-mail: zairal@terra.com.br.

constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Outras categorias além do gênero, no entanto, são necessárias para a compreensão das relações de poder.

Assim, cabe definir e caracterizar a concepção de patriarcado, cujo conceito permite compreender as diferenças nas relações de poder entre os seres humanos, as relações hierárquicas estabelecidas, resultando na dominação-exploração das mulheres. Segundo Saffioti (2004, p. 136): “o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com a primazia masculina”.

Para conceituar violência e criminalidade, faz-se necessário salientar a complexa rede de violência social que pode ser vista na ótica da dominação-exploração. A estrutura social estabelecida, resultando na divisão de classes sociais apresenta não só a dominação de ricos sobre pobres, brancos sobre negros, poderosos sobre subalternos e a discriminação investida sobre negros, índios, deficientes e homossexuais. Essa dominação-discriminação se constata através da supremacia masculina no âmbito da família, no campo político, no campo ideológico e principalmente na esfera econômica. De qualquer modo, a supremacia é garantida ao homem adulto (SAFFIOTI, 1987, p. 39).

Entende-se, portanto, que as relações de poder que vigoram na sociedade, transmitindo a forma violenta da dominação, repassam a violência de geração em geração. Assim, o homem domina a mulher, essa por sua vez domina os filhos, substituindo assim o diálogo e o amor. Com tal procedimento as famílias tendem a socializar seus filhos para serem violentos.

Em contrapartida, o desenvolvimento emocional das crianças submetidas à experiência de testemunharem a violência é afetado. Na maioria das vezes verifica-se que as crianças são mais ansiosas, irritáveis, com menor capacidade de concentração e atenção, têm menor grau de motivação e autoestima prejudicada. Como resultado, tem-se filhos com a capacidade de pensar o futuro comprometida e sem esperanças e confiança no porvir, como afirma Cardia (PINHEIRO, 1998, p. 140).

### **Análise e discussão**

Esta pesquisa caracteriza-se pelo enfoque exploratório e se desenvolveu por meio de pesquisa de campo, em que se utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista individual. Os sujeitos participantes da pesquisa foram dez mulheres e dez homens, detentos/as do Presídio de Bataguassu e Cadeia Pública de Nova Andradina, respectivamente. A en-

trevista foi realizada por meio de um roteiro estruturado, e gravada, com a permissão dos participantes, visando garantir a fidelidade dos dados e favorecer a análise.

De acordo com a caracterização do perfil dos entrevistados e dos crimes apresentados nesta pesquisa, constatou-se que, 60% possuem a idade entre 18 e 35 anos, com baixa escolaridade, considerando para esse dado o nível do ensino fundamental. Ressalta-se que um dos homens e duas mulheres aprenderam a ler na cadeia. Um dos homens entrevistados possui curso superior e uma mulher havia iniciado este nível de ensino. Um homem e três mulheres cursaram o ensino médio. 80% dos participantes do sexo masculino são oriundos do Estado de Mato Grosso do Sul, enquanto que apenas duas mulheres são procedentes deste Estado. Fato que pode ser explicado em função da característica dos crimes.

Confirma-se que os fatores que levaram os homens participantes desta pesquisa a cometerem crimes estão intimamente ligados à agressividade e uso de drogas, assim como estão propensos a uma vida de aventura, sendo que a necessidade financeira aparece numa escala inferior. Já as mulheres em sua maioria apontam essa condição como principal causa para a prática de crimes.

Nota-se que, diante do desemprego, a responsabilidade de, muitas vezes, assumirem sozinhas o sustento dos/as fi-

lhos/as, ou ansiadas com a possibilidade de melhorar a condição socioeconômica as mulheres vêm na atividade ilícita, especialmente a do tráfico de entorpecentes a esperança de galgar o tão sonhado *status* social ou até mesmo suprir as necessidades básicas do dia-a-dia. Detecta-se, ainda que as mulheres presas por tráfico de entorpecentes estão vinculadas às funções menos importantes do processo, elas são utilizadas como “mulas”, ou seja, exercem a função de transportar, uma vez que as pessoas deste sexo estavam “acima de qualquer suspeita” até pouco tempo atrás. Existe também uma hierarquia de poder no “negócio” que quase sempre é financiado e comandado por homens, caracterizando que na tipologia de crime de maior participação das mulheres existe a relação de gênero, calcada na exploração das mulheres.

Duas mulheres entrevistadas cometeram homicídio. Uma relata que assassinou seu marido porque o mesmo a agredia demasiadamente, tanto física como emocionalmente, enquanto a outra o fez em função do excesso de ingestão de bebidas alcoólicas com suspeita de crime passional. As duas mulheres utilizaram uma faca como instrumento para cometer o crime. Já os dois homens que cometeram este tipo de crime possuíam arma de fogo.

Das vinte pessoas envolvidas neste estudo, treze são acusadas de tráfico de entorpecentes, sendo que nestas con-

dições estão nove mulheres e quatro homens. Confirmando a base teórica mencionada nesta pesquisa, especialmente a teoria do patriarcado, onde a educação e o tratamento destinados a meninos e meninas diferenciam principalmente em função das brincadeiras que desenvolvem e tipo de brinquedos que utilizam, percebe-se o reflexo na tipologia dos crimes de nossos/as entrevistados/as, quando se constata que os crimes mais violentos foram praticados por pessoas do sexo masculino.

Um dos quesitos da entrevista versava sobre a perspectiva de vida destas pessoas. As respostas, quase que por unanimidade, resume-se em: “Vou sair daqui e viver decentemente, vou ganhar meu dinheiro honestamente, quero cuidar dos meus filhos, dar bom exemplo para eles”. Tanto homens como mulheres utilizam expressões que demonstram arrependimento, dizendo que esse lugar os ensinou muito, principalmente a serem humildes.

### **Considerações finais**

Os dados obtidos através desta pesquisa foram imprescindíveis para detectar que existe um estreito caminho entre a teoria e a prática. Assim, podemos sugerir que dentre os motivos que levam uma pessoa ao mundo do crime, destaca-se os problemas socioeconômicos, bem como problemas de inter-

relação pessoal. Considera-se ainda que os homens cometam mais crimes, em função das relações de gênero e educação patriarcal presentes e instaladas em nossa sociedade.

Ao longo deste trabalho afirmamos que cabe não só as mulheres, mas também aos homens pensar outra maneira de educar seus filhos, sendo o diálogo um ingrediente aconselhável. Não temos, portanto outra sugestão, senão a de apontar a instalação, em medida de urgência, desse debate, iniciando nas escolas, atingindo inicialmente os/as professores/as, estendendo posteriormente ao alunado, pois entendemos que a educação é um dos caminhos para avançarmos na conquista de muitas das necessidades de nossa sociedade, especialmente a de igualdade de condições entre homens e mulheres.

# Relações de poder entre casais de homoafetivos na perspectiva de gênero

*Maria Conceição Jorgino Elias\** e *Estela Márcia Scandola\*\**

## Introdução

Este estudo problematiza os discursos condenatórios, cercados de tabu e preconceitos em relação aos casais homossexuais, especificamente aos de lésbicas que são constantemente vítimas de discriminações sociais. Consoante com as práticas e lutas sociais, o interesse por esse tema é questão emergente no campo dos direitos humanos e sexuais. Apesar de serem inúmeros os questionamentos sobre a constituição de um casal, quer seja definido pela sexualidade, pelo sentimento, pela coabitação, ou por laços institucionais, abordaremos aqui o conceito de casal compreendido pela Lei n. 11.340/06, Lei Maria da Penha. Assim sendo, esse trabalho contribui para a produção referente à temática de futuras pesquisas no âmbito em gênero na medida em que pretende responder à seguinte pergunta de pesquisa: Como são manifestadas as relações de poder em casais de lésbicas? Tendo

---

\* Gestora da Equipe de Capacitação do Programa de Inclusão Social (2002-2006)

\*\* Orientadora. Professora Mestre (IBISS-CO).

como referência o conceito de gênero segundo Scott (1989) e a concepção de Foucault (1977) que salienta que o poder não pode ser associado essencialmente à força repressiva, mas sim quando produz o saber por meio dos discursos sociais para compreendermos as manifestações das relações de poder.

## **Metodologia**

Participaram deste estudo como sujeitos de pesquisa dois casais de lésbicas que foram selecionados considerando-se apenas o fato de serem um casal que coabita há mais de um ano e a disponibilidade de elas participarem da pesquisa. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o roteiro de entrevista; o gravador utilizado com o consentimento das entrevistadas através do termo de livre consentimento. Foi realizada uma entrevista com cada mulher, na residência delas, contemplando-se aspectos como a renda, afazeres domésticos e lazer, totalizando quatro horas de duração. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. A análise dos dados foram realizadas nos moldes de Minayo (1992), buscando compreender na análise dos dados qualitativos o caráter significativo das formas simbólicas expressas nos discursos das entrevistadas, para compreender as manifestações de relações de poder estabelecidas, levando em

conta o contexto sócio-histórico em que estão inseridas, no qual a fala é produzida buscando captar o movimento, as contradições e os condicionamentos históricos que a envolvem. O emprego da estratégia de análise do discurso sobre o material obtido favoreceu a interpretação do pensamento das pesquisadas, no qual nos detemos na interpretação temática e, mais do que a expressão verbal, importava a compreensão simbólica da realidade apresentada pelas entrevistadas.

## **Resultados**

As participantes deste estudo ocuparam diferentes posições diante das relações de poder estabelecidas entre os casais. Os processos constitutivos das relações de poder apresentados caracterizaram-se no modelo culturalmente construído pelo poder patriarcal. As relações de gênero evidenciadas nos dois casais apontam para as desigualdades existentes em que a figura masculina é considerada a figura de proteção e de provimento do lar. Assim como ocorre em casais heterossexuais, à figura feminina é atribuído o cuidado do lar e, quando possível, o complemento na composição da renda mensal muitas vezes é considerado como ajuda. Enquanto a mulher apresentou maior interesse em atividades construídas socialmente como sendo atribuições masculinas. Em relação aos afazeres do trabalho doméstico nos casais

de lésbicas pesquisados não diferem da divisão sexual do trabalho doméstico apresentados em casais heterossexuais. A função de manter a organização do lar é atribuída às mulheres com atributos construídos socialmente como femininos.

Em relação a ciúmes, ambos os casais relataram sentir ciúmes de sua companheira, por insegurança e medo de perdê-la, disseram que é manifestado pelo olhar, por gestos corporais de desaprovação. Nas situações de reagir com agressão física à pessoa que simboliza uma ameaça à estabilidade ou à qualidade do relacionamento em ambos os casais são manifestados de forma agressiva pela mulher que apresenta estereótipos masculinos, demonstrando sentir a companheira como sendo sua posse, fato observado em diversas formas de relacionamentos de casais. Quanto a atividades de lazer, os dois casais apresentados realizam entre a família, em casa de amigos, boates, lanchonetes, parques e sorveterias. Percebemos que a mulher com estereótipos femininos demonstrou ser mais romântica, relatou sentir necessidade de ter os finais de semana somente para as duas. No entanto sua companheira que é masculinizada não demonstra incomodar-se em estar sempre em rodas de amigos, frisando que nunca estão sozinhas, nem em casa nos finais de semana. Características essas apresentadas pelas mesmas posições de gênero tradicionais de nossa cultura em que a

mulher é considerada romântica e caseira, enquanto o homem é considerado mais extrovertido com atividades rotineiras externas ao lar. No segundo casal percebemos situações diferenciadas em que a mulher masculinizada relatou ser a mais caseira, fato que também não se distingue de alguns casais heterossexuais.

### **Considerações finais**

Observa-se nas temáticas abordadas durante as entrevistas com os dois casais de lésbicas que as formas de manifestações de relações de poder apresentadas por eles mesmos não diferem das apresentadas em casais heterossexuais, que são baseadas no discurso situado em um contexto histórico-social marcado por complexas articulações de relações de poder e de dominação de gênero baseados no sexo biológico e nos atributos construídos socialmente de masculinidade e de feminilidade dentro de uma cultura machista e patriarcal. Ao dar visibilidade às formas de relações de poder em casais de lésbicas, este estudo questiona a lógica patriarcal homogeneizante de dominação das mulheres como vítimas apenas do sexo biológico masculino. É possível perceber diante do exposto pelas entrevistadas que, mesmo sendo um casal composto por duas mulheres, ainda assim elas são vítimas dos discursos dominantes do masculino que perpassam

todo o tecido social e se constituem nas relações sociais. Neste sentido, as relações de poder dos casais de lésbicas pesquisados demonstraram ser introjetados os discursos da cultura patriarcal com a inserção de papéis sociais predefinidos de masculinidade e feminilidade. Nesta pesquisa, a mulher que apresenta estereótipos masculinos representa a figura de proteção e dominação à mulher com estereótipos femininos. Resaltamos a necessidade de pesquisas sobre as realidades de casais de mulheres lésbicas com o objetivo de melhor compreendermos suas realidades, com intuito de implementar políticas públicas de atenção às mulheres lésbicas que, antes de serem lésbicas, são mulheres com direito a viver a sua sexualidade de acordo com sua orientação sexual, sem que isso seja um impeditivo de acesso a serviços públicos e privados, pois as ações de combater a homofobia, apesar de serem desenvolvidas para diminuir a discriminação aos homossexuais masculinos e femininos, não são suficientes para garantir a acessibilidade aos serviços públicos.

# Análise de gênero e raça do perfil das vítimas de violência sexual, atendidas no Instituto de Medicina e Odontologia Legal (IMOL)

*Rosely de Miranda Bispo\* e Zaira de Andrade Lopes\*\**

## Introdução

O levantamento estatístico da violência sexual de gênero fornece subsídios numéricos relativos às vítimas de crimes sexuais (crimes contra os costumes: estupro e atentado violento ao pudor) atendidas no Instituto de Medicina e Odontologia Legal, de Campo Grande/MS, no período de 2003 a 2006.

Este trabalho levantou dados estatísticos com o intuito de explicitar a frequência da existência de violência sexual, para que pudéssemos refletir sobre a temática e propor ações de intervenção que permitissem minimizar tais problemáticas presentes em nossa realidade.

O interessante em trabalhar numa perspectiva de pesquisa quantitativa é que se abre um leque de possibilidades para que temáticas com este enfoque continuem sendo

---

\* Perita Criminal. E-mail: roselybispo@hotmail.com.br.

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS.

investigadas, mesmo porque os dados quantitativos propõem ampliar questionamentos acerca da problemática e despertar o investimento em Políticas Públicas oferecendo ações preventivas com relação à violência de gênero. Através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o governo federal, reconhecendo que o Estado deveria assumir a responsabilidade pelo enfrentamento à violência, investiu na formulação e na implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

## **Metodologia**

Este trabalho compreendeu a análise de Laudos de Corpo de Delito, de crimes de estupro e atentado violento ao pudor, cometidos em quaisquer vítimas (não fatais) que foram encaminhadas a esse tipo de exame pela Autoridade Requisitante (Delegado de Polícia e Juiz), no Instituto de Medicina e Odontologia Legal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2003 a 2006.

Foram analisados 2.347 (dois mil, trezentos e quarenta e sete) laudos expedidos na instituição. A coleta de dados foi realizada no ano de 2007, dos meses de janeiro a julho.

É de fundamental relevância explicitar que esta pesquisa não teve a pretensão de analisar todas as informações co-

lhidas no corpo do laudo, mesmo porque isso seria impossível para o escopo desse trabalho, que coube analisar dos dados de caracterização das vítimas.

O desenvolvimento da pesquisa teve duas etapas distintas, tendo como base os dados quantitativos existentes no IMOL/SEJUSP/MS e uma pesquisa de campo de caráter exploratório. Para a coleta de dados optou-se por analisar os documentos arquivados, e não realizar entrevistas ou verificações in loco, procedimentos que colocam o pesquisador em contato com a vítima.

## **Resultados e considerações**

Da totalidade dos 2.347 (dois mil e trezentos e quarenta e sete) laudos periciais, 1.211 eram de Corpo de Delito de Ato Libidinoso Diverso da Conjunção Carnal e 1.135 de Corpo de Delito de Conjunção Carnal, decorrentes de atendimento a 1.397 vítimas encaminhadas ao IMOL. Essa diferença entre Laudos Periciais e vítimas atendidas, deve-se ao fato de que as vítimas do sexo feminino geralmente são submetidas aos dois tipos de exames.

Os índices relacionados com o número de exames realizados, são aqueles apresentados em ALDCC e CC (que tipificam o crime) e os relacionados com o número de vítimas atendidas são: faixa etária, sexo e cor da pele (perfil).

Foi possível realizar a análise comparativa com os dados da SENASP/MJ apenas a partir do ano de 2005, pois a própria SENASP/MJ avalia que o Sistema de Compatibilização das Formas de Classificação das Ocorrências e o seu controle encontravam-se com grave problema, pois alguns estados enviavam apenas parte das ocorrências registradas, ou seja, apenas da Capital do estado. O ano de 2006 ainda está sendo processado pelo Sistema.

Das 1.397 vítimas atendidas no IMOL/SEJUSP/MS, 1.244 foram do sexo feminino e 153 do sexo masculino, podendo considerar que essa diferença é devido ao tipo de violência e o sexo para o qual a vítima está exposta. Avaliando na perspectiva de violência contra a mulher, observou-se que entre o ano de 2003 e 2006 (de 329 para 276), diminuiu proporcionalmente em 16%. Em relação à faixa etária, foi constatado que do total pesquisado 35% são vítimas de 0 a 10 anos de idade; 52% de 11 a 20 anos de idade e 13% acima de 21 anos de idade.

Segundo Reis (2004), é fato historicamente conhecido que grande número de vítimas evita o contato com instituições policiais devido a vários fatores. Dentre eles, cita-se o descrédito, o medo, a morosidade e a noção da inefetividade do sistema, que faz com que os crimes sexuais permaneçam excluídos da cifra da criminalidade e o número de notificações se mostre menor que os atendimentos assistenciais dispen-

sados às vítimas. Portanto, chegar até o Instituto de Medicina de Odontologia Legal é mais difícil ainda.

Em relação à cor da pele, foram diagnosticados os seguintes indicadores: no ano de 2003, das vítimas atendidas 32% se declararam branca, 36% parda, 2% preta e 31% não declararam a cor; 2004, 21% branca, 43% parda, 1% preta e 35% não declararam; em 2005, 31% branca, 55% parda, 2% preta e 13% não declaram; em 2006, 26% branca, 62% parda, 3% preta e 8% não declaram.

A coleta como dado que permite a identificação racial, a cor da pele (quesito cor), é feita por meio da auto-classificação, ou seja, a pessoa é quem “escolhe” e diz “qual é a sua cor” (preta, parda, branca, amarela ou indígena), analisando os índices acima, podemos considerar que estes dados se encontram defasados, tendo em vista o alto índice de vítimas pardas e sem declaração, baixo índice de preta e nenhum registro de amarela ou indígena.

Para evitar índices remissivos, a SENASP/MJ tem orientado as Secretarias de Segurança Pública dos Estados a coletar este dado com objetivo de sofisticar este diagnóstico e produzir propostas de conteúdos mínimos.

Vale lembrar que o IMOL é um órgão pró-ativo, ou seja, ele não busca interferir na vida social ou judicial das pessoas,

apenas age quando solicitado a fim de produzir prova que culpabilize ou inocente determinado agressor com base em metodologia científica para uma melhor aplicação da lei.

Acima de tudo, o que esperamos é que este trabalho possa incomodar a sociedade, a fim de que o poder público estabeleça políticas ainda mais eficazes para minimizar a violência sexual de gênero.

# **Gênero e políticas públicas: um olhar da Psicologia sobre o Sistema Prisional de Campo Grande/MS**

*Joyse Cabreira de Sousa\* e Josemar de Campos Maciel\*\**

## **Introdução**

O presente resumo veio como resultado da pesquisa realizada no âmbito da pós-graduação em Gênero e Políticas Públicas que teve entre seus objetivos dialogar com o conhecimento adquirido pelas psicólogas que atuam no Sistema Prisional de Campo Grande/MS com relação à sua prática profissional e sua condição de mulheres dentro deste organismo institucional.

A pesquisa se estruturou a partir do recorte de gênero, considerando os dados quantitativos da categoria no Brasil que, por sua vez, aponta maior número de mulheres formadas em Psicologia do que homens e o debate do que vem a ser mulher nesse campo de atuação profissional.

A produção de sentidos é o movimento diário de se dar sentidos às coisas (conhecimento) por meio das relações in-

---

\* Psicóloga, Gestora Pública Municipal. E-mail: joysekisser@hotmail.com.

\*\* Orientador. Professor Doutor da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB.

terpessoais, das construções dialógicas e práticas da vida no cotidiano. Para entender a realidade, seus mecanismos e a pluralidade devemos observar a forma como as pessoas as descrevem e as explicam dentro de suas práticas sociais, porque “a teoria construcionista social descolou o foco da atenção da pessoa para o domínio social” (NOGUEIRA, p. 146).

Pesquisar nesta perspectiva é buscar enquanto processo de análise, a compreensão dos sentidos produzidos pelas psicólogas. No cotidiano das inter-relações sociais, o que faz sentido aos referenciais lingüísticos e a comunicação torna-se presente sua utilidade, familiaridade e reconhecimento passíveis de visibilidade acadêmica e legitimidade no saber construído. Coletivamente, o cotidiano passa a ter sentido porque é permanentemente vivenciado. Os sentidos são construídos através da fala, das expressões, dos símbolos, da subjetividade humana assim como a dinâmica das relações sócio-históricas como organismo vivo e a constituição de mundo e seus sentidos (SPINK, 2004).

## **Metodologia**

Apropriando-se de Oficinas enquanto instrumento metodológico, damos visibilidade aos conteúdos qualitativos do que se é construído, facilitando o entendimento dos valores e significados atribuídos às coisas em si, o que possivelmente foi cons-

truído socialmente e gerando nas pessoas envolvidas atuações específicas. Cabe ressaltar que, considerando a amplitude do Sistema Prisional, participaram da pesquisa psicólogas que atuam nos seguintes desdobramentos: Patronato (Programa ELO), Estabelecimento Penal “Jair Ferreira de Carvalho” também conhecida como Segurança Máxima, Centro de Triagem “Anísio Lima” – CT e Instituto Penal de Campo Grande – IPCG.

## Resultados e discussão

Enquanto conhecimento construído nas oficinas obtivemos descrições valiosas tanto para a categoria profissional como para os(as) gestores(as) de políticas públicas. Na primeira oficina intitulada “Os sentidos da Psicologia” explicitaram-se os significados que a Psicologia possui para estas profissionais, aspectos estes que direcionam toda uma conduta e valorização pessoal. Uma frase usada por uma das participantes para definir a Psicologia foi “*A Psicologia como espelho da alma*”. A Psicologia como espelho da alma pode contribuir para a melhoria ou não do ser humano numa dada situação, podendo alcançar o ser humano em suas mãos e agir de acordo com a sua intencionalidade. Na aspiração da intencionalidade, o não-julgamento se coloca como instrumento fundamental para o exercício da Psicologia, em que as subjetividades interagem, mas não se prejudicam, necessariamente.

Quando se age em consonância com a defesa e com amor pela vida, a Psicologia se reafirma enquanto profissão aplicada a determinados contextos, como é o caso da nossa profissão no contexto prisional. Entrelaçada à exposição das compreensões acerca da Psicologia, trouxe a proposta de que fosse colocado por elas também o que é ser mulher e psicóloga do Sistema Prisional. Os conteúdos revelados foram significativamente discutidos e refletidos em grupo, o que proporcionou que as compreensões individuais se formassem no grupo e se caracterizassem como uma compreensão coletiva.

A Psicologia, dentre as ciências existentes, passa a ser representada como o papel de mãe, a ciência que cuida da psique humana, do que há de mais sensível e desprotegido no ser humano, por isso, precisa ser cuidada, protegida, amada. Ser mulher apropriada de sua vida profissional não descaracteriza os aspectos funcionais do ‘ser mulher’ enquanto identidade inicial. A identidade e a profissão interagem de modo que passam a ser um ato natural de sua própria existência. Isso levanta a questão de que a ciência é da esfera da masculinidade e a Psicologia, como ciência, pode refletir a feminilidade no fazer científico.

Foucault retrata que as prisões nasceram a partir de um “conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corri-

gir as operações do corpo” (FOUCAULT, 2000, p. 118).

Estas formas de regulamentos institucionais se aplicam a todas as formas de organizações sociais, portanto a instituição estatal também segue regras e consensos sociais que se revelam por meio de crenças prevalentes na linguagem. E a linguagem existente sobre a criminalidade e suas formas de entender, encarar e tratar a criminalidade é como dizer que para o erro existe a correção, o que se materializa enquanto castigo à punição. O Estado como o pai que pune, as assistentes sociais e psicólogas como a mãe que ameniza, protege o filho incorreto, desconexo em sua postura social e busca corrigi-lo, orientá-lo de um modo específico, pois acredita na sua transformação e superação.

De acordo com Lima (2002, p. 117),

[...] as relações estabelecidas entre homens e mulheres têm marcado, para as mulheres, historicamente, um processo de exclusão social do espaço público. Os papéis e os comportamentos destinados para ambos os sexos têm determinado quais os lugares devem ocupar na sociedade e, para as mulheres, sempre restou o privado lar como âmbito de poder (de cuidar da família, dos filhos, da educação, da saúde e dos idosos, etc).

A presença da mulher enquanto parte dos instrumentos das execuções penais pode soar como distorção na atuação dos papéis sexuais estabelecidos historicamente, já que nas definições dos papéis que as mulheres ocupam e ocuparam

pela divisão sexual do trabalho se restringe minuciosamente o que deve ser ocupação feminina e o que deve ser masculina.

A sensação das psicólogas que atuam no Sistema é de que são punidas profissionalmente por serem mulheres e por terem escolhido trabalhar no presídio. Este foi um aspecto frequentemente presente no processo dialógico das participantes. Castigada pela escolha audaciosa, desafiadora e perigosa de se inserir num ambiente como as prisões. A mulher que rompe com o esperado, que invade os espaços determinados e estritamente masculinos tem consciência de seus atos e escolhas, mas nem sempre conhece o que deve esperar, o que está para encontrar. Desse modo, tanto a mulher como a Psicologia ainda são incompreendidas com relação às suas finalidades e intencionalidades dentro do Sistema Prisional. Para tanto, vejo relevante ressaltar que estas incompreensões se originam do outro (advogados, juízes, diretores, agentes de segurança e até mesmo de um grande número de internos) e não das participantes.

Na segunda oficina intitulada “A Política Pública que temos”, as participantes relatam que a proposta da política pública é responder à perspectiva de bem-estar coletivo e está sujeita a ser compreendida também como algo que possa vir a ser culturalmente colocado como sendo para quem é menos favorecido no aspecto financeiro, no acesso às informa-

ções e na escolaridade. E, como grande parcela do atendimento direcionado aos menos favorecidos, caracteriza-se como sendo um atendimento superficial. O Sistema Prisional também se caracteriza como ação governamental, como política pública institucionalizada, porém por se caracterizar como instrumento para a execução da Justiça e instrumento legal para a execução das punições ao ser humano, se distancia da finalidade de ser um mecanismo que ajude a população, de ser algo que seja feito para o bem da população, para a “recuperação/reinserção/ressocialização do ser recluso”, pois como já afirmava Foucault, a prisão fabrica delinqüentes e “em sua realidade e seus efeitos visíveis foi denunciada como o grande fracasso da justiça penal” (2000, p. 221).

A prática profissional da Psicologia apresenta algumas possibilidades de transformação da realidade a partir de experiências exitosas vivenciadas dentro do Sistema e a pesquisa levanta diversos elementos que precisam ser evidenciados e pesquisados com maior profundidade.

## **O turismo frente às políticas públicas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em uma perspectiva de gênero**

*Tânia Regina Comerlato\* e Estela Márcia Scandola\*\**

Investigar e acompanhar algumas atividades de enfrentamento e casos de tráfico de pessoas nos levou à escolha do objeto de estudo, despertando a vontade de compreender a relação do turismo com a exploração sexual, uma vez que o tema está intimamente relacionado ao tráfico de mulheres. Segundo a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF, 2002), as rotas de tráfico de pessoas acontecem entre os estados brasileiros e internacionalmente, sendo que a Região Centro-Oeste recebe, envia e também é rota de passagem para outras regiões e países. As ações de enfrentamento têm sido articuladas entre governo e sociedade civil e no caso do envolvimento de crianças e adolescentes, o Estado brasileiro tem pautado essa temática na agenda das políticas públicas.

---

\* Servidora pública da Fundação de Turismo.

\* Orientadora. Professora Mestre (IBISS/CO).

A exploração sexual dos infantes tem ganhado espaço na sociedade a partir da ótica da garantia dos direitos da criança e do adolescente preconizados na Constituição Federal Brasileira de 1988, na Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças e do Adolescente de 1989 e na Lei n. 8069/90, que promulga o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. Além disso, foi objeto de debate do Congresso de Estocolmo (Suécia) em 1996 e de Yokohama (Japão), em 2001.

O Brasil tem um Plano Nacional que influencia e articula planos estaduais e planos municipais, sendo que, no âmbito da política de turismo há, na atualidade, diretrizes sobre o desenvolvimento do turismo sustentável, com recorte específico para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Segundo o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Mato Grosso do Sul (COMITÊ, 2006), a exploração sexual é caracterizada pela violência cometida contra crianças e adolescentes, mediante remuneração financeira ou em espécie, bem como a obtenção de lucros ou vantagens por aliciadores, donos de locais de exploração, agenciadores, transportadores, etc. Ou seja, essa exploração está agregada ao turismo, manifestando-se através de pedofilia na internet, no comércio sexual, no tráfico de pessoas e na pornografia. Dessa forma, turismo, exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de pessoas são temáticas que se encontram

de forma recorrente nos planos de desenvolvimento que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural como condição para sua efetividade.

A exploração sexual de crianças e adolescentes associadas ao turismo, embora ocorra em todo o território brasileiro, ocorre na contramão dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo. Pode-se afirmar, inclusive, que tal prática se constitui na própria negação da concepção do turismo que se baseia na busca do lazer, do conhecimento e do trabalho. Nesse sentido, o conceito de gênero torna-se fundamental para compreendermos o efeito do desenvolvimento do turismo não sustentável sobre as mulheres, incentivado a mobilidade de homens aos quais são oferecidos serviços sexuais agregados aos pacotes turísticos, negociados previamente na origem ou no local do destino turístico.

## **Metodologia**

A pesquisa objetivou conhecer a contribuição das organizações públicas e privadas representativas do turismo para o desenvolvimento sustentável e proteção aos direitos das crianças e adolescentes, numa perspectiva de gênero.

Foram realizadas três entrevistas com as organizações que representam os segmentos mais importantes do turismo que são: meio de hospedagem, receptivo e agência de via-

gem e operadoras de turismo. As entrevistas eram semi-estruturadas, individuais, realizadas com dirigentes das organizações em seus locais de trabalho. O roteiro priorizou conhecer o entendimento dos dirigentes sobre a relação entre exploração sexual e o turismo em Mato Grosso do Sul, seu envolvimento no enfrentamento e o seu papel enquanto dirigentes.

### **Análise e discussão**

Nas entrevistas realizadas com os representantes das organizações do turismo, percebe-se que todos relatam serem contra qualquer forma de exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, sendo que a maioria deles relatam atuarem na defesa dos direitos das crianças e são categóricos ao afirmarem que em seus empreendimentos não participam de qualquer tipo de exploração sexual de crianças e jovens, bem como abominam os colegas que possam estar envolvidos nessa prática.

Dentre as entrevistas, apenas uma organização relata que trabalha na perspectiva da prevenção, buscando sensibilizar os seus pares e reconhecendo seu papel de gestor de turismo, inclusive com uma atuação pró-ativa no que se refere aos direitos da criança e do adolescente. Os demais afirmaram que participam quando há uma iniciativa do governo ou da sociedade civil e quando são convocados para se envolve-

rem. Afirmam que o papel é de colaborador e que o enfrentamento é papel do governo.

Os entrevistados demonstraram não se sentirem parte do contexto social em que vivem ou onde têm os seus empreendimentos, não se reconhecem como co-responsáveis pelos cuidados com as condições de vida nas comunidades locais e atribuem a responsabilidade a outros. Citam como o grupo mais vulnerável as meninas jovens e os locais mais afetados aqueles com turismo da modalidade de pesca.

### **Considerações finais**

As organizações de turismo podem contribuir com o desenvolvimento sustentável, incluindo neste conceito a proteção aos direitos humanos, especialmente da infância e juventude e influenciar decisivamente na qualidade de vida das localidades, considerando a dimensão das relações de gênero, viabilizando a diminuição das desigualdades de acesso a bens e serviços entre homens e mulheres. Os princípios do Código Mundial de Ética, da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Nacional do Turismo podem ser incorporados no cotidiano das organizações, fazendo parte de um processo de sensibilização, capacitação, mas também fiscalização dos empreendimentos turísticos com vistas a coibir ações de violação dos direitos vinculados ao desenvolvimento do turismo.

A pesquisa, no entanto, indica que o papel maior deve ser desempenhado por gestores públicos na medida em que podem se comprometer com a garantia de um processo de desenvolvimento do turismo que leve em conta os valores étnicos, culturais, ambientais, de geração e gênero. De outro lado, também os colegiados de políticas públicas, especialmente os representantes da sociedade civil, podem envolver os empreendedores do turismo, como esses também podem se envolver com os colegiados visando à troca de conhecimentos, saberes e sensibilidades, com vistas a avançar na construção de um projeto societário cujo desenvolvimento esteja sob a proteção dos direitos humanos.

# **Gênero no abuso sexual contra crianças: uma descrição dos processos judiciais e de políticas públicas de enfrentamento da questão**

*Alexandre de Melo Portela Spengler\* e  
Regina Mara Jurgielewesk Gomes\*\**

## **Introdução**

A discussão pública em torno do abuso sexual contra crianças no Brasil data do final da década de 80 do século XX (FELIZARDO, ZÜRCHER & MELO, 2006). Marcos legais regulatórios, delegacias especializadas e campanhas que visam à conscientização da população são as ferramentas hoje utilizadas para tratar a questão que há poucos anos entrou na agenda governamental brasileira.

Pesquisas acadêmicas em torno do tema contribuem cada vez mais para uma leitura do problema no sentido de se entender as motivações do abuso, os obstáculos para punição dos culpados e a dificuldade no tratamento das vítimas, no que se configura hoje como um problema de saúde pública

---

\* Jornalista da Assembléia Legislativa. E-mail: spengleralex@hotmail.com.

\*\* Orientadora. Professora Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS.

devido ao elevado índice de ocorrência e aos sérios prejuízos para o desenvolvimento das vítimas. A literatura especializada aponta que uma em cada cinco meninas e um em cada dez meninos são vítimas de violência sexual antes de completar 18 anos.

Os dados existentes levam a Sociologia, a Psicologia e outras ciências a considerar uma perspectiva de gênero para análise de crimes sexuais contra crianças. Em todos os trabalhos que nos servem de referência, a maioria absoluta de registros mostram que as pessoas que cometem abusos sexuais são do sexo masculino e a maioria absoluta das vítimas desses abusos é do sexo feminino.

A partir dos Relatórios Estatísticos Trimestrais do SOS Criança em Campo Grande, contabilizaram-se os números de vítimas por sexo de acordo com as denúncias procedentes relativas aos crimes de violência sexual intra-familiar. Para o ano de 2004 foram 116 meninas e 8 meninos; em 2005, 118 meninas e 10 meninos.

Este dado preliminar invoca um porquê propulsor que, somado a outras características desse tipo de fenômeno, como a prática corrente do incesto e a força do impacto na vida das vítimas, nos traz sempre uma sensação de urgência.

A monografia *Gênero no abuso sexual intra-familiar contra crianças: uma descrição de processos judiciais e políticas*

*públicas de enfrentamento da questão* reforça a perspectiva sociológica de análise da violência sexual a partir das relações de poder entre os sexos, gêneros e gerações. Tendo como norte principal as questões de gênero, o trabalho trouxe a partir da verificação de processos judiciais da Comarca de Campo Grande e dos Planos Nacional e Estadual de Mato Grosso do Sul de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes duas afirmações básicas: a primeira, é que as questões de gênero exercem papel preponderante para a ocorrência da violência sexual inclusive contra crianças, resposta ratificada a partir de dados locais; a segunda é que, mesmo as questões de gênero possuindo fundamental importância na ocorrência de tais violências sexuais, as políticas públicas e seus agentes ainda não incorporaram, de fato, o significado do conceito, potência e uso efetivo de uma abordagem que leve em consideração as desigualdades de gênero existentes.

## **Metodologia**

Para a análise dos processos judiciais, optou-se pelo recorte analítico de cinco processos judiciais, sendo quatro já tramitados em julgado e um em andamento, nas Varas Criminais da Comarca de Campo Grande. Tais processos foram consultados nos meses de agosto, setembro e outubro de 2006

e agosto de 2007. Os dados coletados foram organizados e analisados nos itens: a) resumo dos casos por relatos e investigação policial e judicial; b) descrição do abuso pelos sujeitos; c) início do abuso; d) desenvolvimento; e) coação; f) tempo de duração registrado dos abusos; g) descrições adicionais das relações familiares; h) denúncia e i) transformações na família.

Para a fase de descrição e análise, relacionada às questões de gênero nos planos de enfrentamento a violência sexual contra crianças, analisamos, durante os meses de agosto e setembro de 2007, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil – Relatório do Monitoramento 2003-2004, uma publicação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e sua variante para o Mato Grosso do Sul, o Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2005-2007), elaborado pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (COMSEX/MS). Uniram-se a essa base de dados outras publicações que funcionam como subsídio teórico para a aplicação dos planos de enfrentamento à violência sexual como o Caderno Temático - 18 de Maio: *Direitos Sexuais são Direitos Reprodutivos: coletânea de textos*. Brasília-DF: Conanda, 2006. Além das publicações, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com

especialistas que atuam diretamente na promoção de políticas públicas de prevenção do abuso sexual no estado de MS.

## **Discussão e considerações finais**

A defesa de uma abordagem de gênero mais incisiva na formulação e na prática das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual possibilita recursos educativos que abrangem toda a família na qual aconteceu o fato. Muita da resistência por parte dos profissionais que lidam e pensam a questão da violência sexual em lidar com pessoas que cometeram o abuso está na dúvida de como fazê-lo. Em geral, o que ocorre é a patologização ou criminalização dessas pessoas, deixando a cargo do frágil, vingativo e violento sistema carcerário brasileiro “dar uma lição” nessas pessoas. A categoria analítica gênero propõe uma desconstrução histórica das hierarquias vividas entre mulheres e homens que pode ajudar a evitar reincidências ou novos casos.

Como categoria inter-relacional, gênero relaciona-se intimamente com a própria concepção e construção do poder, e aí reside sua capacidade revolucionária tanto como epistemologia, como foco de novas análises de cunho libertário que certamente virão. Graças ao movimento feminista, o estatuto científico ganhou novas bases e a sociedade ganhou nova possibilidade real de transformação política.

Ainda que seja necessária uma discussão mais apropriada e aprofundada a respeito do conceito de incesto e suas variações, a perspectiva de gênero ratifica que a violência envolvida no abuso, seja pela supressão do direito de escolha, a manipulação da vontade de criança ou mesmo a agressão física e psicológica deliberada e explícita para atingir o objetivo da satisfação sexual, constitui parte de um processo educativo que marca a perspectiva da hierarquia entre os sexos.

Assim, crê-se que a transformação da organização social de gênero tem o poder de influenciar positivamente nas relações intra-familiares, incluindo a inibição da ocorrência do abuso sexual.

## 2.2 A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: REFLEXÕES E SUPERAÇÃO

*Eloisa Castro Berro\**

“A pobreza e a fome atentam contra a dignidade humana. Todas as pessoas devem ter direito a um nível adequado de vida para si mesmas e a sua família, incluindo alimentação apropriada, roupas, moradia e garantia de que haverá contínua melhoria dessas condições”.

Relatório Nacional de  
Acompanhamento dos ODM –  
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

A feminização da pobreza é entendida como um fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo das últimas décadas e por várias questões sociais e econômicas, se tornando mais pobres do que os homens. Consiste numa elevação da proporção de mulheres entre os pobres ou elevação da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres. É o crescimento da pobreza no universo feminino ao longo do tempo.

---

Assistente Social. Professora Mestre do Curso de Serviço Social da UCDB. Assessora técnica do Escritório Regional do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Ex-Secretária da Secretaria de Trabalho, Cidadania e Assistência Social.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>1</sup>, os domicílios, em grande parte, têm se constituído por uma mulher sem companheiro, ou seja, uma única provedora de renda. Quanto ao rendimento médio domiciliar em salários mínimos, infere-se quem, nos domicílios chefiados por mulheres o rendimento é menor do que o dos domicílios chefiados por homem com cônjuge.

Importantes entidades internacionais defendem a idéia de que uma parcela crescente das vítimas da pobreza é composta por mulheres. Segundo as Nações Unidas<sup>2</sup>, 70% de pobres do mundo são mulheres. A idéia de que, principalmente na última década, ocorreu um processo de feminização da pobreza e de que cada vez mais a pobreza tem um rosto feminino também é bastante difundida no mundo.

Conforme artigo de Simões Costa, Pinheiro, Medeiros e Queiroz<sup>3</sup> (2000), essa percepção é procedente, visto que as famílias chefiadas por mulheres, além de contarem somente com um provedor de renda, podem estar numa situação pior que as de chefia masculina, em razão das inúmeras desvantagens sofridas pelas mulheres na sociedade e, em especial, no mercado de trabalho.

As autoras e autor colocam ainda que o debate sobre a feminização da pobreza sempre foi voltado para a idéia de ocorrência de empobrecimento das famílias chefiadas por

mulheres ou famílias formadas por mulheres sem cônjuge. A idéia implícita nesse tipo de definição é a de que a dissolução de uniões leva mulheres a viverem em famílias sem cônjuges. Do ponto de vista da renda, essas famílias têm a desvantagem de contarem apenas com um adulto provedor e, portanto, de estarem mais vulneráveis à pobreza.

Estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que existem vários fatores de gênero incidentes no nível de vulnerabilidade das pessoas à pobreza. Para as mulheres, os principais determinantes envolvem a desigualdade na participação no mercado de trabalho e a desvalorização econômica e social das tarefas desempenhadas por elas, o que se traduz em menores salários e em uma segregação ocupacional que reserva às mulheres os postos de trabalho mais precários, menos formalizados.

Apesar disso, o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio/2007 mostra que, no Brasil, vem ocorrendo a diminuição das desigualdades de gênero, principalmente porque as mulheres hoje estudam mais do que os homens. A Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) aponta, ainda, que os diferenciais de salário têm diminuído, apesar de permanecerem elevados.

Em face disso, políticas públicas de geração de renda na perspectiva de gênero são fundamentais para a melhoria

da qualidade de vida e garantia da sobrevivência, visto que a renda amplia o poder e garante maior autonomia às mulheres.

Nesse aspecto, os artigos de Stephanini Rocha e Berro, “Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda para as Mulheres: um estudo de caso do Projeto Mulheres em Ação” e de Menegale Silva e Silva, a “Educação profissional e oficinas de gênero” discutem a qualificação profissional na perspectiva da geração de capital social como e as relações de gênero na educação profissional, promovendo uma cultura de respeito à diversidade.

A pobreza é um fenômeno de múltiplas dimensões, muitas delas subjetivas, que não devem ser entendidas apenas sob a ótica de renda ou consumo. Nessa perspectiva, Amartya Sen<sup>4</sup> afirma que a pobreza tem aspectos multidimensionais e deve ser vista como privação de capacidades básicas e não considerada apenas pelo baixo nível de renda, como é o critério tradicional de identificação da pobreza.

A aferição do nível de pobreza complica-se ainda mais quando considerada sob a ótica de gênero, pois diversas formas de medir pobreza não consideram aspectos como a vulnerabilidade, a violência doméstica e a falta de autonomia das mulheres.

O debate sobre a feminização da pobreza tem sido relevante para a formulação de políticas públicas de gênero no

combate à pobreza. Essas devem proporcionar meios para que as mulheres e seus filhos saiam de uma condição de extrema pobreza, a qual envolve não apenas renda, mas também outras questões como o acesso a serviços públicos.

Nesse sentido, os programas federais, como o Bolsa Família e o Programa Estadual de Inclusão Social (PIS), têm contribuído para a redução das desigualdades sociais e são fundamentais na melhoria da qualidade de vida da população em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Permitem articular políticas públicas como saúde, educação e assistência social num único programa, com foco nos grupos sociais mais pobres.

O PIS é discutido neste capítulo sob dois aspectos. O artigo de Antonio e Curado, “Titularidade de Programa Social: Uma Possibilidade de Empoderamento para a Mulher” nos remete à titularidade do programa social como uma possibilidade de empoderamento para as mulheres de baixa renda e nos leva a constatar que ocorreram mudanças na consciência sócio-política e na luta pela conquista de direitos. Já o artigo de Luz e Bezerra, “Representações da Masculinidade entre Homens Participantes de Programas Sociais” discute as representações da masculinidade entre homens participantes de programas sociais, mostrando que a responsabilidade como provedor vem levando homens a refletirem sobre as situações de empobrecimento da família.

A questão agrária se manifesta no artigo de Souza e Barros, “A posse da terra: fragmentos e desafios de uma realidade”, e refere-se à experiência de mulheres que participaram das primeiras ocupações de terra no Mato Grosso do Sul, buscando conhecer as transformações ocorridas em suas vidas após serem assentadas e se tornarem titulares da terra. Discute, ainda, as perversas relações de gênero na agricultura familiar e o engajamento das mulheres na luta pelo acesso à terra.

Outro artigo que trata de uma realidade bastante peculiar é “O envelhecimento da mulher idosa na Universidade da Melhor Idade” de Silva e Barros. Muitas mulheres, ao atingirem a terceira idade, têm a oportunidade e a coragem de alçar vãos mais altos no caminho do conhecimento. Multiplicam-se pelo país os programas destinados aos idosos em universidades públicas, com disciplinas voltadas para sua realidade e rica programação cultural. É notável que muitas destas mulheres continuam chefiando suas famílias e sendo a principal referência no lar por possuírem a aposentadoria, muitas vezes a única fonte de renda da família.

Finalmente, o texto de Silva e Barros, “As relações de gênero entre as servidoras públicas portadoras de LER” enfoca o uso de equipamentos inadequados para o trabalho, bem como o preconceito e a discriminação em relação às chefias femininas.

Conforme o Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM<sup>5</sup>, “a igualdade entre homens e mulheres é um requisito para a democracia e o cumprimento de direitos fundamentais. Entretanto, apesar dos avanços na legislação e nas políticas públicas, ainda há desigualdades que precisam ser erradicadas”. A grandeza desta obra está justamente na contribuição que oferece à sociedade ao propor reflexões e discutir dilemas que estão enraizados há séculos na história da humanidade. As relações de poder presentes no cotidiano das famílias, entre patrões e empregados, colegas de trabalho ou na luta entre grupos sociais demonstram o quanto as questões de gênero são determinantes para a edificação de novas relações e de uma cultura de paz. Já é possível perceber que a pobreza tem rosto, cor, sexo e endereço. Aqui estão algumas sugestões de como problematizar e encontrar caminhos para superar este desafio.

**Notas:**

<sup>1</sup> IBGE. Censo Demográfico, 2000.

<sup>2</sup> Texto disponível em: [www.social.org.br/relatório](http://www.social.org.br/relatório) 2002. Acesso em 12 fev. 2008.

<sup>3</sup> Texto disponível em: <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>. Acesso em: 13 fev. 2008.

<sup>4</sup> *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 109.

<sup>5</sup> Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, IPEA, 2007, p. 16.

# Políticas públicas de geração de emprego e renda para as mulheres: um estudo de caso do Projeto “Mulheres em Ação”

*Carla Charbel Stephanini Rocha\** e *Eloísa Castro Berro\*\**

## Introdução

A incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas é um processo recente e em construção, sendo necessário analisar como tais políticas estão sendo implementadas e se conseguem atingir de maneira eficaz e eficiente seus objetivos.

Para tratar da questão sobre o acesso, permanência e condições da participação das mulheres no mercado de trabalho, há necessariamente que se conjugar uma série de fatores, entre eles analisar a situação das mulheres neste mercado e a persistente manutenção de estereótipos que as desvalorizam ou desqualificam e também as sujeitam a duplas e triplas jornadas em consequência da divisão sexual do trabalho.

---

\* Coordenadora da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher. E-mail: c.stephanini@terra.com.br

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

O presente resumo baseia-se nos resultados apresentados em nossa pesquisa com participantes do Projeto Mulheres em Ação, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, que promoveu a qualificação profissional de 300 (trezentas) mulheres residentes em regiões periféricas do Município em situação de vulnerabilidade social, oferecendo cursos de capacitação em costura industrial.

### **Referencial teórico-metodológico**

Com vistas a nossa investigação, tomamos como referencial teórico o conceito de gênero elaborado por Joan Scott, que define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e é a forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1991, p. 14).

Para Scott (1991), a noção de gênero articula quatro dimensões: a) Simbólica, referindo-se aos símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas e frequentemente contraditórias, exemplificando através dos símbolos de Maria e Eva, que poderiam propiciar múltiplas interpretações, mas são contidas em interpretações binárias e opostas; b) Normativa, que se refere aos conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos e tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas e

são anunciados nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, tomando a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino, rejeitando ou reprimindo outras formas; c) Institucional, que se refere a uma noção de fixidez, levando a uma aparente permanência intemporal na representação binária dos gêneros e chamando a atenção para as análises que não incluem a noção do político, compreendendo esse político como a resistência ou coerção a que foram sujeitas as mulheres, principalmente para ficarem fora da história e; d) Subjetiva, referindo-se à construção da identidade de gênero a partir da formação de conceitos e preconceitos de forma imaginária e simbólica, expressos na linguagem e nos símbolos, elementos formadores e constitutivos do psiquismo.

A metodologia adotada foi o Grupo Focal, de acordo com a orientação dos aspectos nucleares identificados por Aschidamini & Saupe (s/d) que proporcionou conhecer os resultados apresentados pelo projeto Mulheres em Ação na melhoria da qualidade de vida das mulheres atendidas pelo projeto, identificando possíveis deficiências bem como aspectos positivos em sua formulação e execução.

Contribuíram para a formação do Grupo Focal dez mulheres que participaram do projeto Mulheres em Ação e, por-

tanto, submetidas ao mesmo conteúdo de aprendizagem, previamente esclarecidas a respeito de nossos objetivos, que discorreram sobre os seguintes temas: 1) Vida Pessoal, buscando captar a compreensão adquirida sobre o que são relações sociais de gênero; possíveis mudanças provocadas no relacionamento com companheiros, filhos e/ou pais; aquisição de maior confiança em si mesma, em seus potenciais, capacidades e habilidades; 2) Vida Profissional, buscando conhecer possíveis mudanças na vida profissional após a participação no projeto Mulheres em Ação; facilidades e/ou dificuldades identificadas para inserção no mercado de trabalho ou na geração de renda; 3) Vida Financeira, buscando saber se houve aumento na renda pessoal decorrente do curso realizado e quais ações consideravam necessárias para o aumento da renda gerada e 4) Considerações sobre o Projeto Mulheres em Ação.

### **Resultados apresentados na Oficina do Grupo Focal**

No tópico relacionado à vida pessoal, solicitamos que discorressem sobre o que haviam compreendido da disciplina Relações de Gênero, um dos conteúdos oferecidos durante a execução do projeto. De forma geral expuseram que haviam compreendido que não existem grandes diferenças nas capacidades e potenciais de homens e mulheres, mas destacaram a “dificuldade” do homem em realizar as mesmas ativida-

des cotidianas das mulheres, demonstrando a internalização e naturalização da divisão sexual do trabalho, pois tais habilidades não são vistas como resultantes de um processo de socialização diferenciada, mas sim como características ou aptidões naturais.

Algumas mulheres revelaram certas mudanças de comportamento após a conclusão do curso, em especial com seus companheiros e particularmente quanto ao questionamento da sobrecarga de trabalho, vivenciada por milhares de mulheres em nossa sociedade, pois mesmo quando a mulher exerce uma profissão remunerada de forma permanente, ainda é atribuída quase que exclusivamente a ela a responsabilidade com filhos e afazeres domésticos. Destacou-se ainda a tomada de consciência de que muitas limitações a que se sujeitaram em várias dimensões de suas vidas se deu por sua própria responsabilidade e, se tivessem a oportunidade de voltar atrás, construiriam sua vida de forma diferente, especialmente quanto a não abrir mão de sua própria realização pessoal em função de filhos e companheiros, buscando ainda ensinar/educar diferencialmente suas filhas e netas. Apesar disso, outro aspecto que se evidenciou em algumas falas – e que é muito comum às mulheres, em consequência do não reconhecimento social do trabalho realizado no âmbito do doméstico, do privado – refere-se a não reconhecer a importância de sua partici-

pação e contribuição na construção da família, seja no âmbito social ou financeiro.

Procuramos também identificar se houve alguma mudança em relação à vida profissional das participantes do grupo após o término do projeto, tais como facilidades e/ou dificuldades identificadas para inserção no mercado de trabalho ou na geração de renda. A maioria respondeu negativamente, apontando diferentes fatores, tais como a exigência do mercado pela comprovação de experiência anterior; a capacitação insuficiente; falta de escolaridade; opressão exercida por companheiros que não aceitam o trabalho fora de casa – relacionado ao papel tradicionalmente atribuído à mulher como dona de casa e mãe e que deve contentar-se com sua existência no âmbito do privado, limitando outras possibilidades de realização pessoal. Entre aspectos positivos pudemos identificar entre algumas participantes a retomada dos estudos após a conclusão do curso; a busca por oportunidades de inserção no mercado de trabalho e a procura por cursos para melhor qualificação/aperfeiçoamento.

Quanto à experiência do projeto Mulheres em Ação, ficou evidenciado o ganho pessoal no tocante à elevação de auto-estima; às novas perspectivas que se abriram a partir da passagem pelo curso, inclusive sobre a proposta ainda não concretizada de formação de uma cooperativa entre as participantes do projeto. Também se destacou a convivência, no-

vos relacionamentos e amizades, gerando o chamado capital social, área em que as mulheres também se encontram em desvantagem em relação aos homens.

Podemos, portanto, observar que, embora na questão financeira essas mulheres ainda não tenham conseguido obter um significativo aumento nos rendimentos e/ou na geração de renda, de uma maneira geral houve um significativo empoderamento pessoal revelado pelo aumento da auto-estima, na busca por novas oportunidades, na busca pelo aprimoramento profissional e do nível de escolaridade e pelo início de construção de novas relações tanto no âmbito de novas amizades quanto no relacionamento afetivo-emocional dentro de suas próprias famílias.

### **Considerações finais**

O aprimoramento das condições de participação das mulheres no mercado de trabalho exige, além de cursos de capacitação/qualificação, políticas complementares a serem adotadas para garantir seu acesso, tais como o oferecimento de equipamentos sociais que aliviem a sobrecarga de trabalho e o acesso ao micro-crédito de forma facilitada, em especial às mulheres em condições de maior vulnerabilidade social, pois embora tenha ocorrido uma incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho, ela não foi acompanhada pelas devidas mu-

danças no âmbito do privado, na partilha das tarefas domésticas e cuidado com filhos, idosos e enfermos, reduzindo outras oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e econômico.

Promover melhores condições de vida para as mulheres implica gerar nas próprias mulheres o autoconhecimento de suas necessidades, dos seus direitos e o fortalecimento de sua participação como atrizes sociais e políticas. Implica também construir ações que favoreçam o reconhecimento social de seus direitos e de sua contribuição no desenvolvimento de nossa sociedade, entendendo que as mulheres não são e não podem ser apenas meras receptoras passivas das políticas públicas. Somente assim poderemos alcançar a sociedade que sonhamos: uma sociedade justa, igualitária e sustentável.

# Educação profissional e oficinas de gênero

*Renata Menegale Silva\* e Nilda da Silva Pereira\*\**

## Introdução

O acesso à instrução e à educação formal e profissional tem sido um componente fundamental na luta pelos direitos das mulheres. Este estudo exploratório busca analisar como se processaram, no Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima (CEPEF), as “Oficinas de Gênero” para os cursos de qualificação profissional inicial e qualificação continuada, ministradas em parceria com a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher (CEPPM-MS).

Partimos do conceito de Scott (1990, p. 12) segundo o qual gênero é a “maneira de indicar as construções sociais – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres”, sendo uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas nas relações homem e mulher.

---

\* Orientadora da Área de Turismo e Hospitalidade (CEPEF/ ESCOLGOV).  
E-mail: menegalle@ig.com.br.

\*\* Orientadora. Professora Mestre.

Mas, no processo educacional brasileiro, identificamos a construção de um sistema de educação dualista que diferenciava, conforme parâmetros sociais, “a educação literária e humanista destinada à classe de poder aquisitivo alto da época, em contrapartida, os cursos de trabalho manual, às classes desfavorecidas” (ROMANELLI, 1985 apud DELMONDES, 2006, p. 110).

A educação profissional para mulheres era definida por um pensamento padrão, elitista e hegemônico, estabelecendo a desigualdade político-social e escolar. Políticas públicas, na concepção de Pereira (1996), caminham em uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É no aspecto das políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais em resposta às demandas da sociedade. No Brasil, a inserção de gênero nas políticas públicas tem origem na manifestação constante das mulheres pela transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram criados para nortear a educação dos discentes em temas que até o presente momento eram excluídos das escolas como: gênero, raça, ética e etnia, visando à formação do docente e do discente. A criação do programa se deu por urgências sociais em discutir os assuntos pertinentes a questão.

O Plano Nacional de Políticas Públicas para a Mulher, elaborado em julho 2004, salienta a prioridade da educação profissional para as mulheres e a inserção da perspectiva de gênero. Ressaltamos que a Secretaria Especial de Políticas Públicas para a Mulheres (SEPM) da Presidência da República mantém com o Ministério da Educação é por meio de uma coordenadoria para implementação de ações importantes na educação como citam Unbehaum e Vianna (2006, p. 432):

Para isso, criou o Programa Gênero e Diversidade na Escola, destinado às docentes de escolas públicas brasileiras e que se propõe a orientar os (as) docentes em como lidar com a diversidade nas salas de aula, combater atitudes e comportamentos preconceituosos com relação ao gênero, à etnia e às diversas orientações sexuais.

## Metodologia

Para o desenvolvimento dessa pesquisa fizemos um levantamento bibliográfico e a coleta de dados por meio de questionário semi-estruturado para compreender no primeiro momento a *identificação da aluna e escolaridade*, no segundo momento uma pergunta sobre o *conceito de gênero*, no terceiro momento sobre a *participação na oficina de gênero* e o último momento sobre *aplicabilidade da perspectiva de gênero na sociedade e trabalho*, com os alunos do Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima.

Utilizamos a metodologia qualitativa que trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. A escolha dos sujeitos dessa pesquisa ocorreu junto com um professor de cada área (informática e gestão), ressaltando a participação desses sujeitos. Os questionários foram respondidos por quatro alunas dos cursos do CEFET.

### **Discussão e considerações finais**

O perfil da alunas pesquisadas dos cursos de qualificação profissional é de 50% com idade de até 25 anos, 25% entre 26 anos a 30 anos, e 25% com mais de 31 anos, sobre a escolarização os dados demonstram que 50% têm o Ensino Médio, 25% estão concluindo o Ensino Superior e 25% com o Ensino Superior completo.

Sobre o conceito de gênero adquirido na oficina muitas das entrevistadas apresentaram dificuldades de conceituá-lo, porém outras tentaram dar um sentido prático ao conceito descrevendo situações de discriminações sofridas pelas mulheres nas áreas de trabalho e social. Quanto à importância da oficina sobre gênero dentro da matriz curricular dos cursos os pesquisados foram unânimes em qualificá-la como importante.

Finalizamos as entrevistas procurando compreender a aplicabilidade da perspectiva de gênero no contexto do trabalho nos aspectos comportamentais e culturais.

Após as discussões, consideramos que a dimensão de gênero deve ser introduzida na educação profissional de modo a promover uma cultura de respeito à diversidade fundada na valorização dos Direitos Humanos Universais e da solidariedade e na afirmação do direito à diferença e à equidade, combatendo a dominação patriarcal, o sexismo e a xenofobia entre outras formas de discriminação. Desta forma, expressa a urgente formação dos docentes em uma perspectiva de gênero para garantir profissionais transformadores. “É preciso adequar os programas de formação e qualificação às necessidades do público a ser atingindo, tanto em termos de horários e locais e currículos dos cursos oferecidos de forma a tornar possível a profissionalização da mulher” (BRASÍLIA, 2002).

# Titularidade de programa social: uma possibilidade de empoderamento para a mulher

*Keila de Oliveira Antonio\* e Jacy Corrêa Curado\*\**

## Introdução

Esse é um estudo exploratório sobre a preferência da titularidade às mulheres da Política de Transferência de Renda da Política Nacional da Assistência Social, com o objetivo de compreender a relação da condição de titular de benefícios do Programa de Inclusão Social (PIS), gestão 2003-2006 e as possibilidades de empoderamento.

Segundo Costa (2005), empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam consciência das suas habilidades e competências para produzir, criar e gerir. O empoderamento começa quando são identificadas as causas e as forças que geram a opressão e busca-se a construção das mudanças das condições de vida.

As mulheres, na maioria dos casos, são titulares de direitos tardios, que ainda não foram suficientemente assimila-

---

\* Assessora técnica do Conselho de Gestão Estadual de Políticas Sociais (2003-2006).

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

dos no imaginário coletivo, isto em decorrência de sua invisibilidade histórica que sufoca seu protagonismo, situação que precisa ser rompida e reeditada, a partir do contexto social.

Siliprandi (2003) ressalta que as mulheres são escolhidas como titulares de programas sociais de transferência de renda, por existir uma convicção de que, dessa forma, o recurso da família estará seguro. A autora não desconsidera o fortalecimento da posição da mulher na família e na comunidade, porém salienta que esta escolha muitas vezes não ocorre porque se acredita que as mulheres são portadoras de direitos, mas sim por serem “instrumentos” que facilitam o atendimento às famílias.

Neste contexto, esse estudo procura problematizar a titularidade para as mulheres dos benefícios dos programas sociais enquanto uma sobrecarga, visto que, mais uma vez, tornam-se as responsáveis pelo bem-estar da família. Também é observado os aspectos de empoderamento que o status de ser a titular pode conferir à mulher na família.

### **Conversando com mulheres titulares do benefício do Programa de Inclusão Social (PIS)**

A metodologia utilizada para a coleta de dados da referida pesquisa foi qualitativa, por meio de uma oficina com 14 mulheres que foram titulares do Programa de Inclusão Social, moradoras de um bairro periférico de Campo Grande.

Costa (2005) apresenta os *parâmetros* de empoderamento que foram utilizados para classificar algumas falas apresentadas na oficina, dentro dos seguintes aspectos: construção da auto-imagem e confiança positiva; desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente e construção da coesão de grupo e ação.

O uso da metodologia dialógica e participativa desenvolvida por meio da técnica da Oficina possibilitou as beneficiárias se sentirem como protagonistas de suas histórias, como demonstra o relato a seguir:

Eu era muito fechada, aí a gente começou a se desenvolver na reunião, a gente tinha chance de conversar, [...], tudo isso aí foi abrindo bastante. Eu me desenvolvi tanto que às vezes eu não me reconhecia, tinha vez que eu dava as palestras. (PARTICIPANTE 05).

Dentro da lógica da construção de autonomia social a partir do empoderamento das mulheres titulares, acredita-se que o diferencial no trabalho a ser desenvolvido esteve na capacidade que o programa possuía de efetivamente estabelecer parceria com as famílias. Quando a mulher percebe-se empoderada, sua ação atinge e altera toda a dinâmica familiar e estabelece novas relações. Como relata uma entrevistada:

Hoje faço parte do colegiado da escola de meus filhos, ajudo a organizar as atividades e a envolver a comunidade [...] ajudo a reivindicar melhorias na qualidade da educação de nossas crianças. (PARTICIPANTE 03).

A oficina suscitou a verbalização da autopercepção das mulheres titulares do benefício, demonstrando sua capacidade de análise crítica:

[...] eu aprendi muitas coisas que a gente não sabia, aprendi bastante. [...] aprendi até a me procurar mais [...] Aí esqueci aquela vergonha, perdi, aonde eu não sei. (PARTICIPANTE 08)

Tinha mulher assim antiga que não ia no médico por vergonha, um tipo de preconceito de não tá fazendo o preventivo. [...] as mulheres começaram a fazer todo ano. (PARTICIPANTE 02).

As mulheres também investiram nas comunidades, procurando entender as causas dos problemas que geram as desigualdades sociais e não somente criticar as dificuldades impostas pela realidade.

Eu participo do partido e da associação de moradores [...] às vezes cansa, mas se a gente não participa fica pior. (PARTICIPANTE 07).

É a política é importante pra vida de nossa família, se a gente presta atenção, os políticos querem que a gente não goste de política. (PARTICIPANTE 01).

Ocorreram mudanças na consciência sócio-política das mulheres em que demonstraram reconhecer sua condição de exclusão social e portadoras de direito e acesso à bens e serviços públicos, pois não adotaram meramente a postura de passividade diante da realidade, ao contrário, questionam criticamente essa situação e dentro de suas possibilidades estão lutando para reivindicar e conquistar seus direitos.

A autonomia, segundo o conceito de empoderamento não se dá apenas pela questão financeira, mas principalmente pela capacidade de se organizar em grupos afins e acessar o conhecimento e a rede de serviços de que se tem necessidade. Esse parece ser o principal benefício do Programa para as mulheres titulares participantes da Oficina.

A luta pela cidadania plena dessa população é necessária tendo em vista as inúmeras demandas históricas que marcam suas reivindicações, como dificuldades de acesso à educação, à saúde, à habitação, à qualificação profissional, à cultura e ao lazer. Participar continuamente dos espaços de decisões tendo consciência de todos os direitos sociais e continuar lutando por políticas públicas que garantam a efetivação e acesso a elas foi uma das práticas construídas durante a participação nas reuniões sócio educativas do programa.

Por outro lado, comenta-se que o empoderamento pôde ser impulsionado pelo fato de as mulheres serem escolhidas e reconhecidas como capazes de serem as titulares do benefício, de portarem um cartão bancário, poderem sacar e administrar o recurso financeiro que recebiam em seu nome.

### **Considerações finais**

Uma sugestão é que a metodologia participativa seja inserida na efetivação das políticas públicas, pois enquanto ins-

trumento de trabalho com a população pode colaborar no empoderamento de gênero, visto que se identificam os limites e potencialidades das usuárias.

O grande diferencial deste programa foi a metodologia do trabalho sócio-educativo que parte do princípio de que a família beneficiária é dotada de capacidades substantivas e por isso deve ser trabalhada na perspectiva da autonomia social, pois o recurso por si só não garantirá alteração consistente na condição de “exclusão social” na qual a maioria dos casos estão submersos. O trabalho desenvolvido nos grupos com o objetivo de potencializar as relações familiares por meio do acompanhamento sistemático das famílias beneficiárias desencadeou o processo de inclusão social.

As conversas na Oficina surpreenderam na medida em que a verbalização das titulares e participantes dos grupos sócio-educativos foi evidenciando várias histórias de superação e localizando os avanços vividos na educação, na organização social, na auto-estima e no acesso a informações sobre bens e serviços disponíveis nas políticas públicas.

É preciso saber ouvir o que as mulheres têm a dizer, estimulando sua participação suas idéias e posicionamento acerca dos vários problemas que permeiam o cotidiano da comunidade.

# Representações da masculinidade entre homens participantes de programas sociais

*Milton Pereira da Luz\* e Baldinir Bezerra da Silva\*\**

## Introdução

O tema masculinidade está profundamente articulado à questão de gênero e políticas públicas, o que faz com que a sociedade contemporânea reveja as questões que historicamente foram construídas. A pesquisa se realizou no Bairro Nova Lima, localizado na região norte de Campo Grande/MS, com homens que recebem benefícios direta e indiretamente dos programas sociais. Alguns eram os próprios titulares e outros representantes das beneficiárias do programa Bolsa-Escola e Segurança Alimentar que, na versão estadual, apresenta-se como Programa de Inclusão Social (PIS). O PIS atendia, no período entre 2005 a 2006, em Mato Grosso do sul, cerca de 70.000 famílias, sendo que, no bairro Nova Lima, havia 241 famílias conveniadas com a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária (SETTAS). Muitos grupos foram criados, com a média de 25

---

\* mp.luz@bol.com.br

\*\* Orientador. Professor Mestre (FCMS).

participantes em cada, conhecidos por grupos de reuniões sócio-educativas.

Analisar a realidade sob o viés da masculinidade foi um grande desafio, pois os padrões tradicionais definidos pelo modelo patriarcal para o comportamento dos homens (ser o provedor, dar estudo para os filhos etc.) implicam ter mais oportunidade para a família, e as dificuldades anunciadas pelo empobrecimento, caracterizam uma declaração de impotência e fracasso para o homem (CONNELL, 1995).

## **Metodologia**

Para esta realidade foi realizada uma pesquisa qualitativa que se caracterizou como uma tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos, isto porque nosso objeto de pesquisa caracteriza-se por uma subjetividade e simbolismo inerentes (CONNELL, 1995; BEZERA DA SILVA, 2005).

As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2007, tendo em vista as seguintes referências:

- 1) homens que tivessem um perfil de vulnerabilidade socioeconômica;

- 2) faixa etária entre 30 e 70 anos;
- 3) participação em um programa de transferência de renda;
- 4) participação no grupo de reflexão criado no bairro Nova Lima.

Os participantes foram abordados individualmente, em suas casas, e solicitados a colaborarem com uma pesquisa. Todos os homens foram solicitados a expressarem de forma livre e com liberdade a sua vontade de participar ou não das entrevistas. Diante disto fizeram a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## **Resultados e discussão**

Na tentativa de organizar o trabalho, dividimos as falas em blocos, para que os conflitos e as manifestações de masculinidade pudessem ser mais evidenciados, analisados e compreendidos.

Alguns depoimentos apresentam identidade com o padrão do homem forte, provedor, forjadas dentro dos moldes tradicionais que se pode perceber nas frases seguintes:

[...] o que é ser homem? (é...) é ser honesto e cumprir com os deveres tudo em dia e ser trabalhador pra mim em primeiro lugar seria isso e ter bom procedimento. (ENTREVISTADO 03).

[...] fora da comunidade, porque as pessoas enxergam ele com outro olho, com outra vista, então eu creio que a pessoa sem emprego é uma pessoa dura inda mais se

ela é um pai de família, se for uma pessoa sozinha ainda passa, mas, sendo um pai de família eu acho a coisa difícil. (ENTREVISTADO 01).

E outras falas revelavam a insatisfação diante da realidade vivida denunciando a necessidade de mudar, pois os padrões tradicionais definidos pelo modelo patriarcal para o comportamento da masculinidade (ser o provedor, dar estudo para os filhos...) não é suficiente para dar respostas aos questionamentos trazidos, o que implica em construir mais oportunidades para as famílias, para homens e mulheres (CONNELL, 1995).

Verificamos que a masculinidade tem se tornado uma importante fonte de pesquisa, principalmente com o empobrecimento que vulnerabiliza o homem da periferia. Possibilitando re-significar sua masculinidade, isto é, atuando na realidade temporal com outras formas de se sentirem homens levando-os ao confronto com a herança cultural.

Segundo Bezerra da Silva (2005), o discurso masculino vem se modificando no decorrer de décadas e constata-se que novos modelos vêm sendo adotados. Entretanto, não é sem conflitos e resistências que se renuncia aos padrões introjetados desde a primeira infância, conforme afirmação de Nolasco (1995, p. 29): “Renunciar a uma representação [...] que ao longo dos anos tem servido de modelo e referência para os homens construírem seus cotidianos não representa tarefa fácil”.

Um dos nossos entrevistados, ao ser perguntado “o que é ser homem?” ressaltou as seguintes características: autoridade, a honestidade, cumprimento dos deveres, conforme fala transcrita “é ser honesto e... cumprir com os deveres tudo em dia e ser trabalhador pra mim em primeiro lugar seria isso, e é ter bom procedimento”.

As declarações de “honestidade, cumprir os deveres e ter bom procedimento” demonstram as referências culturais de masculinidade, mostram um masculino que cumpre de forma tradicional com uma única postura, não podendo assim ser modificado. Em algumas falas revelam dificuldades implícitas na tarefa de desempenhar o papel que lhes tem sido historicamente atribuído, em meio às crises que atingem as sociedades.

Giffin (2004) nos alerta que esta tensão vivida impulsiona as crises que refletem em intolerância, violência e muitas vezes podem levar ao suicídio. O resultado é uma tensão entre ser macho e ser masculino, capaz de manter uma insegurança constante nos homens e impulsionar tanto a auto-desvalorização como reações violentas contra outra/os e até contra si mesmos, ou buscar, como já foi dito acima, outras referências de homens masculinos que possa responder às indagações contemporâneas (BEZERRA DA SILVA, 2005).

A responsabilidade como provedor vem levando homens a refletirem sobre as situações de empobrecimento que é só

um dos vários aspectos que se constituiu como resultado das novas mudanças.

Pesquisar gênero e políticas públicas nos leva a articular ações que venham possibilitar um diálogo ainda mais efetivo e eficaz nas ações de governo de uma sociedade que busca a equidade entre homens e mulheres, principalmente no combate à violência e na construção de uma sociedade mais justa.

# A posse da terra: fragmentos e desafios de uma realidade

*Marlene Ricardi de Souza\** e *Valdete de Barros Martins\*\**

## Introdução

Esse estudo refere-se à experiência de mulheres que participaram das primeiras ocupações de terra no Mato Grosso do Sul iniciadas no primeiro semestre de 1984 e objetivou analisar a situação das mulheres no assentamento São Manoel, buscando conhecer as transformações ocorridas em suas vidas, após serem assentadas e titulares da terra.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro para a agricultura, nas décadas de 1960 e 1970, expulsou do campo as trabalhadoras e trabalhadores devido à imposição de um sistema econômico extremamente excludente: o capitalismo que promoveu a chamada expansão da monocultura pecuária para exportação na região Centro-Oeste, mais especificamente no Mato Grosso do Sul e o binômio soja e boi.

---

\* Assessora parlamentar da Assembléia Legislativa.

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

Os homens e mulheres que protagonizaram a luta pela reforma agrária estavam ligados aos grupos de estudo e formação das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBS, do Movimento Popular de Mulheres e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre tantos que se inseriram nesse processo. De acordo com estudo feito pela (CPT), em *“Lutas dos Trabalhadores Rurais em MS (1978-1992)”*, revisado em 2002, os trabalhadores e trabalhadoras realizavam durante a década de oitenta: “encontros e reuniões nas bases; organizam e promovem estudos, realizam encontros intermunicipais com a participação de lavradores e lavradoras estudam política e sobre seus direitos” (CPT, 1994, p. 15).

## **Metodologia**

O estudo exploratório foi realizado por meio de entrevista com dez mulheres, com idade que variam de 30 a 70 anos, todas titulares da terra que participaram das primeiras ocupações de terra em diferentes regiões do Estado e que foram assentadas no Assentamento São Manoel no município de Anastácio. O método utilizado é o dialético que preocupa-se em investigar todas as ações, as reciprocidades e as contradições presentes no processo de desenvolvimento (MARQUES, 2005). Utilizamos um roteiro de questões abertas para as entrevistas em que as mulheres puderam expressar livremente suas

experiências, conquistas, expectativas, contradições sem que houvesse uma exigência de tempo cronometrado. As questões foram divididas em dois blocos, o primeiro com três questões relacionadas ao processo de luta e conquista da terra. O segundo, com mais três questões relacionadas a gênero, política pública e emancipação da mulher. Ainda no decorrer da pesquisa foi entregue a elas um questionário individual que possibilitou colher informações acerca de idade, filhos, raça, etnia.

## **Resultados e discussão**

O estudo exploratório aponta para a relação entre a posse da terra em nome da mulher e a permanência dessas famílias chefiadas por mulheres, como relata uma das entrevistadas:

Enquanto a gente não tem o título não tem garantia. Eu era viúva, recém tinha perdido meu marido. Aí segui em frente, não adianta desanimar. Meu filho tinha seis meses. É toda uma vida, segui em frente e graças a Deus tô aqui.

O acesso à terra e à titularidade em nome da mulher indicam que, no Brasil somente 12% dos títulos da reforma agrária são emitidos em nome da mulher (BRASIL, 2006). A titularidade da terra trouxe para as mulheres assentadas no Assentamento São Manoel maior autonomia, legitimou suas decisões, além de ser perceptível o aumento da auto-estima, tendo seu valor reconhecido apesar dos inúmeros desafios ao longo da caminhada.

A permanência na terra significa estabilidade e segurança. A maioria delas afirma que se o título da terra tivesse no nome do companheiro, o lote já teria sido vendido e a família devolvida à periferia de alguma cidade. Portanto, quando as mulheres são beneficiárias da reforma agrária, mesmo apesar da precariedade e dos limites impostos por políticas públicas ausentes ou deficitárias, é fator de agregação e garantia de sobrevivência do grupo familiar.

As relações de gênero na reforma agrária, na agricultura familiar chegam a ser perversas tanto na esfera pública como privada. No Assentamento São Manoel percebemos que o engajamento das mulheres na luta pelo acesso a terra foi o que permitiu a titularidade da terra e a posse do lote.

### **Considerações finais**

Apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas nas políticas públicas para as mulheres, os programas de reforma agrária ainda dão acesso restrito às mulheres. A Portaria 981/2003 do INCRA prevê obrigatoriedade na titularidade conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal (BRASIL, 2006 p. 98). Posteriormente, a Instrução Normativa n. 38 do INCRA, alterou os procedimentos e instruções de inscrição de candidatos/as na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas

áreas de Regularização Fundiária e de Titulação e no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, incluindo a mulher e o homem, independente de estado civil, em caráter obrigatório, e com sua adoção no sistema de processamento de informações da reforma agrária (BRASIL, 2007 p. 24). Entretanto, as mulheres pesquisadas foram pioneiras nesse processo.

Contudo, é imperativa a compreensão da produção do saber acumulado, da organização e da diversidade para que, de fato e de direito, essas mulheres caminhem na consolidação de suas conquistas e no fortalecimento de seus direitos. Nessa direção, é preciso soltar as amarras da burocracia, entrar em cena gestores e gestoras públicos que tenham o compromisso de participar e compartilhar esse desafio. Há que se considerar, segundo MARTINS (2004), a “mística” dos pobres, dos agricultores e agricultoras familiares, das mulheres rurais no que se refere às suas crenças, seus saberes, conhecimentos e identidades coletivas construídas durante longo período de acampamento.

Nessa direção, Siliprandi (2004) nos assegura que as mulheres rurais almejam mudança no relacionamento entre homens e mulheres com maior respeito da sociedade, compreensão e cooperação por parte dos maridos e companheiros.

Para concluir, quero expressar que essa pesquisa foi um grande aprendizado, uma retomada de consciência e um novo

momento de interação do conhecimento que supomos ter e do conhecimento que seguramente percebemos não possuir.

Aqui cabe refletir com Scott (1991, p. 83):

[...] O aumento da consciência acarretou a descoberta da “verdadeira” identidade das mulheres, a quebra das viseiras, a obtenção da autonomia, de individualidade e, por isso, de emancipação. (...) O movimento das mulheres pressupôs a existência das mulheres como uma categoria social separada, definível, cujos membros necessitam apenas ser mobilizados.

A partir da experiência, das conquistas, das perdas e das construções sociais e simbólicas apropriadas por essas mulheres, percebemos muitos valores e muitas verdades e uma enorme consciência acerca do papel histórico e social que desempenharam e desempenham na lida cotidiana.

# As relações de gênero entre as servidoras públicas portadoras de LER/DORT

*Cleonice da Silva Ferreira\* e Valdete de Barros Martins\*\**

## Introdução

Este artigo apresenta um importante tema de debate para a sociedade no contexto das relações sociais e das transformações no mundo do trabalho, em que se exige um ritmo cada vez mais acelerado, sem pausas, numa linha de produção que desenvolve atividades simples e repetitivas (NOGUEIRA, 2006). No entanto, esse mesmo trabalho poderá ser causa de doenças que afetam as servidoras públicas, em graus diferentes, pois o processo de globalização da economia e os desenvolvimentos tecnológicos exigem novas adaptações no trabalho.

A LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos, Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) e suas implicações para a saúde, atualmente é uma das preocupações constantes do mundo globalizado, tanto para o setor privado, instituições de saúde, para a previdência social e principal-

---

\* Servidora Pública da Secretaria de Estado de Fazenda. E-mail: mariana\_c\_ferreira@yahoo.com.br

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

mente para os trabalhadores. Ou seja, se o ambiente e a organização do trabalho dentro da instituição não estiverem em equilíbrio, será o trabalhador a sofrer o resultado final desse desequilíbrio, dessa falta de estruturação: a doenças repetitivas.

## **Metodologia**

O trabalho monográfico teve como objetivo compreender a incidência de LER/DORT nas mulheres funcionárias da Secretaria Estadual de Fazenda do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul.

Optamos por trabalhar com a metodologia qualitativa, que se caracteriza pela busca da compreensão da realidade humana vivida socialmente, e a representação social que traduzem o mundo dos significados (MINAYO, 1994).

A Secretaria Estadual de Fazenda é composta por setores e repartições com diferentes graus de interdependências, responsáveis pelo cadastramento de grandes e pequenas empresas de diferentes ramos de atividade. Serviços de diferentes tipos, do burocrático, social, atendimento ao público, fiscalização e por fim a arrecadação. A escolha desta Secretaria deu-se principalmente em função de ser considerada como referência no atendimento ao público, por onde passam milhares de pessoas todos os dias. Conta atualmente com cento e setenta e um (171) servidores no cargo de atividade

de apoio fazendário, 14 na auditoria, quatro na atividade de planejamento e orçamento, 24 na gestão governamental – tecnologia da informação e 189 na tributação e fiscalização.

Para a coleta de dados foram escolhidos três setores denominados de A, B e C, sendo o setor A, localizado no Parque dos Poderes, o setor B e C, no centro da cidade. O questionário continha perguntas abertas e fechadas e foram aplicados em cinco funcionárias desses diferentes setores.

#### Discussão e considerações finais

Os resultados dos dados primários e secundários têm características qualitativa e quantitativa. Foram analisados os relatórios do período de janeiro de 2005 a maio de 2007 referentes a patologias da CID que acometeram as servidoras, fornecidos pelo setor de Recursos Humanos. Segundo esse relatório, encontramos quatrocentos e duas pessoas com atestados de licenças de saúde. Identificamos que trezentas e dois atestados de licenças são relacionados à doenças no aparelho ósseo-articular e nos ligamentos referentes a LER/DORT entre outros, assim apresentados: duas readaptações, cem licenças com outros motivos de saúde, como dores de cabeça, febre, oftalmologia etc. Duzentas e noventa e duas foram o total de servidoras e servidores com de osteomusculares LER/DORT. As doenças encontradas com

base da análise dos relatórios são: síndrome do túnel do carpo, fibromialgia, tendinite, tenossinovite, síndrome cervicobraquial, dor lombar baixa entre outras.

Dos dados qualitativos das entrevistas com as servidoras, foram relatados problemas com as chefias, que mesmo em caso de diagnóstico de LER/DORT positivo de suas funcionárias não excluem as tarefas pesadas de suas atividades, como o carregamento de caixas, micros computadores e outros materiais pesados. Observou-se que dos três setores pesquisados A, B e C as chefias são todas ocupadas por homens.

As relações de gênero são percebidas em discursos que enaltecem a competência feminina para resolver tarefas minuciosas e delicadas, em que a representação de gênero coloca as servidoras públicas como sendo capazes, quase exclusivamente, de realizar tarefas manuais, repetitivas e monótonas.

As doenças com incidência elevada entre as servidoras públicas relacionadas a LER/DORT foram: síndrome do túnel do carpo, fibromialgia, tendinite, tenossinovite, síndrome de Quervaim e bursites. A Secretaria, nos setores A, B e C, não fornece qualquer tipo de acessório para digitação, como talas e tela protetora anti-reflexo e os equipamentos ergonômicos são inadequados para o trabalho.

Verificou-se uma maior incidência de casos de LER/DORT entre as servidoras mulheres, devido aos cargos ocupados exigirem uma rotina repetitiva das atividades administrativas e por ser mais denunciados pelas mulheres do que pelos homens. De acordo com estudos e pesquisas realizadas, fica evidenciado que, nas últimas décadas, está havendo um aumento na incidência de LER/DORT, devido principalmente à introdução generalizada de novas tecnologias. Ainda pode-se apresentar como fator importante no caso da pesquisa desenvolvida, as desigualdades de gênero na ocupação de cargos de chefias. Aqui cabe retomar o conceito usado por Scott (1995) em que gênero não é somente uma categoria gramatical, e sim é a relação de poder entre o masculino e feminino, enfatizando que as relações de gênero são hierárquicas, assimétricas e de subordinação, relações essas ainda observadas no trabalho das servidoras públicas.

# O envelhecimento e a mulher idosa na Universidade da Melhor Idade

*Célia Maria da Silva\* e Valdete de Barros Martins\*\**

## Introdução

O tema envelhecimento associado à questão de gênero e políticas públicas é importante para o debate e estudo da sociedade contemporânea, e é nesse contexto que se inscrevem as Universidades da Melhor Idade (UMI), modalidade de participação e novos conhecimentos para a chamada terceira idade. Criadas no final do século XX, no Brasil estão presentes em muitos estados. No Mato Grosso do Sul, na Universidade Católica Dom Bosco está instalada a UMI/UCDB, criada em 1998, contando hoje com 130 alunos. Percebe-se um crescimento/investimento nesses espaços e na busca de valorizar e qualificar a vida na chamada terceira idade, tornando-se um espaço dirigido aos que buscam redescobrir a vida e desenvolver atividades para que fortaleça a relação de pertencimento e a possibilidade de participação na Universidade.

---

\* Jornalista. E-mail: cms.msi@terra.com.br.

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

As Universidades da Melhor Idade cumprem importante papel na perspectiva de abrir um novo caminho para envelhecer com dignidade e saúde. Por outro lado, percebe-se a baixa prioridade atribuída à terceira idade nas políticas públicas, evidenciando uma percepção inadequada das necessidades desse grupo específico.

## **Metodologia**

Este estudo exploratório teve como objetivo analisar as razões que levaram essas idosas a freqüentar e conhecer o funcionamento da Universidade para Melhor Idade da UCDB. Para o desenvolvimento do trabalho buscamos apoio na metodologia qualitativa, por entender que nos daria condições de melhor desenvolver a pesquisa. Trabalhamos com uma amostra de sete alunas escolhidas aleatoriamente para entrevista, com idade entre 60 a 76 anos. Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de grupo focal. Desse modo, obedeceu-se a um roteiro de questões abertas, que permitiu às entrevistadas falar livremente e pelo tempo desejado. Para a reunião com o grupo focal, o tema foi dividido em dois blocos, sendo o primeiro com seis questões referentes à participação da idosa na (UMI), e o segundo com oito questões referentes à mulher na terceira idade. Entre os assuntos tratados buscou-se saber como era a vida dessas idosas antes de participarem da

universidade e como estava no transcorrer das atividades nesse espaço; que mudanças ocorreram no relacionamento com outras pessoas e na família; como percebem a questão de gênero, o acesso às políticas públicas, e como ficam as perspectivas para uma qualidade de vida melhor.

### **Discussão e considerações finais**

O envelhecimento em nossa sociedade constitui-se num duplo desafio, por um lado a necessidade de enfrentar as mudanças inerentes ao envelhecimento, que dizem respeito a toda sociedade e, por outro, implicam a conquista de direitos sociais e humanos desse grupo social.

Abre-se uma nova perspectiva e a velhice passa a receber atenção e contar com um grande arcabouço legal referente aos direitos, especialmente a partir da aprovação do Estatuto do Idoso em 2003, o que reforça a necessidade do respeito e cumprimento por parte da sociedade a esse segmento que, por muito tempo, foi excluído das políticas públicas.

É preciso um novo olhar para se poder perceber que a “desigualdade” entre homens e mulheres em nossa sociedade se reflete em discriminações enfrentadas pelas mulheres em seu cotidiano.

Muitas mulheres ainda vivem grande parte de sua vida nas esferas do mundo privado, como domésticas na condição

de donas de casa, sem direito sequer a uma aposentadoria.

As ações governamentais e os programas desenvolvidos por governos podem exercer um papel importante diante desse quadro de desigualdade ainda presente na sociedade brasileira.

A cada dia essas idosas adquirem mais conhecimentos, inclusive lutando pelos seus direitos na sociedade e mostrando que a velhice é um processo biológico e que todos os seres humanos passarão por essa fase algum dia.

Nos depoimentos do grupo focal, ficou evidenciada a elevação da auto-estima, principalmente nos casos de mulheres que vivem sós, este fato merece destaque, pois também se percebe a *feminização* da velhice.

Com base nos estudos pode-se perceber que são as mulheres que na velhice buscam melhor qualidade de vida como cita a escritora francesa Simone de Beauvoir (1986) para quem, as mulheres, ao envelhecer, se abrem para o mundo; enquanto os homens se fecham e quando se aposentam, o fazem da vida também, tornam-se desinteressados e perdem a identidade.

A instituição de ensino superior foi citada pela maioria das entrevistadas como um fator idealizador e uma conquista das mulheres.

Portanto, as conquistas femininas significaram avanços para toda a humanidade, pois as problemáticas enfrentadas no cotidiano das mulheres e de suas famílias se agravam gradativamente, exigindo novas estratégias de resistências e de enfrentamento.

Aprendemos também que as conquistas obtidas pelos idosos só se tornaram mais consistentes quando a sociedade civil esteve aliada com eles na sensibilização do poder público.

Contudo, seria importante que o espaço da Universidade da Melhor Idade pudesse ser mais divulgado, alcançar mais idosas, uma vez que nem todos têm acesso e desconhecem a Instituição. Também seria importante a implementação de políticas públicas apropriadas para dar a necessária proteção à pessoa idosa, no sentido da educação, da saúde, do lazer, da habitação, da renda, entre tantos direitos. Assim, seria resgatada a condição de sujeito de direito, de protagonista de sua vida para realizar seus próprios desejos e com perspectiva da compensação de poder viver e exercer a sua cidadania numa sociedade de iguais.

Concluo esta pesquisa enfatizando que a velhice é uma construção cultural, cujo conceito está relacionado com a época vivida e, por esse motivo, os valores éticos da sociedade têm que acompanhar a evolução dos tempos.

Confúcio (apud BEAUVOIR, 1986, p. 113) justificava moralmente essa autoridade, associando a velhice à posse da sabedoria:

Aos 15 anos, eu me aplicava ao estudo da sabedoria; aos 30, consolidei-o; aos 40, não tinha mais dúvidas; aos 60, não havia mais nada no mundo que me pudesse chocar; aos 70, podia seguir os desejos do meu coração sem transgredir a lei moral.

Acreditamos que este trabalho deva contribuir para elaboração e a reavaliação de políticas públicas voltadas para este segmento, como foi destacado pelas idosas no que concerne à reivindicação da igualdade de direito à educação.

## 2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES: UM CAMINHO PARA A MUDANÇA

*Ana Maria Gomes\**

Uma das primeiras questões importantes a ser considerada ao discutirmos a questão dos direitos da mulher é definir em quais marcos teóricos e em que concepção de transformação da sociedade essa questão se insere. Sem isso, problemas como a violência contra a mulher se perdem em uma ação, importante evidentemente, mas que não leva à mudança permanente nas relações sociais e nas relações de gênero, que são o centro de nossa preocupação.

Como em outros países do mundo, a esquerda brasileira foi fortemente influenciada pelo pensamento marxista e, em especial, pelo pensamento leninista, que vai deixar uma forte influência até os dias de hoje na América Latina.

Lenin vai desenvolver essas idéias principalmente em suas conhecidas obras “O que fazer” e “Um passo em frente, dois passos atrás”. O eixo central desse pensamento tem as relações de produção como fundamental, a contradição de classe como único conflito que pode levar à transformação da

---

\* Professora Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero (NEG) e representante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) em Mato Grosso do Sul.

sociedade e tem o Partido do Proletariado como mediador entre a teoria revolucionária e a prática política das massas. O conhecimento revolucionário gerado fora é trazido para a massa proletária pela vanguarda do Partido responsável pelo desencadear da consciência política socialista do proletariado. Este pensamento preconiza a necessidade de uma direção ao movimento de massa, proveniente de fora dele, advinda dos quadros partidários, formada entre as elites das vanguardas de operários e intelectuais. A consequência desta concepção segundo Sader (1987) é que se a estrutura do Estado não fosse atingida, não haveria transformação da sociedade e, desta forma, os conflitos do cotidiano e as lutas travadas nesse espaço não eram considerados importantes para a transformação das relações sociais.

A partir da eclosão de movimentos sociais chamados de novo tipo, a partir dos anos 1960, se inicia (principalmente na Europa) por parte de um número significativo de intelectuais, uma reflexão teórica que vai buscar entender essa nova realidade e fazer novas propostas de transformação social. Pois com a antiga matriz teórica já não era possível explicar o movimento social de novo caráter que eclode e a força que adquire, principalmente após maio de 1968.

Dentre vários autores citaremos alguns considerados os mais importantes para esta reflexão, acompanhando princi-

palmente Scherer-Warren (1989) e Sader (1991).

Segundo Touraine (1978, p. 45), “Os movimentos sociais não são acontecimentos dramáticos e excepcionais: eles estão no coração da vida social”. Em outra obra, Touraine (apud SCHERER-WARREN, 1989, p. 94) considera que os movimentos sociais expressam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas para o comando de uma nova historicidade. Para este autor os mais importantes movimentos surgidos por seu potencial de transformação do devir são: o movimento de mulheres, os movimentos regionais e o de ecologia política, pois “hoje é no campo da cultura que se formam as principais contestações” (TOURAINÉ apud SCHERER-WARREN, 1989, p. 93).

Já Guattari coloca algumas questões muito bem sintetizadas por Scherer (1989, p. 103) que seriam as fundamentais para a compreensão de sua teoria, dentre as quais consideramos os dois pontos abaixo como os mais importantes:

1) A sociedade capitalista com seus valores burgueses oprime os desejos dos indivíduos, e somente através de movimentos de base que ultrapassem os vários níveis do cotidiano individual estes desejos poderão ser liberados.

2) Um novo tipo de revolução social é necessário. Será a que não se volte somente contra os aparelhos políticos, mas

que questione todas as engrenagens de uma sociedade, mesmo as mais moleculares.

Quais seriam essas engrenagens moleculares? Sader (1987, p. 49) responde falando sobre o cotidiano “É o espaço da vida ordinária; é onde se reproduz a dominação. Mas, por isso mesmo, é o espaço também onde se pode resistir a essa dominação”

Para Guattari a transformação seria social, mas também teria que ser realizada no âmbito individual, transformando desde agora e construindo os indícios de uma sociedade alternativa.

Castoriadis, por sua vez, nos traz uma importante definição de Movimentos Sociais: são ações sociopolíticas levadas a cabo por atores sociais coletivos advindos de diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil, contribuindo para o desenvolvimento e a transformação da sociedade. “Castoriadis, assim como Touraine e também Guattari, atribui ao fortalecimento da sociedade civil, através da criação de movimentos sociais autônomos, a possibilidade da sociedade contemporânea romper com os esquemas de opressão e alienação humana decorrente do capitalismo, e construir uma nova sociedade mais livre” (SCHERER-WARREN, 1989, p. 118-119).

O gênero (tal como raça/etnia, classe) é parte integrante das relações sociais, regulando as relações homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher e se dando em todos os espaços da sociedade. Evidentemente nossa compreensão da base da violência doméstica contra a mulher está nas relações sociais de gênero. Este tipo de violência é decorrente de relações sociais que estão firmemente ancoradas em relações que se concretizam principalmente no espaço privado, tornando-se mais difíceis de combater.

No espaço doméstico, existe a dificuldade de a mulher identificar a desigualdade que ela vivencia como sendo uma experiência também vivida por outras mulheres. Já no espaço público, o do trabalho, por exemplo, apesar dos salários mais baixos e de todas as outras formas de desigualdade existentes, o fato de ser um espaço coletivo torna muito mais visível e mais fácil a tomada de consciência da discriminação existente; torna-se mais fácil para a mulher identificar a desigualdade como sendo comum a outras, portanto, um problema social.

As reivindicações podem ser feitas de forma coletiva e organizada e há a possibilidade de controle por parte da sociedade organizada das conquistas já conseguidas. A violência perpetrada no anônimo e obscuro espaço doméstico é, talvez, dentre as várias manifestações de desigualdades existentes nesse espaço, a forma mais cruel (GOMES, 1997).

Segundo Telles (1993), a questão da violência contra a mulher vai ser colocada em destaque em 1980, no II Congresso da Mulher Paulista. A partir daí várias entidades autônomas com trabalhadoras voluntárias começam a oferecer um serviço voltado para mulheres vítimas de violência, buscando promover o debate sobre essa questão com a opinião pública.

Ainda segundo Telles (1993), quando as feministas denunciavam a violência doméstica e sexual, por não mostrarem casos concretos, eram acusadas por jornalistas e lideranças de esquerda de copiarem as feministas européias, dizendo que, lá sim, ocorriam esses casos. No Brasil, era considerado que somente negros e pobres cometiam violência contra suas mulheres, devido ao alcoolismo ou à pobreza. Se as desigualdades econômicas e sociais fossem eliminadas, o problema também desapareceria. Mas esse panorama vai mudar quando uma mulher de classe média alta, casada com um professor universitário bastante considerado nos meios intelectuais resolve denunciar o espancamento que sofreu. Este fato foi importante para que a questão da violência contra a mulher adquirisse credibilidade e para que as mulheres criassem coragem para denunciar seus parceiros agressores.

Outro fato registrado por Telles (1993) como importante na luta contra a violência da qual são vítimas as mulheres, foi quando o milionário Doca Street matou sua companheira Ângela

Diniz, no Rio de Janeiro. As feministas daquela região saíram às ruas para exigir punição para o assassino. O movimento foi de tal envergadura que finalmente o assassino foi condenado. A condenação do milionário veio romper com a tradição, no Brasil, da alegação de defesa da honra para o assassinato de mulheres.

Em 1980 foi criado o SOS Mulher, para atendimento às mulheres vítima de violência. É importante salientar que este serviço foi idealizado e mantido pelas organizações de mulheres. Os primeiros a serem criados foram nas cidades de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (CFEMEA, 2007).

Nas eleições diretas de 1982, “os movimentos de mulheres propõem que suas reivindicações sejam incorporadas aos programas dos candidatos democráticos. Destacou-se a questão da violência contra a mulher” (TELLES, 1993, p. 135).

Três anos depois, em 1985, é criada, em São Paulo, a Delegacia Policial de Defesa da Mulher (DPDM), sendo que anteriormente já havia sido criado o “Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento Psicológico” para atender mulheres vítimas de violência.

Estes exemplos nos mostram a importância do movimento social, no caso específico o Movimento Social de Mu-

Iheres, para impulsionar de várias formas o estado no sentido da criação de políticas públicas. Ao mesmo tempo em que essa luta vai criando novos valores mais equânimes na sociedade, ela vai transformando as relações sociais de desigualdade entre mulheres e homens.

É a partir, portanto, dessa perspectiva teórica e de atuação política que passamos a comentar as contribuições trazidas pelos estudos elaborados no curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Gênero e Políticas Públicas.

O texto de Sena aponta para o problema dos limites das necessárias ações afirmativas, uma vez que a obrigatoriedade da reserva mínima de vagas para as mulheres nos pleitos eleitorais não conseguiu uma mudança qualitativa na participação das mulheres nas instâncias políticas institucionais do país. No entanto, é necessário levar em conta o impacto que essa norma traz na mudança cultural da representação de gênero na sociedade quando vemos que as mulheres são bem recebidas, respeitadas e consideradas mais honestas, dedicadas, etc que os homens. Mont'Serrat (2003) nos mostra em seu trabalho que o que determina o voto da própria mulher é ainda a subordinação de gênero que as leva a votar no candidato escolhido pelo chefe da família, em geral um homem.

Loschi e Gomes falam da criação de instâncias governamentais de políticas públicas sem esquecer, da mesma forma

que o faz Sena, que tanto as ações afirmativas como a criação de conselhos foram frutos das lutas dos movimentos sociais. Também toca, em uma questão de importância: o discurso politicamente correto, mas não condizente com a prática dos responsáveis pelos conselhos, levando a que a famosa “questão de gênero” se transforme em um discurso esvaziado de poder para as mulheres. Sem a contribuição dos autores citados anteriormente não conseguiríamos entender essa contradição e, ao mesmo tempo, a contribuição que essas políticas trazem.

Os artigos de Pedroso e Curado e Nicodemos e Curado dão a inestimável contribuição na reconstrução da história das lutas das mulheres em MS, mas falta ainda ser contada a história do movimento de mulheres nos últimos 10 anos, a história das conquistas na implementação de políticas públicas que eram reivindicações nossas há muito tempo, das lideranças feministas participando das instâncias governamentais; também das implicações que alguns chamam de cooptação de lideranças por parte do governo, do esvaziamento dos movimentos sociais, da contradição entre interesses governamentais e interesses do movimento, que muito raramente coincidem.

A história não é linear e muito menos as lutas, as conquistas por uma sociedade com menos desigualdades e os conflitos que se colocam a cada momento para os movimentos sociais e para o movimento social de mulheres em especial.

## Referências

- CFEMEA. *Lei Maria da Penha: do papel para a vida*. Brasília, 2007.
- GOMES, Ana M. Gênero, saúde e violência doméstica. *Revista Divulgação em Saúde para Debate*, n. 18, p. 71-76, jun. 1997.
- MONT'SERRAT, Valéria. *Política: substantivo feminino, domínio masculino*. 2003. Monografia (Conclusão do Curso de Ciências Sociais), orient. Ana Maria Gomes – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Campo Grande-MS, 2003.
- SADER, Eder. Movimentos sociais: nota para um debate. *Cadernos ABESS*, p. 44-56, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais*. Florianópolis: UFSC, 1989.
- TELLES, Amélia. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- TOURAINE, Alain. *La voix et le regard*. Paris: Seuil, 1978.

# O Movimento Popular de Mulheres na construção de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher

*Barbara Jandaia de Brito Nicodemos\**  
*e Jacy Corrêa Curado\*\**

## Introdução

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo compreender a contribuição do Movimento Popular de Mulheres do Estado de Mato Grosso do Sul (MPM/MS) na elaboração e implementação das Políticas Públicas para o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. O período pesquisado abrange desde a de fundação do Movimento Popular de Mulheres do Mato Grosso do Sul, em 1984, até a criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher, em 1999. O comprometimento, a violação da cidadania das mulheres, as desigualdades e opressões nas relações de gênero são fenômenos sociais que demandam intervenções públicas com vistas à mudança de comportamento e de valores na busca da transformação da sociedade e das relações sociais.

---

\* Militante do Movimento Popular de Mulheres Assessora Técnica e Política da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulher (1999-2006).

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

O movimento de mulheres, que se constitui como uma organização da sociedade civil, destaca-se como movimento social de caráter reivindicatório e propositivo que faz uma interlocução com os poderes do Estado, na medida em que passa a contribuir na formulação e elaboração de políticas públicas. Para isso foi realizada uma pesquisa documental sobre o Movimento Popular de Mulheres como forma de demonstrar sua contribuição na luta pela cidadania das mulheres sul-mato-grossenses.

Nas décadas de 1970 e 1980, vários países da América Latina passaram por intensa onda de democratização política. O resultado dessa ação política foi o fortalecimento da sociedade civil com diferentes graus de organização. Para Oliveira (2003), as lutas pela democratização do estado tiveram início com os “novos movimentos sociais”, a partir do fim dos anos 1970. Oliveira (2003) usa a terminologia “novos movimentos sociais” para distinguir dos movimentos que existiram antes e durante o período da ditadura militar e que lutaram pelo fim da ditadura militar brasileira (1964-1985) com greves, passeatas, caminhadas e mobilizações de rua, em praticamente todo o Brasil, com o propósito de instituir a democracia política.

Como bem emprega Gohn (2003), nas definições clássicas sobre os movimentos sociais como sendo aquelas or-

ganizações que possuem uma identidade, têm um opositor e se articulam ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade, historicamente

desde os primórdios da Revolução Francesa, no século XVIII, é possível identificar mulheres que de forma mais ou menos organizada lutaram por seu direito à cidadania, a uma existência legal fora da casa, único lugar; em que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães. (PINTO, 2003, p. 13).

Gohn (2000) conceitua os movimentos também como ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. A autora acredita que as ações desses movimentos são capazes de criar uma identidade coletiva, a partir dos interesses que lhes são comuns, por meio da solidariedade, tendo como base referencial os valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo em espaços coletivos não institucionalizados, possibilitando visibilizar suas ações.

Segundo a autora, os movimentos sociais são agrupados em cinco categorias objetivando construir modos de descrição do social de forma a apreender os movimentos sociais de uma maneira ampla, que contemple sua diversidade, mas procurando respeitar a singularidade dos fenômenos que se manifestam como movimentos na sociedade. Os movimentos de mulheres, neste contexto, estão agrupados como a segunda categoria de movimentos que são construídos a partir

das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor. O movimento feminista e os movimentos sociais, ao destacarem as pautas específicas para as mulheres, contribuíram para que fosse incluída a questão de gênero na agenda política como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático.

### **Os caminhos da pesquisa**

Esta pesquisa buscou compreender a contribuição do Movimento Popular de Mulheres (MPM/MS) na construção das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Demonstrar essa contribuição é fundamental para a organização da sociedade civil, pois as políticas públicas devem ser pautadas pelas demandas da população e também precisam ter dispositivos de controle social como contraponto para garantir sua implantação, desenvolvimento e avaliação.

O Movimento Popular de Mulheres (MPM) se tornou um objeto de pesquisa principalmente porque as mulheres sulmato-grossenses foram ativistas nos processos políticos e sociais que marcaram o final do século XX, incluindo a pauta de reivindicações feministas para a elaboração da Constituição de 1988, e ainda são atuantes no cenário das políticas públicas para a mulher.

A pesquisa baseia-se em documentos do Movimento Popular de Mulheres (MPM) como relatórios, boletins e cartilhas que relatam essa história, compreendendo o período de 1984 a 1999.

Em toda a década de 1980 e 1990, o MPM/MS buscou desenvolver o papel de articulação das mulheres sul-matogrossenses, assumindo uma postura crítica em relação às políticas públicas desenvolvidas pelos governos, principalmente porque tinham como referência a situação em que se encontravam no cenário das relações socioeconômicas do Estado. Segundo Gomes (1997), as mulheres fomentaram um movimento de articulação entre o poder público e a sociedade civil para viabilizar propostas políticas que permitissem a garantia de uma vida digna, com acesso à educação, à saúde, ao lazer e à não-violência.

O processo de organização, articulação e formação desenvolvido pelo MPM/MS, permitiu que as mulheres construíssem sua história. Quantas Amálias, Enereildas, Córdoba, Orietas, Odetes desbravaram bairros, deixaram seus papéis tradicionais de donas-de-casa e ocuparam o espaço público, reivindicando luz, creche, delegacias ou alfabetização. Essa história jamais estaria sendo contada se não fosse relevante para o contexto histórico, social e político do Estado de Mato

Grosso do Sul. Essas conquistas não poderiam ser contadas sem a trajetória dos movimentos de mulheres como o Serviço de Informação à Mulher (SIM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento Popular de Mulheres (MPM), as mulheres dos sindicatos, dos partidos políticos que, aos poucos se organizavam.

### **Trajatória do Movimento Popular de Mulheres e a construção da política pública de enfrentamento à violência contra a mulher**

O Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul tem sua origem na Pastoral Social, em uma ação desenvolvida pela Igreja Católica nos setores populares urbanos, onde constituiu grupos formados por mulheres pobres das periferias das cidades sul-mato-grossenses. Inicialmente, o trabalho desenvolvido pela Pastoral Social foi o de fomentar atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres: trabalhos de crochê e tricô, pintura em tecido e outros, juntamente com o estudo da Bíblia, em uma linguagem popular e comprometida com a luta cotidiana.

Aos poucos, as atividades evoluíram para reivindicações como fornecimento de água e luz para os bairros. Essa luta, que deveria ser desenvolvida pelas associações de moradores, acaba sendo assumida pelos grupos de mulheres dentro

da Pastoral Social. Grupos com essas características foram criados em Campo Grande, Corumbá, Três lagoas e Dourados. Entre 1980 e 1984, esses grupos se articulavam e mobilizavam outros grupos de mulheres dos municípios vizinhos, já visando a criação de um Movimento de Mulheres de abrangência estadual.

Em Mato Grosso do Sul, a questão da violência doméstica não se diferenciava do resto do país. Em 1992 foram registrados, na Delegacia de Atendimento à Mulher de Campo Grande, 3.724 casos de mulheres vítimas de algum tipo de violência. Com a decisão do 8º Encontro do Movimento Popular de Mulheres de mobilizar os municípios para a realização de um levantamento sobre essa realidade e o lançamento da campanha Violência! É Preciso dar um basta! É deflagrado o enfrentamento à violência contra a mulher em nosso Estado (RELATÓRIO DO 8º ENCONTRO DO MPM, 1992). Por meio de um panfleto, o MPM mobiliza a opinião pública e pede ações que possam devolver a cidadania às mulheres sul-matogrossenses.

Violência! É Preciso dar um basta. A violência contra a mulher tem crescido assustadoramente. Ameaças, espancamentos, estupros são manifestações de força que permeiam o cotidiano das mulheres. É preciso dar um basta! É preciso que a sociedade e autoridades, nos engajemos nesta luta. Medidas importantes devem ser tomadas na defesa dos Direitos da Mulher e da sua Cidadania: Implantação do Programa Integral à Saúde

da Mulher; Discriminização do Aborto; Proibição da exigência de atestado de esterilização, de teste de gravidez e de anti-HIV como condição para admissão e/ou permanência no emprego; Criação de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher vítima de violência; Criação e manutenção de abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica; Execução de programas que visem coibir a violência e a discriminação sexual, racial ou social contra a mulher. (PANFLETO MPM, 1993).

No encontro realizado no ano de 1994, foi priorizada como ação coletiva a realização de uma pesquisa sobre a situação da violência contra mulher no Estado, levando em conta os dados da Delegacia da Mulher de Campo Grande que apontava o registro de 11 mil casos de violência contra a mulher no ano de 1992. Outra campanha intitulada “Violência, tô de olho em você!” é realizada. Foram distribuídos panfletos para serem debatidos em todos os grupos das comunidades com propostas para denunciar os casos de violência, uma articulação com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para criação do disk-denúncia da violência contra a mulher e atendimento às mulheres que procurassem o movimento.

Como resultado da pesquisa identificou-se que 33% das 1.474 entrevistadas em quatro das maiores cidades do estado (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá) já tinham sido agredidas ou sofriam violência física de seus companheiros. Foram registrados diversos níveis de agressão,

segundo Relatório do Encontro do Movimento Popular de Mulheres de 1996.

De posse desses dados, o Movimento Popular de Mulheres, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o Grupo de Gênero da Universidade Federal e outros parceiros como entidades de direitos humanos e parlamentares iniciaram uma série de discussões locais e, posteriormente, no âmbito estadual, para propor que fossem criados serviços como centros de atendimento, casas-abrigo e delegacias especializadas que pudessem atender as mulheres em situação de violência.

É importante compreender que há uma distância muito grande entre o que chamamos de conquistas legais e a concretização de ações de políticas públicas. O Movimento de Mulheres do Mato Grosso do Sul obteve conquistas legais quando deu visibilidade à situação de violência em que viviam as mulheres sul-mato-grossenses, quando escreveu o primeiro projeto de casa-abrigo, criou o programa de atendimento à mulher em situação de violência; quando colocou seus quadros feministas à disposição para assessoria no espaço governamental, por entender que a construção de políticas públicas não é apenas responsabilidade do Estado, mas sim do conjunto da sociedade.

## Considerações finais

As feministas do Partido dos Trabalhadores, por meio de seus programas de governo em âmbito nacional, propõem uma estrutura de poder deliberativo e executivo na forma de Coordenadorias de Políticas para Mulheres. Assim, no Mato Grosso do Sul, a partir de 1999, foi criada a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher (CEPPM). Essa Coordenadoria abre diálogo com os movimentos de mulheres e discute a elaboração do Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher. O programa se propõe a responder às reivindicações dos diferentes segmentos da sociedade, desenvolvendo ações que podiam ser traduzidas em transformações profundas na estrutura e nas práticas sociais que vinham legitimando as relações de poder entre homens e mulheres, causando desigualdades de oportunidades e de direitos.

A história de Mato Grosso do Sul está repleta dessas mulheres que ousaram sair de trás de panos e revelar seus talentos, que decidiram aprender a ler, a falar de seu corpo, a denunciar a violência vivida entre quatro paredes.

Falar do Movimento Popular de Mulheres na contribuição para as políticas públicas do Mato Grosso do Sul também ajudou a refletir o quanto nos faltou ser mais atentas aos re-

gistros de nossa história, pois a pesquisa documental é importante para que se possa verificar essa necessidade. Ao manusear a nossa documentação, vamos voltando no tempo. O nosso registro é muito parecido com o real. Simples, como as mulheres que são partes dessa trajetória.

# Conselhos Gestores de Políticas Públicas: espaços potenciais de interlocução para a promoção da igualdade de gênero em Campo Grande

*Elza Maria Verlangieri Loschi\* e Ana Maria Gomes\*\**

## Introdução

Neste resumo apresentamos brevemente os resultados do estudo exploratório realizado junto a Conselhos de Políticas Públicas, os quais consideramos como espaços potenciais para se garantir que as políticas públicas assegurem os direitos conquistados pelos segmentos histórica e socialmente marginalizados.

Partindo da hipótese de que a promoção de direitos relacionados às especificidades das mulheres se vê frustrada nos Conselhos de Políticas Públicas - importante instância de participação social, mas que muitas vezes não entendem tais direitos como prioridades a serem definidas nas políticas públicas - buscamos conhecer a atuação e concepção dos Conselhos no que diz respeito à promoção desses direitos.

---

\* Coordenadora da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres do Município de Campo Grande. E-mail: coordenadoriadamulher@pmcg.ms.gov.br.

\*\* Professora Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS.

Para alcançar nosso propósito, entrevistamos presidentes de cinco Conselhos Municipais de Campo Grande, investigando suas percepções sobre estereótipos de gênero; percepções sobre a necessidade de serem desenvolvidas políticas de gênero e políticas específicas para as mulheres e exemplos práticos da incorporação de temas relativos às mulheres na atuação dos Conselhos.

### **Referencial teórico-metodológico**

Para compreender a atuação e prioridades definidas pelas pessoas que compõem os Conselhos Municipais ligados à Prefeitura de Campo Grande-MS, utilizamos a perspectiva das relações sociais de gênero, pela qual “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e é a forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1991, p. 11) que implica a articulação das dimensões simbólica, normativa, institucional e/ou organizacional e subjetiva.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, aplicamos um questionário investigando as percepções dos Conselheiros Municipais sobre os tópicos expostos acima e realizamos uma análise qualitativa das respostas, pois, segundo Minayo (1995) a análise qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corres-

ponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis.

## **Resultados e discussão**

Sobre a percepção de estereótipos de gênero, solicitamos que nos descrevessem características atribuídas às mulheres e características atribuídas aos homens. De maneira geral, pudemos observar a incorporação de um discurso politicamente correto, que se por um lado se desfaz ao longo das respostas, predominando a manutenção das desigualdades de gênero, por outro evidencia a força do debate a respeito da igualdade entre os sexos, incorporado pela sociedade em geral, que tem provocado a mudança de mentalidades. Assim, características que atribuíam igualdade entre os sexos não correspondem à realidade observável predominante em nossa sociedade, tais como: a) a responsabilidade para com os filhos, que ainda pesa de forma desproporcional sobre as mulheres; b) a liderança exercida na sociedade, que é claramente masculina, pois os espaços de poder são ocupados prioritariamente por homens; c) o quesito “competência”, que ainda favorece o sexo masculino, em especial nas áreas do trabalho e da política, nas quais persistem percepções que atribuem maior capacidade, racionalidade, lógica e auto-suficiência ao homem.

Perguntamos sobre o que entendem por políticas de gênero, o que resultou em diferentes posições que variavam desde respostas vagas; o desconhecimento quanto ao tema; posicionamentos que não reconhecem diferenças nem especificidades e conhecimento superficial sobre a igualdade que deve existir entre ambos os sexos.

Quanto à necessidade de serem desenvolvidas políticas públicas específicas para as mulheres, também tivemos posicionamentos como: a) a concepção de que as mulheres devem ser tuteladas, entendendo-as como pessoas que requerem políticas de proteção e não como cidadãs ativas; b) a necessidade de políticas específicas é justa por serem, a mulheres, maioria da população; c) a importância que as políticas para as mulheres ocupam a fim de se romperem com estereótipos de gênero; d) a necessidade de políticas específicas relativas à questão sexual e reprodutiva e do mercado de trabalho.

Questionados sobre exemplos práticos, no âmbito dos Conselhos, sobre direitos e necessidades das mulheres, as respostas evidenciaram o não entendimento da desigualdade de gênero como fator estruturante em nossa sociedade, entendendo que a problemática da mulher deve ser discutida no âmbito do conselho dos Direitos da Mulher ou que tal é debatida como um tema transversal; porém, em políticas que visam atingir a família, o que conseqüentemente beneficia a mulher inserida nesta família.

Quando perguntados se no conselho já havia sido colocada a necessidade de desenvolver alguma ação específica para as mulheres, as respostas foram negativas, verificando-se que iniciativas que incluem mulheres como foco específico não foram registradas por nenhum(a) dos(as) conselheiros(as), o que evidencia o não reconhecimento, por parte dos conselhos, das diferenças de gênero, nem da incorporação de tal perspectiva.

### **Considerações finais**

Consideramos que a questão de gênero é estruturante de nossa sociedade, e da forma como está concebida gera grandes e graves desigualdades em detrimento das mulheres. Em nossa pesquisa, verificou-se que tal condição não é percebida pelos conselheiros, pois embora de forma geral evidenciem em suas falas o direito à igualdade entre homens e mulheres, nas situações práticas apresentadas nos Conselhos não se vislumbram iniciativas que possam favorecer a construção real dessa igualdade.

Embora os conselhos de políticas públicas sejam uma das principais inovações institucionais do processo de redemocratização do Brasil, podemos considerar que também são espelhos nos quais se podem ver as contradições de nossa experiência democrática, demonstrando não somente uma

fragilidade no controle social como também uma quase não legitimidade de atuação por não atenderem questões de peso fundamental e estruturantes como são as desigualdades de gênero.

Reconhecemos que os limites para a adoção de novas práticas, novos valores e novas atitudes passam por uma necessária reeducação e cabe a todos nós, especialmente àqueles que se posicionam como representantes de qualquer segmento da sociedade, investir em novos olhares, novas perspectivas que nos ofereçam a condição para construir uma sociedade mais justa para todos.

Consideramos necessário e urgente a promoção de capacitação sobre a perspectiva de gênero, que deve ser oferecida a todas as pessoas que atuam como conselheiros, como condição fundamental para efetivarmos nestes espaços, que são potenciais de transformação da sociedade, para alcançarmos um nível de maior justiça, maior equidade e maior igualdade entre homens e mulheres.

# Saga feminista: trajetória dos feminismos em Mato Grosso do Sul

Leyde Pedroso\* e Jacy Corrêa Curado\*\*

## Introdução

A palavra Saga, de acordo com Ferreira (1993, p. 490), significa *narrativa histórica ou a forma como os romanos denominavam bruxas e feiticeiras*. É como uma narrativa que essa pesquisa monográfica tem a intenção apresentar as trajetórias da participação política de mulheres que atuaram na construção dos feminismos sul-mato-grossenses, tal como a história das feiticeiras; mulheres que durante a Idade Média tinham uma forma diferente de enxergar o mundo.

Esse desafio se estabelece porque o longo caminho percorrido pelos movimentos de mulheres e feministas, sejam contra a violência, em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, ou pela efetiva participação e implantação de políticas específicas para a população feminina, sempre tiveram uma invisibilidade inexplicável no Mato Grosso do Sul.

---

\* Jornalista. Militante feminista e dirigente partidária. E-mail: leydep@gmail.com.

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

Gomes (2006, p. 8) assinala que uma das questões importantes que devem ser abordadas no contexto de luta pela democracia “é a da invisibilidade da mulher enquanto sujeito na transformação da sociedade, com interesses próprios pelos quais lutar e com uma história específica a ser contada”.

Sobre a omissão da participação das mulheres Schumacher (2000, p. 10) comenta que:

A história das mulheres é uma história recente e que se ressent de um passado mal contado... Afinal não se pode esquecer ou banalizar o esforço individual e coletivo de milhares e milhares de brasileiras, que inconformadas com sua condição, se rebelaram contra a situação estabelecida: foram índias contra a violência dos colonizadores, negras contra a escravidão, brancas contra os valores patriarcais vigentes.

Já Scott (1991), destaca que não se deseja simplesmente escrever uma história particular, só das mulheres, mas que elas sejam inseridas na história oficial porque fazem parte da conjuntura histórica. E como bem salienta Pedro (2005), registrar as iniciativas políticas das mulheres, dialogar sobre feminismo é uma forma de demonstrar que, mesmo com as hierarquias de gênero sendo construídas e legitimadas pela história, elas podem ser contestadas, modificadas e transformadas, a fim de colaborar para uma existência humana menos excludente. E assim, ao narrar a trajetória de mulheres indígenas, negras e das excluídas em geral, essas reflexões não podem ser dispensadas.

## Caminhos da pesquisa

O resultado dessa pesquisa monográfica foi obtido pelas informações coletadas nas entrevistas individuais realizadas com cinco mulheres de reconhecida atuação nos movimentos de mulheres e feministas de Mato Grosso do Sul, no período de 1979, ano da criação do Estado a 1999, data da implantação do primeiro organismo governamental de políticas para mulheres.

Utilizou-se de técnicas metodológicas de pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais para análise temática dos discursos das entrevistadas. Também foram seguidas as orientações da resolução do Conselho Nacional da Saúde, CNS n. 196/96, que prevê a ética em estudos que envolvem seres humanos e a concepção de Spink (2004, p. 92) no que diz ser da nossa responsabilidade escolher a ciência que se pretende produzir, pois uma pesquisa “pode gerar um conhecimento normalizador, alienante e autoritário ou, pelo contrário, um conhecimento libertário que contribua para a luta contra a dominação”.

Ficamos com a segunda opção, e aí está a Saga Feminista. Que ela possa colaborar para que haja novos olhares sobre gênero, feminismo e mulheres.

Escrever a história no feminino implica em fazer emergir a participação política das mulheres em busca de uma trans-

formação, tal como propõe o feminismo. No dizer de Teles (1983, p. 10) o feminismo é:

Uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. É um movimento político que questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao patriarcado. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.

Para Soares (1998, p. 34), feminismo é a ação política das mulheres. Engloba a teoria, prática, ética, e as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo, e sugere que todos aqueles que “têm uma posição de subalternidade nas relações de poder existentes venham a transformá-las”.

## **Marias de luta**

Para dar visibilidade à contribuição proporcionada pelos feminismos, utilizou-se da trajetória de mulheres militantes no Mato Grosso do Sul. Todas foram denominadas ‘Maria’, por ser um nome forte, de luta, comum à maioria das brasileiras.

Marias procedentes de movimentos estudantil, operário ou revolucionário contra a ditadura. Entre elas também estão as que vieram das comunidades eclesiais de base, ligadas à igreja, e de partidos políticos.

Estas ativistas ficaram conhecidas pelo pioneirismo, por participarem de grupos coletivos de mulheres. Todas tiveram passagem por agremiações políticas. Foram e algumas ainda são militantes dos partidos de esquerda engajadas, ou nas lutas democráticas. A maioria esteve perseguida durante o regime militar. Foram presas. Tiveram a liberdade cerceada. Algumas sofreram torturas físicas e psicológicas.

No movimento negro, atuaram como pérolas negras contra as discriminações raciais. Uma das entrevistadas conta que ainda criança, para combater o racismo necessitava empenhar-se na construção e na busca pelo respeito à sua negra identidade. Já a militante índia, semente de um povo que clama por igualdade, alega que a discriminação étnico-racial sofrida pela nação indígena foi o principal motivo que a levou a se engajar na militância contra o preconceito. Elas também buscaram alternativas políticas. Ingressaram em grupos anti-racistas. Investiram no feminismo acadêmico. Profissionalizaram em gênero, outras criaram organizações não governamentais (ONG).

Das organizações existentes no Estado, foram citadas pelas entrevistadas algumas organizações como tendo atuação e formação baseada no viés feminista: proveniente o Serviço de Informação Mulher (SIM) que depois se transformou na Inter Ativa Projetos & Intervenção; o Movimento Popular de

Mulheres (MPM), cuja ação política era voltada para as mulheres excluídas da sociedade sul-mato-grossense e o Núcleo de Estudos em Gênero, conhecido como Grupo de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (NEG). O Coletivo de Mulheres Negras Raimunda Luzia de Brito e o Grupo Indígena Kaguatega aparecem respectivamente, na opinião de duas entrevistadas, como precursores na defesa da cidadania da mulher negra e da indígena

Nesses vinte anos de trajetória dos movimentos feministas, junto com os outros, das mulheres, as lutas consideradas mais significativas foram contra a ditadura militar; pela abertura democrática com grande mobilização para obter assinatura e assegurar direitos na Constituição de 1988; o enfrentamento à violência contra a mulher e a busca pela implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

Além destas manifestações coletivas, as Marias militantes carregaram juntas outras bandeiras pela cidadania. Defenderam o direito ao próprio corpo, aos direitos sexuais e reprodutivos. Disseram não ao projeto contra a distribuição gratuita da pílula do dia seguinte pelo SUS. Ocuparam as galerias da Câmara Municipal para defender o projeto da Casa Abrigo para mulheres em risco de morte. Movimentaram contra a esterilização massiva e pela campanha Mulheres sem

medo do poder. Pediram paz e a valorização da mulher na política. Enquanto educadoras propuseram cursos com disciplina em gênero, pós-graduação em gênero.

Estas militantes viveram a busca da liberdade individual no mesmo processo da luta pela construção de uma sociedade mais justa. Neste sentido, sofreram o preconceito latente na sociedade, que sempre via a condição feminina reservada para a esfera do privado, portanto da família. Mas sofreram, também, formalismos de parte das organizações de esquerda, com os “companheiros” que não respeitavam a sua condição de mulher, enquanto revolucionária, companheira de luta! E para o feminismo debater e lutar por participação política das mulheres é propor o lugar de sujeito político para todas as mulheres.

Para as Marias, a linha que divide o movimento feminista e movimento das mulheres, se é que ela existe, é muito tênue. É consenso na opinião das entrevistadas à existência de múltiplos feminismos no Mato Grosso do Sul. O feminismo é relatado como uma ideologia, que traz princípios de ética, respeito, solidariedade e dignidade. Tem muitas faces, são diferentes na forma de atuação, não de conteúdo ou identidade política. Eles interagem entre si. E parece caminhar numa mesma direção: lutar pela transformação das relações humanas.

## Considerações finais

Além das mulheres aqui enfocadas, a Saga Feminista constatou que foram inúmeras às protagonistas e ativistas em defesa dos direitos das mulheres e da democracia no Mato Grosso do Sul, oriundas dos movimentos populares; de partidos políticos; indígenas; negras; rurais; de diferentes orientações sexuais, das universidades; de organizações não governamentais; anônimas ou não; feministas ou não, todas que lutaram e contribuíram para que houvesse políticas públicas e respeito à mulher sul-mato-grossense. E hoje, como resultado dessa luta, contamos com a criação de organismos governamentais para propor e implantar políticas públicas que visam o empoderamento das mulheres e a equidade de gênero.

Considerando essas iniciativas e tantas outras, concluímos que a ação política e o pensamento destas Marias, mulheres cidadãs, aguerridas, rebeldes militantes feministas contribuíram decisivamente com a implantação de políticas públicas, e transformaram a vida de milhares de pessoas no Mato Grosso do Sul e em todo país.

Para finalizar vale ressaltar a importância da pesquisa acadêmica como elemento que visa subsidiar as políticas públicas que levem consideração à transversalidade em gênero, tendo em vista a busca de uma nova sociedade mais justa, igual e humana.

# Uma análise de gênero e raça na Lei n. 9.504 - sobre a reserva de vagas para mulheres nos pleitos eleitorais de Mato Grosso do Sul

*Ana Lúcia da Silva Sena\** e *Maria de Lourdes Silva\*\**

## Introdução

Esse estudo exploratório voltou-se para uma análise sobre os resultados eleitorais de Mato Grosso do Sul após a implementação da política pública de ação afirmativa, por força da Lei Federal 9.504/1997 que, estabeleceu normas para as eleições tornando obrigatória a reserva mínima de 30% e a máxima de 70% das vagas de candidaturas dos partidos políticos e ou das coligações partidárias para cada sexo.

O principal objetivo da pesquisa foi identificar por meio dos dados coletados junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul se houve aumento da representação de mulheres nos cargos eletivos dos poderes executivo e legislativo de Mato Grosso do Sul em decorrência da aplicação da

---

\* Militante Movimento Negro. Consultora de Políticas Públicas, Gênero e Raça. Bolsista eleita do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford-2007. E-mail: asena.sena@gmail.com.

\*\* Orientadora. Professora Mestre da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS.

referida lei durante os anos de 1996 a 2006. Foi também propósito desta pesquisa buscar identificar se houve a participação de mulheres negras durante os processos eleitorais em questão. Em análises preliminares pode-se perceber que, ao longo de uma década, pouca coisa mudou em relação à representação de mulheres nos espaços públicos dos poderes legislativo e executivo, mesmo com o incentivo de uma lei federal que estabelece uma política de ação afirmativa.

## **Metodologia**

Buscando desenvolver uma linha de raciocínio lógico que pudesse identificar a relação e as implicações existentes entre as diferenças de gênero e raça e no que elas potencializam as discriminações e desigualdades sofridas por diversas mulheres no campo das relações de poder, é que se optou pela pesquisa qualitativa. Porém, a pesquisa deteve-se na análise de dados que foram coletados junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, onde foram selecionados os resultados eleitorais de uma década após a efetivação da lei supracitada.

No trabalho desenvolveram-se diálogos sob as perspectivas de gênero e raça na trajetória histórica e política do protagonismo das mulheres que lutaram pela conquista de sua emancipação política no Brasil, das desigualdades raciais no contexto das desigualdades de gênero, dos conflitos étnico-raciais e de gênero e suas implicações nas políticas públicas, políticas de ação afirmativas e por último analisou-se os dados coletados, trazendo concomitantemente a discussão teórica necessária.

## Resultados e considerações

Na década de 1990, a participação de mulheres frente às direções de sindicatos e partidos políticos foi minoritária, ocorrendo um esvaziamento da representação de mulheres. Tal situação forçou a aplicação da política de cota como estratégia para que aumentasse a representação de mulheres nesses mesmos espaços (GODINHO, 2004).

O processo de ação afirmativa, por força da lei 9.504/1997 permitiu ampliar a presença de mulheres em espaços legislativo e executivo; porém, os percentuais são extremamente reduzidos, pois dos mais de 5.600 municípios brasileiros, apenas 315 são governados por mulheres, ou seja, menos de 6%; e apenas duas mulheres foram eleitas governadoras dos 27 Estados da União.

Em média no legislativo o percentual de representação de mulheres gira em torno de 10% sendo nas Câmaras essa representação um pouco maior 11,6%. No Congresso Nacional as mulheres não passam de 8%. Em suma, a representação de mulheres continua sendo rara exceção (GODINHO, 2004).

Trazendo para a realidade de Mato Grosso do Sul, foi possível perceber que os escritos de Godinho (2004) cabem bem para fundamentar o que os dados retratam a partir das análises e dos estudos levantados para esta pesquisa.

Embora o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul tenha passado a divulgar os resultados eleitorais com recorte de sexo em suas estatísticas a partir do ano de 2002, ainda há informações a serem divulgadas, como por exemplo, o número total de candidaturas femininas e masculinas, por cargo e os percentuais de mulheres candidatas em relação a candidaturas masculinas.

Não foi possível levantar o percentual de mulheres negras candidatas ou que por ventura tenham conseguido se eleger para algum cargo público, pois essa informação não se constitui como um dado relevante para o principal órgão responsável pelo processo eleitoral do Mato Grosso do Sul, o Tribunal Regional Eleitoral, que não inclui nas fichas de inscrição dos candidatos o quesito cor/raça/etnia.

Para se ter uma idéia da diferença entre homens e mulheres que ocupam cargos eletivos após a aplicação da referida lei, utilizar-se-á como exemplo a comparação dos resultados entre duas eleições retirados da tabela geral apresentada pelo TRE/MS, composta pelo número total de candidaturas dos respectivos anos.

Por exemplo, na eleição do ano de 2000, para o cargo de prefeito(a), nos 77 municípios de Mato Grosso do Sul as mulheres ocuparam um percentual de 6,5% das vagas e os homens 93,5. Já em 2004 as mulheres alcançaram 11,54%, cer-

ca de cinco pontos percentuais para mais e os homens ficaram com 88,46%, caindo em média 5%. Para o cargo de vereador(a) as mulheres conquistaram 102 vagas em todo o Estado, 12,96%, e os homens 685 vagas, 87,04%, no ano de 2000. Comparando com as eleições do ano de 2004 as mulheres conseguiram atingir um percentual de 14,57% ao passo que os homens, ainda permaneceram com a maioria esmagadora de 85,43%.

Nas eleições de 2006, na disputa pelos cargos de deputado(a) estadual e federal; senador(a) da república e governador(a) de estado houve uma queda drástica nas candidaturas femininas e a diferença no resultado eleitoral entre homens e mulheres, embora tenha sido assustadora, não surpreendeu, considerando-se os poucos estímulos que as mulheres tiveram para concorrer a uma vaga. Do total de candidaturas no estado, 94,12% foram masculinas, ao passo que as mulheres concorreram com apenas 5,88% na Assembléia Legislativa, por exemplo, apenas uma mulher foi eleita para o cargo de deputada estadual para um total de 21 vagas.

As estatísticas por sexo, em percentuais, divulgada pelo TRE/MS é um dado genérico que inclui todos os cargos em disputa numa mesma eleição.

O que se pode perceber com a análise dos dados é que embora as mulheres tenham conquistado espaços importan-

tes em diversos setores da sociedade, no campo político consta que, mesmo com a conquista de uma lei de ação afirmativa que busca promover eqüidade entre homens e mulheres na ocupação de cargos públicos eletivos, ainda está longe de alcançar índices que correspondam ao percentual da população feminina brasileira que têm o direito de serem representadas nestes espaços.

Nem de longe se intenciona aqui cogitar que tais resultados estejam pré-determinando o fracasso das políticas afirmativas no Brasil. É preciso aprofundar na realização de pesquisas e estudos para se problematizar o desprestígio da participação das mulheres na política, sem perder de vista os eixos estruturantes das desigualdades sociais que sustentam as hierarquias de gênero, raça e classe que, por sua vez, mantêm o desequilíbrio nas relações de poder nesta mesma sociedade.

# Referências

AFONSO, Maria Lúcia Miranda Afonso. *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Edições Campo Social, 2002.

ALMEIDA, Suely Souza de. *Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

AMÂNCIO, L. As Assimetrias nas representações do gênero. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 34, p. 9-21, 1992.

ANDERSON, Jeanine. *Sistema de gênero, redes de atores e uma proposta de formação*. Programa de Formação em Gênero. CEAAL, 1997.

ANTUNES, R. Violência doméstica: do privado ao público. *Revista Presença da Mulher*, São Paulo: Anita Garibaldi, n. 31, 1998.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 15-77.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. Grupo Focal – Estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico In: *Cogitare Enfermagem*, vol. 9, n. 1. Sistema Eletrônico de Revistas. UFPR.

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Feminismo: que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ÁVILA, Célia Marisa de (Coord.). *Gestão de projetos sociais*. 3. ed. rev. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária, 2001. p. 18-39. (Gestores Sociais).

ÁVILA, Bethânia. O tempo e o trabalho das mulheres. In: *Um debate crítico a partir do feminismo – reestruturação produtiva, reprodução e gênero*. São Paulo: CUT, 2002.

AZEVEDO; GUERRA (org.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Violência física e sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Iglu, 1989.

BANCO MUNDIAL. *Relatório de desenvolvimento mundial 2006*. Washington D.C., 2006.

BANDEIRA, Lourdes. *Avançar na transversalidade em gênero nas políticas públicas*. Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

BARBIERI, T. *Sobre a categoria de gênero: uma introdução teórico-metodológica*. Recife: SOS Corpo, 1992.

BARSTED, Leila Linhares. *A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil*. Texto apresentado no CONGRESSO DE DELEGADAS DA POLÍCIA CIVIL. Belo Horizonte, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELFIORE, Mariângela; WANDERLEY, Lúcia Borges; YAZBIK, Maria Carmelita. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educação, 2000.

BELOTTI, Elaine Gianini. *Educar para a submissão*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. São Paulo: Edusp, 1999.

BLAY, Eva Alterman. Direitos humanos e homicídio de mulheres. Projeto de Pesquisa Integrada apoiado pelo CNPq. Concluída em 2003. Ainda não publicada. Resumo dos dados disponível em: [www.usp.br/nemge](http://www.usp.br/nemge). Consultor Jurídico, 8 de agosto de 2006.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro. 15. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

BOFF, Leonardo. *Crise, oportunidade de crescimento*. Campinas: Verus, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

*Critérios de elegibilidade*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/transferencia-de-renda/programa-bolsa-familia/programa-bolsa-familia/criterios-de-elegibilidade/>>. Acesso em: 8 mar. 2006.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília-DF, 19 fev. 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9608.htm>>. Acesso em: 8 set. 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos Ministério da Assistência Social. *Projeto Caminhos*. Brasília. Disponível em: <<http://www.caminhos.ufms.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado do Governo Federal*. Brasília, nov. 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/COLECAO/PLANDI.HTM](http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI.HTM)>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília-DF, 12 jan. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)>. Acesso em: 8 set. 2006.

BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BUGLIONE, Samantha. A face feminina da execução penal. In: *Direito & Justiça*, Porto Alegre, v. 19, n. 20, p. 251, 1998.

BUGLIONE; S. PITHAN, L. *O sistema prisional e a mulher*. Porto Alegre: PUC, 1997.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n. 18, v. 1, p. 142-150, 2004.

CAMARGO, Márcia. Novas políticas públicas de combate à violência. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998. p. 121-135.

CAMPOS, Carmen Hein. *Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico: a não recepção da criminologia feminista*. CEPIA: Direitos Humanos x Violência Contra a Mulher: atuando na capacitação de policiais de delegacias de mulheres. Rio de Janeiro: [s.n.], 2001.

CARLOTO, C.M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina-PR, v. 3, p. 201-214, 2002.

CARONE, I.; BENTO, M.A.S. (orgs.). *Psicologia Social do racismo*. São Paulo: Vozes, 2001.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Orgs.). *A produção do viver: economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003. p. 11-49. (Cadernos Sempreviva, 8. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania).

CARREIRA, Denise; AJAMIL, Menchu; MOREIRA, Tereza (orgs.). *Mudando o mundo: liderança feminina no século 21*. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2001.

CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2. ed. Tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *As metamorfoses da questão e novas tecnologias*. Porto Alegre: Vozes/UFRGS, 1995.

CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação racial na educação infantil*. 1998. Dissertação (Mestrado) – I. de Educação/USP, 1998.

CECRIA, Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. *Relatório Final da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial*. Brasília: CECRIA, 2002.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescente*. 1997, 75p. Disponível em: <[http://www.cecria.org.br/pub/livro\\_fund\\_e\\_politicas\\_publicacoes.pdf](http://www.cecria.org.br/pub/livro_fund_e_politicas_publicacoes.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2007.

CEPIA, Instrumentos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Cepia, 2001.

CFEMA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Violência doméstica no Brasil. *Jornal Fêmea*, n. 129, p. 6, out. 2003. Disponível em: <[www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)>. Acesso em: 16 jun. 2006, 19h.

CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CLAROS, Augusto Lopez; ZAHIDI, Saadia. *Empoderamento das mulheres*. Avaliação das disparidades globais de gênero. Tradução de José Humberto Fagundes. Brasília-DF: UNIFEM, 2005.

COMITÊ de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Mato Grosso Do Sul. Tráfico de Pessoas, Responsabilizar é possível. *Guia de orientação aos operadores da Rede de Responsabilização*. Cartilha. Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. 2 ed. 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHER, 1., 2004, Brasília. *Anais...* Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sepm/.arquivos/integra\\_anais](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/.arquivos/integra_anais)>. Acesso em: 20 maio 2006.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. *Educação e realidade*, São Paulo, n. 20, v. 2, p. 185-206, 1995.

CONTINS, M.; SANT'ANA, L.C. O Movimento negro e a questão da ação afirmativa. In: *Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ, v. 4, n. 1, 1996.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão de Pernambuco*. 2004. 264 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

COSTA, Ana Alice A. *O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política*. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

\_\_\_\_\_. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Bahia: UFBA, 2005.

COUTO, Márcia; SCHRAIBER, Lilia B. Homens, saúde e violência: novas questões de gênero no campo da saúde coletiva. In: CONGRES-

SO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE. Oficina: Novas questões de gênero e saúde reprodutiva. 2003.

CURADO, Jacy Corrêa. *A gender analysis of women's work invisibility, discrimination and emancipation in contemporary Brazil*. 1991. 86 f. Dissertação (Master of Arts in Development Studies) – Institute of Social Studies, Haia, Netherlands, 1991.

\_\_\_\_\_. A perspectiva de gênero nas políticas públicas de Mato Grosso do Sul. In: *Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulher de Mato Grosso do Sul* [revista institucional]. Campo Grande: [s.n], 2002.

\_\_\_\_\_. Gênero e os sentidos do trabalho social. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, Campo Grande, 2007.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, Ana Alice et al. (Org.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT, 2004. p. 22-52.

DELMONDES, L.M. *Os descaminhos da educação profissional: uma análise das experiências dos egressos dos cursos técnicos de Campo Grande-MS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Campo Grande, 2006.

DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça*. A afetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIEBOLT, Évelyne. História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França: 1901-2001). *Estudos Feministas*: revista da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 305-329, 2005.

DUTRA, José Luiz. "Onde você comprou esta roupa tem para homem?" A construção da identidade masculina nos mercados alternativos da roupa. In: GOLDENBERG, Miriam. *Nu & Vestido* (Org.). Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002. p. 359-411.

EMÍLIO, Marli; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau. *Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 14. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. Violência contra a infância, sociedade, desigualdades sociais e a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. SEMINÁRIO CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS AMÉRICAS. *Anais...* Brasília: CECRIA/MJ, 1997. Disponível em: <<http://www.cecria.org.br/pub/pub.htm>>.

FARAH, M. Políticas Públicas e gênero: uma análise da ação de governos locais no Brasil. Porto Alegre, 2003, p. 11. In: SEMINÁRIO SOCIAL MUNDIAL: Gênero, Governabilidade e Políticas Públicas. Brasília: Agende, 2004.

\_\_\_\_\_. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004.

FARIA, Nalu. *Feminismo e luta das mulheres*. Análises e Debates. São Paul: Sempre Viva Organização Feminina/SOF, 2005

\_\_\_\_\_. *Avaliação do Movimento de Mulheres na América Latina e Caribe*. São Paulo: SOF, 2005.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *Gênero e desigualdade*. São Paulo: Cadernos Sempreviva, 1997.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003. (Cadernos Sempreviva, 8. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania).

FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam. *Gênero, políticas públicas e cidadania: gênero e desigualdade*. São Paulo: SOF/ Sempreviva Organização Feminista, 1997. (Cadernos Sempreviva-SOF).

FELIZARDO; ZÜRCHER; MELO. Violência sexual: conceituação e atendimento. In: LIMA, Cláudia Araújo de et al. (org.). *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FERNANDES, R.S. *História, gênero e trajetórias biográficas*. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, D.C. Os discursos públicos sobre o estupro e a construção social de identidades de gênero. In: FIGUEIREDO et al. (orgs.). *Linguagem e gênero*. Florianópolis: UFSC, 2006.

FISCHER, I.R.; MARQUES, F. *Gênero e exclusão social*. Recife-PE: Instituto de Pesquisas Sociais/Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

FLORESTA, Nísia. *Os direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Introdução, posfácio e notas de Constância L. Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. O nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEBAUM, S.G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FRY, Peter. *Para inglês ver*: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.mulheresnobrasil.org.br/pdf/O\\_Progresso\\_das\\_Mulheres\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.mulheresnobrasil.org.br/pdf/O_Progresso_das_Mulheres_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2007.

FURNISS, T. *Abuso sexual da criança*: uma abordagem multidisciplinar. Trad. de M.A.V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIFFIN, K. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n.1, p. 47-57, 2005. Disponível em: <<http://scielo.br/scielo>>.

\_\_\_\_\_. Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 10 (suplement 1): 146-155, 1994.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GOHN, Maria da Glória. (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 13-32.

GOLDENBERG, Mirian. *De perto ninguém é normal: estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura Brasileira*. São Paulo: Record, 2004.

GOMES, Ana Maria. As relações de gênero e o combate à violência contra a mulher. *Sempre – Viva: Caderno Especial da Coordenadoria de Políticas para Mulher*, Campo Grande, p.14-15, mar. 2000.

\_\_\_\_\_. *Revista Científica*. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1995.

GONÇALVES, Aparecida. Palmas para a cidadania. In: *Alfabetização e Cidadania*, São Paulo: RAAAB, n. 4, dez. 1996.

GUERIN, Isabelle. A construção social do altruísmo feminino. In: \_\_\_\_\_. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 37-62.

GUIMARÃES, C.F. et al. Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres de presos. In: *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre-RS, v. 18, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, n. 5, p. 7-41, 1995.

HENRIQUES, R. *Desigualdades raciais no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Texto para discussão n. 87. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA-RJ, jul. 2001.

HIRATA, Helena; MARUANI, Margareth. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. PNAD /2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS-MS). *Exploração sexual infanto-juvenil e o turismo em Mato Grosso do Sul*. Cartilha. Campo Grande: IBISS, 1998. 42p.

INSTRAW Virtual Seminar Series on Men's Roles and Responsibilities in Ending Gender-based Violence, 2001.

ISPM – Instituto Social y Político de la Mujer. Disponível em: <www.ispm.org.ar>. Acesso em: 16 set. 2005, 19h.

KERGOAT, Danièle. *Divisão sexual do trabalho*. Tradução de Miriam Nobre. Paris: PUF, 2000. (Publicado originalmente no Dictionnaire Critique du Feminisme).

LANDIN, Leilah. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. 1993. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LAVINAS, L. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: \_\_\_\_\_. *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, M.E.B. As mulheres e o exercício do poder. Jun. 2002 In: ZIMMERMANN, Neuza de Castro. *Sistematizando caminhos*. Transposição de obstáculos e ocupação de espaços no mundo do trabalho. Brasília: Fundo de Gênero Brasil-Canadá, 2003.

LOPES, Zaira de Andrade. *Meninas para um lado, meninos para outro, um estudo sobre representações sociais de educadores de creche*. Campo Grande: UFMS. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina. (Eds.). *Gênero & Saúde*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 7-11.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*: Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. Teoria Queer - uma política pós identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Primeiros Passos).

MARCONDES, Willer Baumgarten; ROTENBERG, Lúcia; PORTELA, Luciana Fernandes; MORENO, Claudia Roberta de Castro. *O peso do*

*trabalho “leve” feminino à saúde*. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo)>. Acesso em: 12 dez. 2006.

MARQUES, H.R.; MANFROI, J.; CASTILHO, M.A.; NOAL, M.L. *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. Campo Grande: UCDB, 2006.

MASSUNO, Elizabeth. Delegacia de Defesa da Mulher: uma resposta à violência de gênero. In: BLAY, Eva A. *Igualdade de oportunidades para as mulheres*. São Paulo: Humanitas, 2002.

MATO Grosso do Sul. Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. *Relatório Políticas Públicas para a Mulher – 1999 a 2006*. 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher*. 1999.

MATTHAEI, Julie. Porque os/as feministas/marxistas/anti-racistas devem ser economistas feministas-marxistas-anti-racistas. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). *Economia feminista*. São Paulo: SOF, 2002. p. 44-71. (Cadernos Sempreviva).

MEDRADO-DANTAS, B. O masculino na mídia. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – PUC/SP, São Paulo. *Edição virtual programa Papai*. Disponível em: <[www.papai.org.br/](http://www.papai.org.br/)>. Acesso em: 12 jun. 2006, 17h.

MELO, Hildete Pereira. de. Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino – uma análise dos grupos ocupacionais. *Relatório de Pesquisa OIT/IPEA*. Rio de Janeiro: OIT/IPEA, 2000. (mimeo).

MELO, Hildete Pereira de; LAVINAS, Lena. *Cartilha - mulheres sem medo do poder*. Elaborada por: IPEA-DIPES, IPEA/UFRJ, IPEA/UFF, p.24 e 250, jul. 1996.

MENEGON, Vera Sonia Mincoff. *Entre a linguagem dos direitos e a linguagem dos riscos: os consentimentos informados na reprodução humana assistida*. São Paulo: Fapesp/Educ, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, n.117, p.197-217, nov 2002. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 7 set. 2007, às 12h23min.

MONTEIRO, M. Masculinidade e representação: um estudo da revista Ele Ela, 1969-1972. Dissertação (Resumo de Monografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). *Antropologia: Gênero e Masculinidade*. São Paulo: Unicamp, 1997. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/~marko/resumoda.htm>. Acesso em: 18 jun. 2006, 21h.

MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. Artigo revisto e ampliado da tese de doutorado (1999). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2003.

MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, 2001.

MURARO, Rose Marie. *Textos da fogueira*. Brasília: Letraviva, 2000.

\_\_\_\_\_. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Bárbara Musumeci. Polícia e gênero: participação e perfil das policiais femininas nas PMS brasileiras. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania Segurança e Cidadania – CESEC. *Boletim Segurança e Cidadania*, Niterói, ano 02, n. 4, v. 5, p. 183-207, abr. 2004.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. In: *Cadernos de Pagu*: Simone de Beauvoir e os Feminismos do século XX. Campinas: Unicamp, n 12, p. 109-120, 1999.

NOBRE, Miriam. Introdução à economia feminista. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). *Economia feminista*. São Paulo: SOF, 2002. p. 10-14. (Cadernos Sempreviva, 7. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania).

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. *O trabalho duplicado*. A divisão no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressa Popular, 2006.

NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 112, p. 137-153, mar. 2001a.

\_\_\_\_\_. *Um novo olhar sobre as relações de gênero*. Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social. [S.l.]: Fundação Calouste Gulbenkiani, 2001.

\_\_\_\_\_. “Ter” ou “Fazer” o gênero: o dilema das opções epistemológicas em Psicologia Social. In: GUARESCHI, Neuza (Org.). *Estratégias de intervenção do presente a psicologia social no contemporâneo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

NOLASCO, Socrates. *Identidade masculina: um estudo sobre o homem de classe média*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NORONHA, C.V.; DALTRO, M.E. A violência masculina dirigida para Eva ou Maria? *Caderno de Saúde Pública*, v. 7, n. 2, 1991. Disponível em: <<http://scielo.br/scielo>>. Acesso em: 5 maio 2006, 21h.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, *Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas*, dezembro de 1993.

OSHIKATA, Carlos Tadayuki; BEDONE, Aloísio José; FAUNDES, Anibal. Atendimento de emergência a mulheres que sofreram violência sexual: características das mulheres e resultados até seis meses pós-agressão. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2004.

PEREIRA, Glória Maria Garcia. *Talento: nova linguagem do dinheiro para realização pessoal*. São Paulo: Futura, 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PITANGUY, J. A questão de gênero no Brasil. *Livro do Relatório da Unidade de gênero, do Departamento de Políticas Econômica e Redução de Pobreza – Região da América Latina e Caribe*. Brasília: Banco Mundial, 2003. Disponível em: <[http://www.cepia.org.br/doc/questao\\_de\\_genero.pdf](http://www.cepia.org.br/doc/questao_de_genero.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2006, 16h.

POCHMANN, Márcio; BLANES, Denise; AMORIM, Ricardo. *Inclusão*

*social*: uma utopia possível. Impacto das políticas públicas de Mato Grosso do Sul. São Paulo: Cortez, 2006.

PORTELA, Ana Paula; GOUVEIA, Taciana. *Idéias e dinâmicas para trabalhar com gênero*. Recife: SOS Corpo, 1998.

REIS, J.N.; MARIN, C.C.S.; FERRIANI, M.G.C. Mulheres vítimas de violência sexual: meios coercitivos e produção de lesões não-genitais. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(2):465-473, mar./abr. 2004.

RESENDE, P.A. Relações internacionais e narrativas de direitos humanos. In: BERNARDO; TÓTORA (orgs.). *Ciências Sociais na atualidade: resistência e invenção*. São Paulo: Paulus, 2004.

RIBEIRO, Herval Pina. *A violência oculta do trabalho: as lesões por esforços repetitivos*. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, 1999.

RODRIGUES, Almira. *Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas*. Disponível em: <[www.mulheres.org.br/violencia/artigos.html](http://www.mulheres.org.br/violencia/artigos.html)>. Acesso em: 21 jun. 2006.

SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a.

\_\_\_\_\_. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. de (orgs.). *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004b. p.43-59.

\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

\_\_\_\_\_. A Síndrome do Pequeno Poder. In: AZEVEDO & GUERRA (orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. Violência física e sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Iglu, 1989.

\_\_\_\_\_. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher – um estudo das operárias têxteis de confecções no Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. *O poder do macho*. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 16, 2001.

\_\_\_\_\_. *A transgressão do tabu do incesto* - Relatório final de pesquisa – CNPQ, 1992. (mimeo)

SALMASSO, Rita. Criminalidade e condição feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília-SP. In: *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 4, n. 3, 2004.

SANTOS, Célia Regina dos. Construção de gênero feminino e alteração do papel social da mulher na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul. 2003. 150 p. Monografia. (Curso Superior de Polícia) – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal-UNIDERP, Campo Grande, 2003.

SAWAIA, Bader Burihan. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, R.A.A.; VITALE, M.A.F. (Orgs.). *Família redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez/PUC-IEE, 2005. p. 39-50.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. Representações: a Polícia Militar Feminina no Paraná (1979-1984). *Revista de História Regional*, Curitiba, p. 111-127, inverno 2004.

SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.; FRANÇA-JUNIOR, I; PINHO, A. Violência contra a mulher: um estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 36(4):470-7, 2002.

SCOTT, Joan Wallace. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Trad. por DABAT, C.R.; AVILA, M.B. Recife: SOS CORPO, 1991.

\_\_\_\_\_. O enigma da igualdade. Trad. por J. Klanovicz; S.B. Funck. Princeton University, 1999. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, n. 1, p.11-30, 2005. Disponível em: <[www.scielo.br/](http://www.scielo.br/)>. Acesso em: 6 maio 2006, às 15h.

\_\_\_\_\_. (1988). Versão brasileira: *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento para a liberdade*. Trad. por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, Emma. Para pensar políticas de formação para mulheres rurais. In: RAGAGIOLI NETO (org.). *Sustentabilidade e cidadania – o papel da extensão rural*. Porto Alegre: Emater-RS, 1999. p.175-187. (Série Programa de Formação Técnico Social da Emater-RS).

SILVA, Iara Augusta. *Palmas para a cidadania*. Campo Grande: Universidade de Mato Grosso do Sul, 1997

SILVA, M.L. *Mulher negra e trajetória profissional: o magistério como caminho da inserção no mercado de trabalho*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Campo Grande, 2004.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOARES, Barbara Musumeci. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, Vera. *Tópicos para discussão: programa de formação de gestores em gênero - Mato Grosso do Sul*. Brasília: Unifem, 2006.

\_\_\_\_\_. Movimento feminista. Paradigmas e desafios. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. especial, 2º sem. 1994.

\_\_\_\_\_. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: GODINHO, Tatau (org.). *Mulher e política - gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

SOUZA, Celine. *Políticas públicas: conceitos, tipologias e sub-áreas*. [S.I.]: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.

SPINK, Mary Jane Paris (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed.

São Paulo: Cortez, 2004a.

\_\_\_\_\_. *A produção de sentidos como linguagem em ação*. Porto Alegre: Edpucrs, 2004b. (Temas Contemporâneos em Psicologia Social).

\_\_\_\_\_. Ao sabor dos riscos: reflexões sobre a dialogia e a co-construção de sentidos. In: SPINK, Mary Jane Paris. *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2003a. p. 295-324.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós – construcionista. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez. 2002.

STÉDILE, João Pedro; GORENDER, Jacó B; OLIVEIRA, Ariovaldo; VEIGA, José Eli; ABRAMOVAY, Ricardo; ROMEIRO, Ademar; SILVA José Graziano (orgs.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Universidade, 2002.

STREY, Marlene Neves. *Construções e perspectivas de gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. Gênero. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; GUARESCHI, Pedrinho Arcides (Orgs.). *Psicologia social contemporânea: livro texto*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 181-199.

SUÁREZ, Mireya; TEIXEIRA, Marlene; CLEAVER, Ana Julieta Teodoro. *Gestão local e desigualdades de gênero*. Brasília: Agende, 2002. (Cadernos Agende, 2).

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. 181p.

THERBORN, Göran. Sexo e poder. São Paulo: Contexto, 2006. In: *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v. V, n. XIX, out./dez. 2006.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Vozes: Petrópolis, 1998.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidado: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Eds.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

UNBEHAUM, S.; VIANNA, C. Gênero na Educação Básica: quem se importa? Uma análise de documentos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006.

UNIFEM e Fórum Econômico Mundial. *Empoderamento das mulheres: avaliação das disparidades globais de Gênero*. 2005 p. 5-8.

VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

VIEZZER, Moema Libera. O verde-lilás da sustentabilidade. In: VIEZZER, M.L. *Um outro jeito de ser: relações de gênero na produção e consumo de alimentos*. São Paulo: Edições Rede Mulher, 1993. p. 1-19.

\_\_\_\_\_. *O problema não está na mulher*. São Paulo: Cortez, 1989.

VIEZZER, Moema Libera; KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; ZIMMERMANN, Neusa. *Relações de gênero no ciclo de projetos*. São Paulo: Rede de Educação, 1996.

WINCK, G.E.; STREY, M.N. Considerações sobre gênero a partir da coordenação de grupos com homens acusados de agressão. *Congresso Violência de Gênero*, 2006.

XAVIER FILHA, Constantina. *Educação sexual na escola: o dito e o não dito na relação cotidiana*. Campo Grande-MS: UFMS, 2000. 176p.

YANNOULAS, Silvia Cristina. *Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: Fundo para a Igualdade de Gênero/Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional/Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2002.